



Relatório Anual 2018

COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Relatório Anual 2018





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. ÓRGÃOS COLEGIADOS | 05 |
| 2. DIRETORIA EXECUTIVA | 09 |
| 3. PERFIL DA EMPRESA | 11 |
| 4. IDENTIDADE EMPRESARIAL | 13 |
| 5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 17 |
| 6. PALAVRA DA DIRETORIA | 25 |
| 7. DESEMPENHO OPERACIONAL | 29 |
| 8. OPERAÇÕES LOGÍSTICAS | 43 |
| 9. GOVERNANÇA CORPORATIVA | 49 |
| 10. PLANEJAMENTO PORTUÁRIO | 53 |
| 11. INFRAESTRUTURA | 57 |
| 12. GESTÃO DE PESSOAS | 65 |
| 13. RELAÇÕES COM A COMUNIDADE | 69 |
| 14. MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO | 75 |
| 15. SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA | 81 |
| 16. AÇÕES JURÍDICAS | 85 |
| 17. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO | 89 |
| 18. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 103 |
| 19. PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS | 133 |
| GRUPO DE TRABALHO | 137 |



ÓRGÃOS COLEGIADOS

1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTES

Ogarito Borgias Linhares

Representante do Ministério da Infraestrutura
13/12/2018 a 31/12/2018

José Alfredo de Albuquerque e Silva

Representante do Ministério da Infraestrutura
01/01/2018 a 31/10/2018

CONSELHEIROS

João Bosco Camargo de Sousa

Representante do Ministério da Infraestrutura
01/01/2018 a 31/12/2018

Maria da Gloria Felgueiras Nicolau

Representante do Ministério da Economia
01/01/2018 a 31/12/2018

Fábio Madeira Alvares da Silva

Representante dos Acionistas Minoritários
01/01/2018 a 17/07/2018

Marcio Luiz Bernardes Calves

Representante da Classe Empresarial
01/01/2018 a 31/12/2018

João de Andrade Marques

Representante da Classe Trabalhadora
01/01/2018 a 11/10/2018

Hélio Marques Azevedo

Representante da Classe Trabalhadora
11/10/2018 a 31/12/2018

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Fabiana Vieira Lima

Representante do Ministério da Economia

01/01/2018 a 31/12/2018

CONSELHEIROS

Fernanda Barbosa Garcia

Representante do Ministério da Infraestrutura

01/01/2018 a 31/12/2018

Maria Conceição Campos Cei

Representante do Ministério da Infraestrutura

01/01/2018 a 31/12/2018

Marcello Eduardo Ratton Ferreira

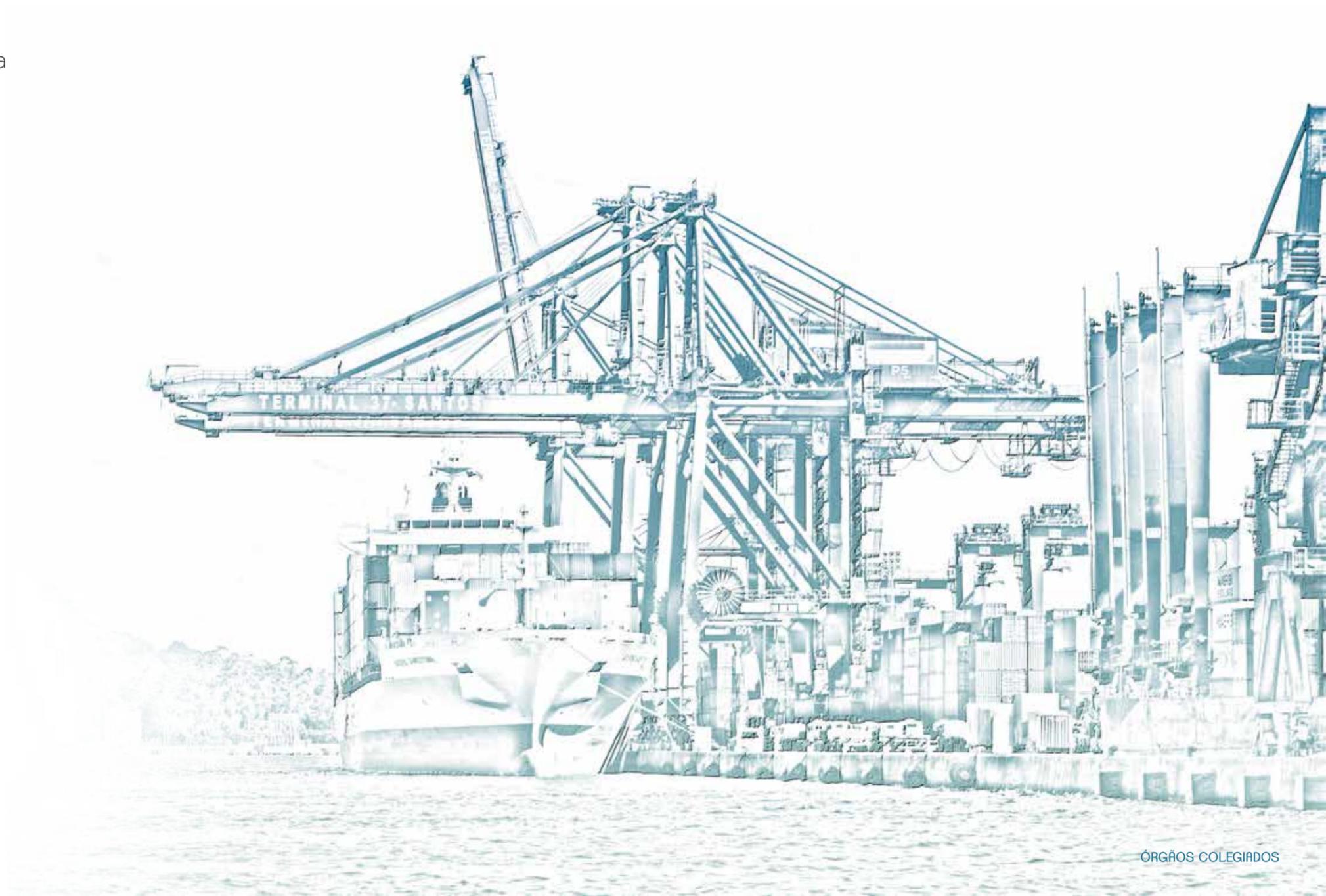
Representante dos Acionistas Minoritários

01/01/2018 a 17/07/2018

Martin Alexandre Aron

Representante dos Acionistas Minoritários

01/01/2018 a 17/07/2018





DIRETORIA EXECUTIVA

2

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Fernando Garcia da Silva

Diretoria da Presidência

05/11/2018 a 31/12/2018

José Alex Botêlho de Oliva

Diretoria da Presidência

01/01/2018 a 31/10/2018

José Alfredo de Albuquerque e Silva

Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade

07/11/2018 a 31/12/2018

Cleveland Sampaio Lofrano

Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade

01/01/2018 a 31/10/2018

Carlos Henrique de Oliveira Poço

Diretoria de Operações Logística

01/01/2018 a 31/12/2018

Hilário Seguin Dias Gurjão

Diretoria de Engenharia

01/01/2018 a 31/12/2018

Francisco José Adriano

Diretoria de Administração e Finanças

01/01/2018 a 29/11/2018*

* Após o término, as atribuições de Diretor Administrativo e Financeiro foram acumuladas pelo Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade, conforme aprovado por meio da Decisão Direxe nº 644.2017, que designou as substituições dos diretores em suas ausências, impedimentos eventuais ou férias, durante o ano de 2018.

PERFIL DA EMPRESA

3

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) é uma Empresa Pública, de capital fechado, dividido por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se por seu Estatuto, pelas leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações; nº 12.815, de 5 de junho de 2013; nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelos decretos nº 8.033, de 27 de junho de 2013; nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Codesp tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias

no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente.

Conforme o Art. 2º do Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980, “A partir de 8 de novembro de 1980, a Codesp ficará investida nos poderes de administração, operação e exploração do Porto de Santos, para todos os fins de direito, assumindo os direitos e obrigações detidos pela Companhia Docas de Santos (CDS) em razão da exploração portuária concedida, inclusive nos processos em curso em qualquer juízo, instância ou tribunal ou perante autoridades administrativas ou fiscais”.

CNPJ: 44.837.524/0001-07

Endereço: Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/nº, Macuco

CEP: 11015-900

Santos - SP - Brasil

Telefone: 55(13)3202-6565

Website: www.portodesantos.com.br

E-mail: codesp@portodesantos.com.br



IDENTIDADE EMPRESARIAL

4

MISSÃO

Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

VISÃO

Ser a Autoridade Portuária modelo em agilidade e competitividade, líder em eficiência, segurança e sustentabilidade, com foco em resultados e orientada à valorização do capital humano, de forma a tornar o Porto de Santos o "hub port" do Atlântico Sul.



VALORES

Valorização do Capital Humano

Valorização dos talentos individuais na execução de nossa missão, com paixão e orgulho de ser portuário.

Ética

Promoção da ética e transparência nas relações interpessoais com todos os públicos com os quais nos relacionamos: colaboradores, clientes, autoridades, fornecedores e a sociedade.

Visão Sistêmica

Atuação em prol da otimização de toda a rede de processos de negócio, compreendendo: inter-relações, fornecedores, insumos, atividades, produtos e clientes.

Empreendedorismo

Aprimoramento da visão empresarial, buscando continuamente novas oportunidades, procurando e avaliando alternativas, com requisitos de qualidade e eficiência.

NEGÓCIO

Gestão Integrada da Cadeia Logística.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Governança Corporativa

Exercer boas práticas de governança corporativa e transparência na consecução de políticas públicas, utilizando-se de sistemas eficazes de controle

interno, que monitorem processos estratégicos, sistêmicos, operacionais e financeiros, atuando na prevenção de conflitos de interesse e atos de corrupção e exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis.

Meio Ambiente

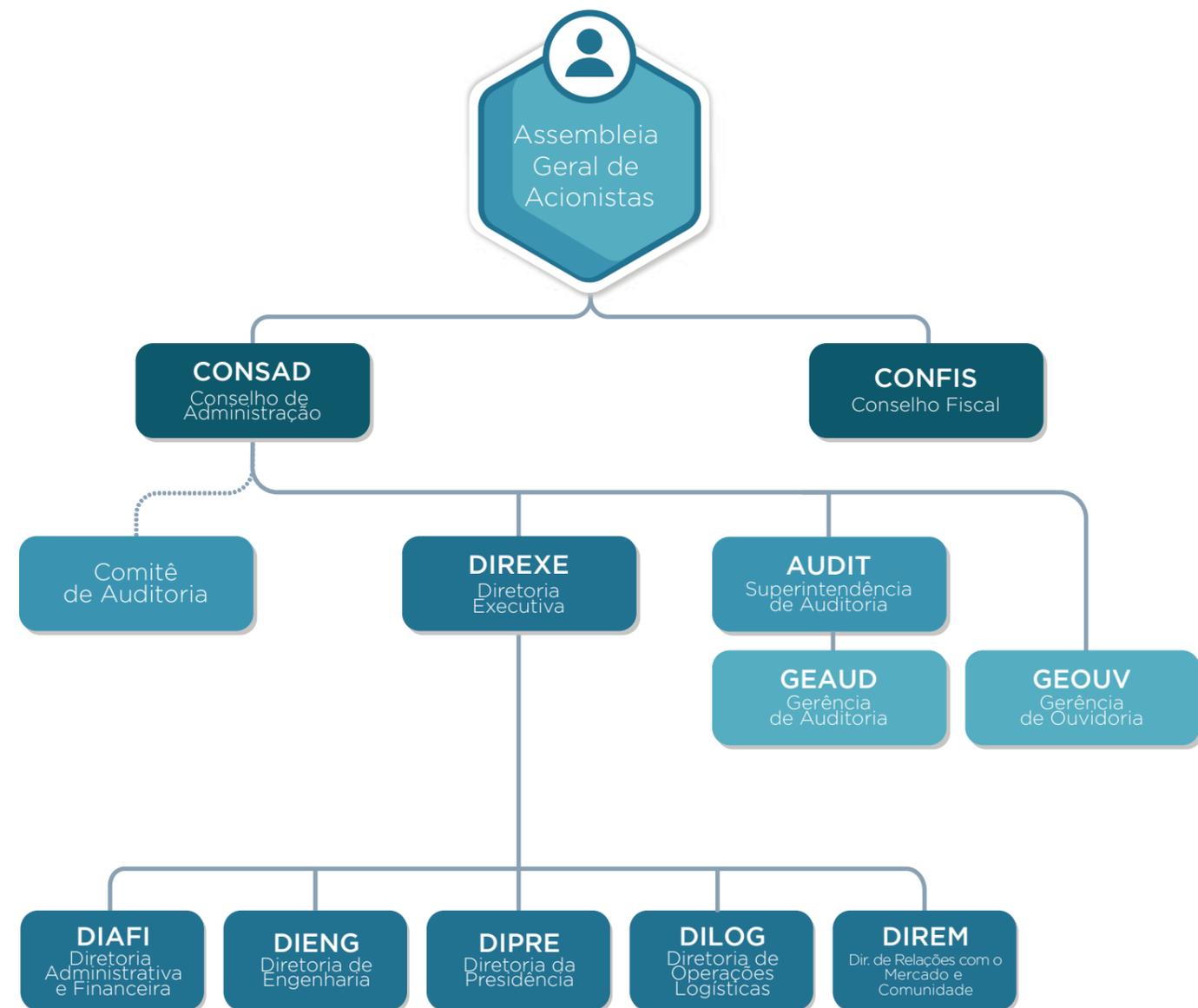
- 1 - Atender integralmente à legislação ambiental vigente e às normas definidas pela Codesp;
- 2 - Buscar a eficiência na prestação de serviços portuários, tendo como princípio a conservação e controle ambiental
- 3 - Prevenir a poluição em todas as suas formas;
- 4 - Cuidar do patrimônio histórico e cultural da região;
- 5 - Estimular a inovação tecnológica na busca de oportunidades para o crescimento dos negócios e melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental; e
- 6 - Promover o treinamento e capacitação constante dos seus colaboradores.



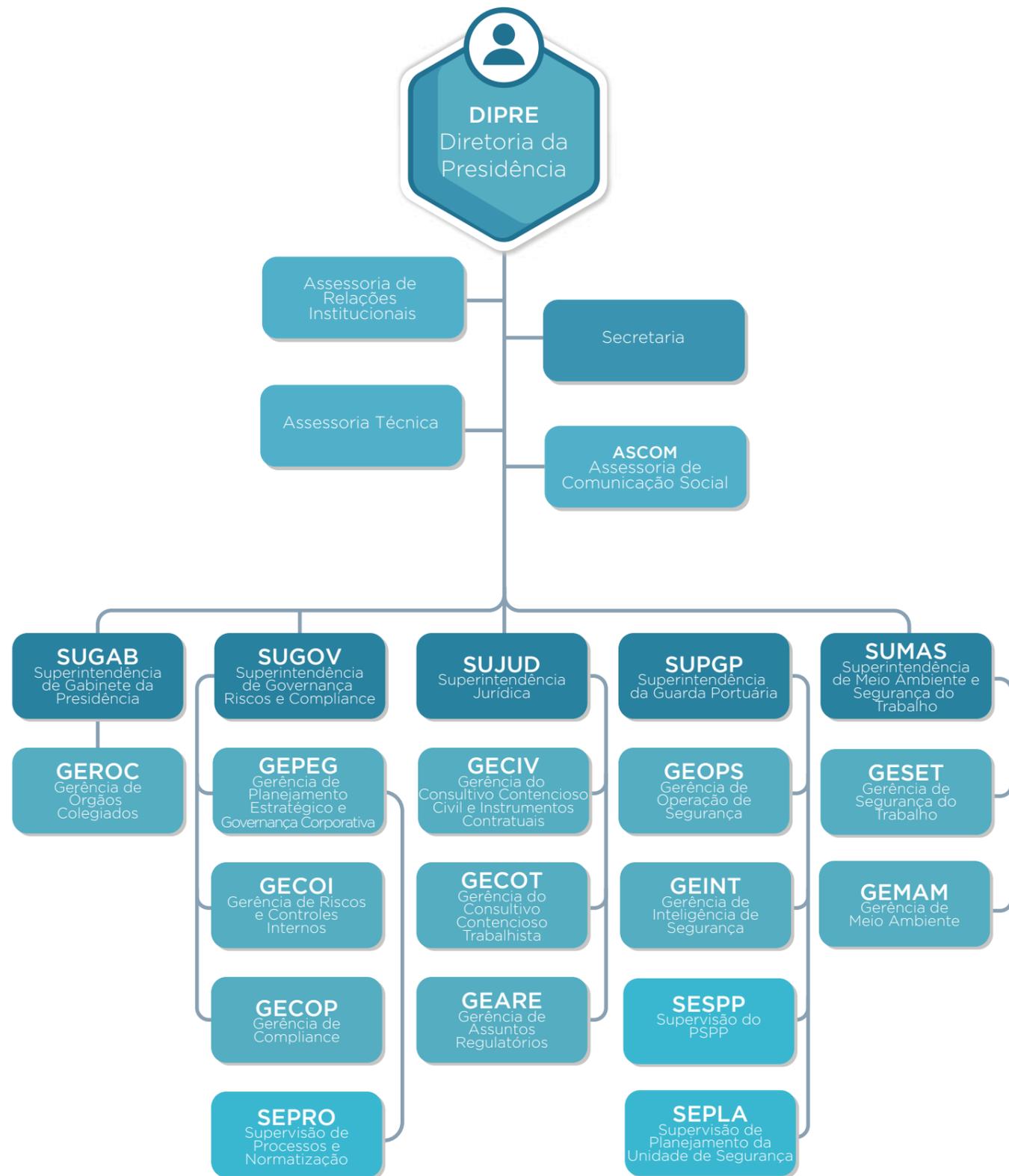
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

5

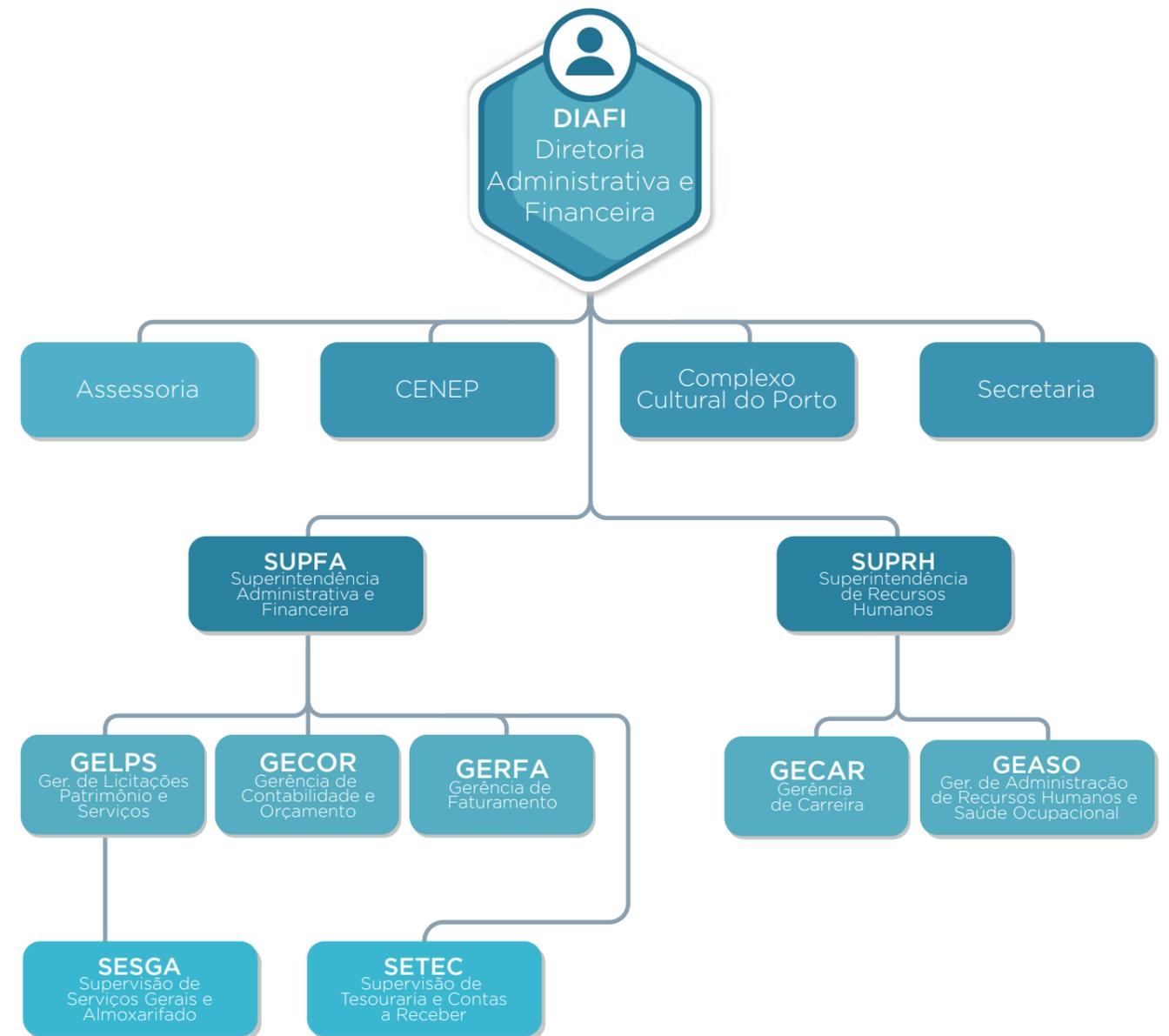
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



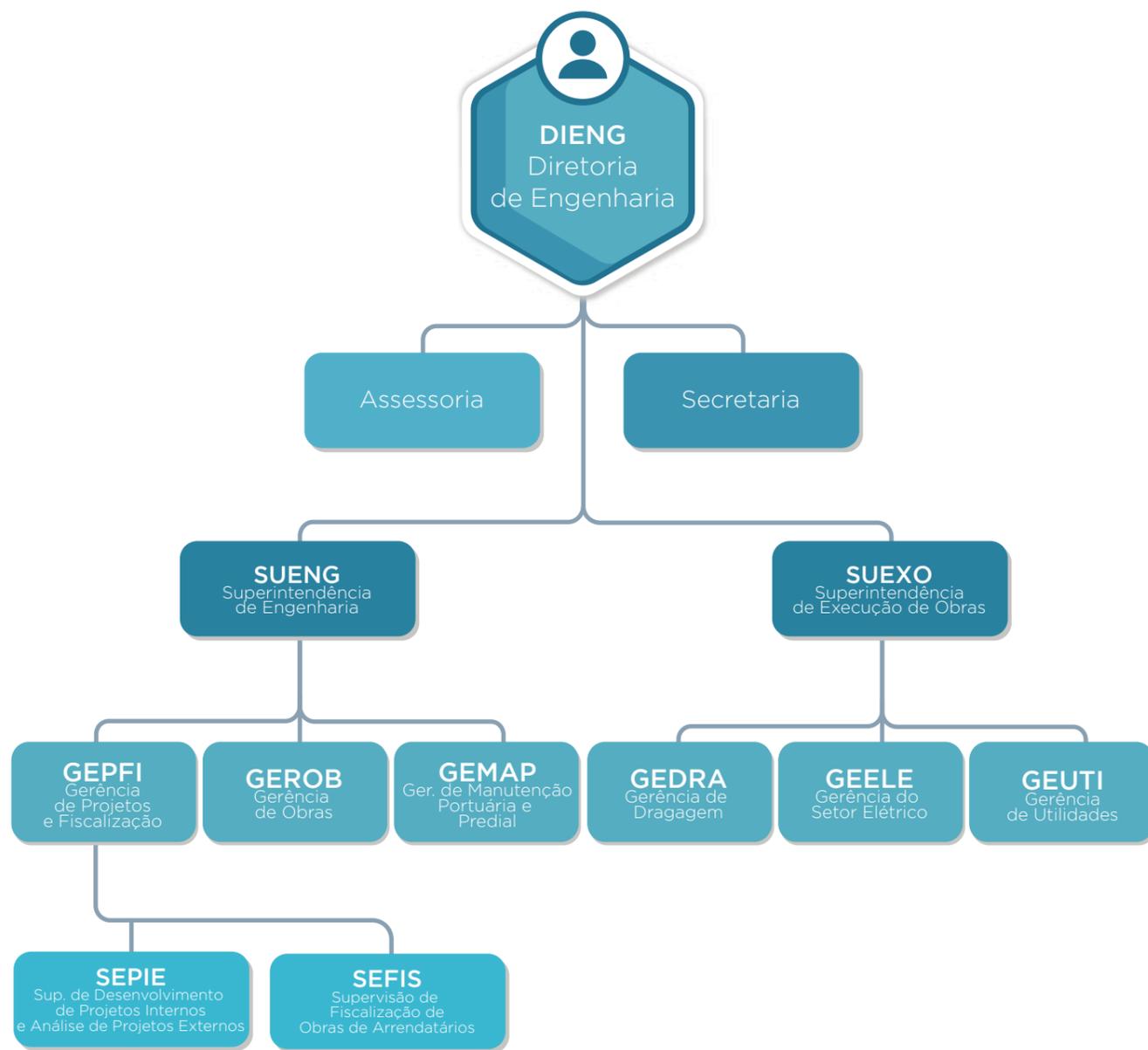
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA



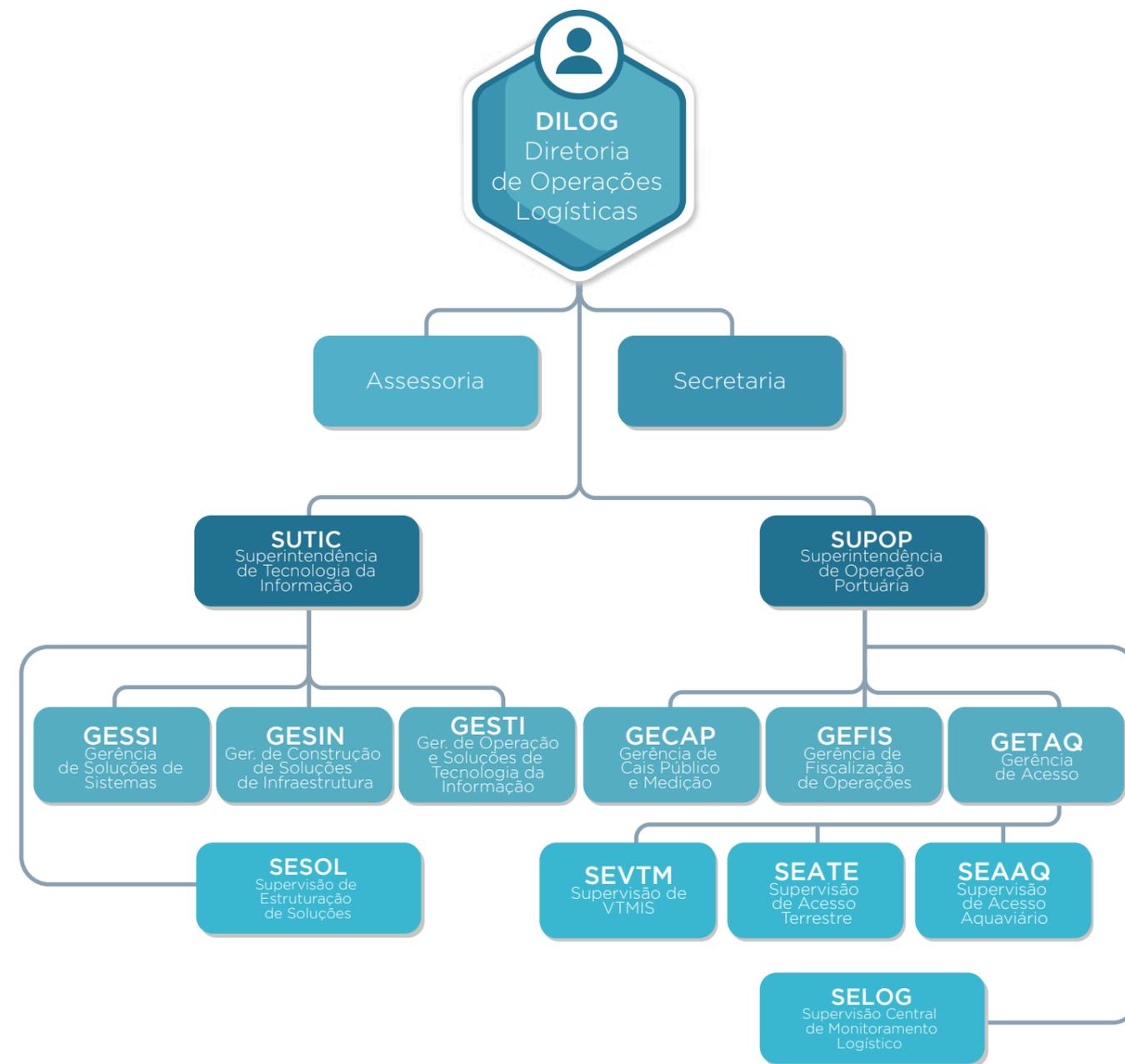
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

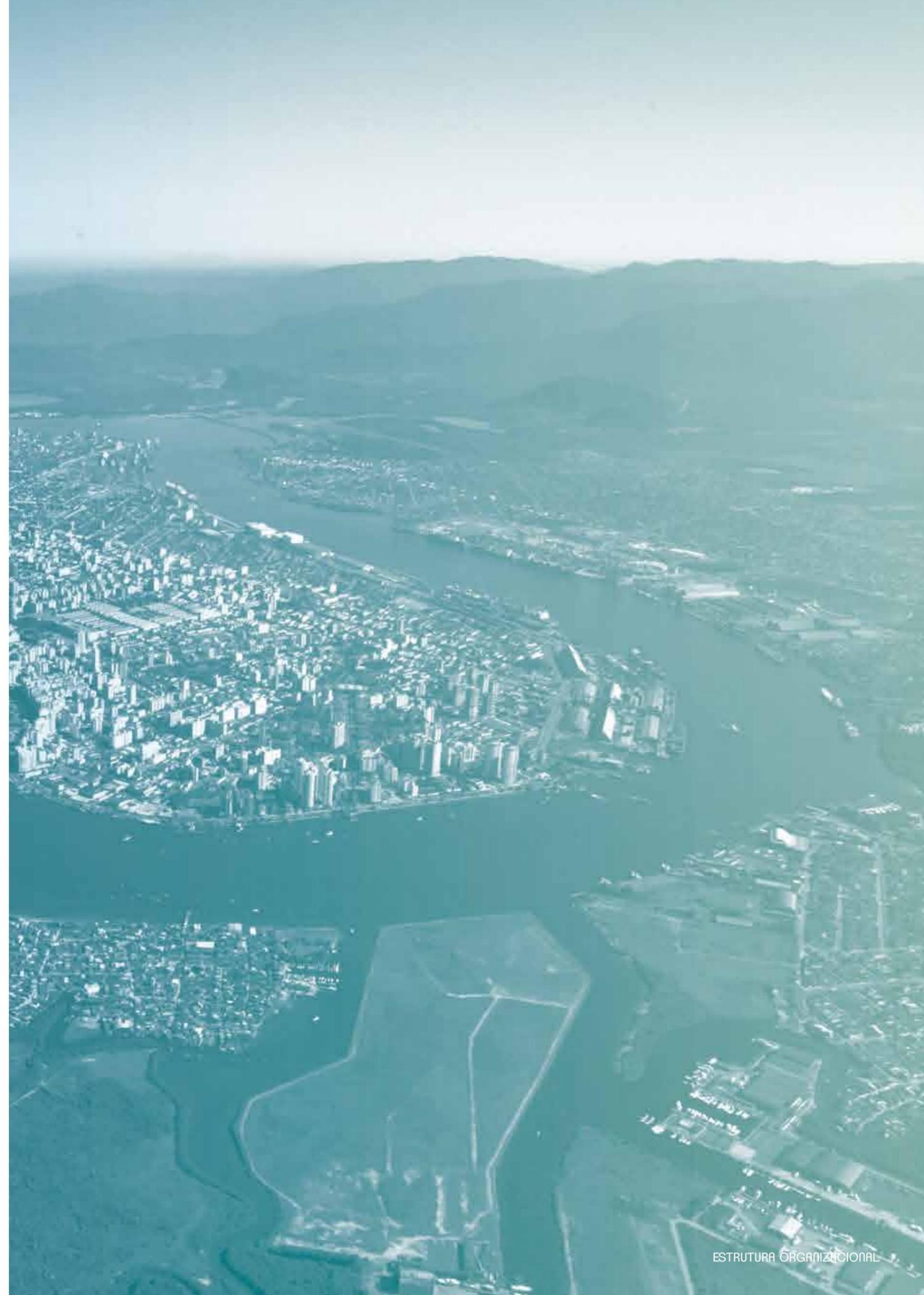


DIRETORIA DE ENGENHARIA



DIRETORIA DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS





PALAVRA DA DIRETORIA

6

O ano de 2018 envolveu a superação de grandes desafios. Apesar do período marcado por adversidades nos cenários macroeconômico e político, a movimentação de cargas cresceu, registrando novo recorde anual de 133,2 milhões de toneladas, ao superar em 2,5% o resultado de 2017.

Seguimos firmes no objetivo de nos mantermos como uma empresa eficiente no setor portuário e comprometida com o crescimento sustentável. Para isso, a área de Engenharia trabalhou no propósito de manter e ampliar a infraestrutura do Porto de Santos, com destaque para as obras no sistema viário entre o canal 4 e a Ponta da Praia e para as intervenções no sistema ferroviário interno. Vale mencionar os serviços de dragagem para manutenção das profundidades do canal de navegação e berços de atracação que, aliados a novas tecnologias, permitiram manter o calado operacional em 13,50 metros, viabilizando a vinda de navios de maior porte ao complexo portuário santista.

Tivemos realizações importantes também no que se refere às nossas operações logísticas, com destaque para a consolidação do Sistema

Portolog, que assegurou o escoamento da safra 2017/2018, sem transtornos, por meio do agendamento da chegada de caminhões ao Porto.

Continuamos avançando na área de Tecnologia da Informação, instituindo o Comitê Gestor de TI, objetivando o direcionamento tático e estratégico tecnológico da empresa, bem como garantir a aplicação de boas práticas de governança nesse setor.

Investimos em tecnologia para tornar nossos procedimentos mais rápidos, seguros e eficientes. Encontram-se em andamento vários projetos na área de TI, destacando-se a reestruturação de uma rede administrativa de dados, com a instalação de novas fibras ópticas interligando edifícios administrativos da Companhia e a implantação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), conhecido como Docas Digital, que possibilita a eliminação do papel nos trâmites administrativos da Codesp.

Reforçamos nossas ações de governança, o que nos permitiu alcançar a certificação de Nível 1 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, pela



participação no 2º ciclo do Indicador de Governança (IG-Sest), que priorizou a avaliação da conformidade das empresas com a governança. No 3º Ciclo do IG-Sest, que teve como foco medir a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas, a Codesp obteve a certificação de Nível 2. Essa atuação foi intensificada com a criação da Gerência de Compliance (Gecop) e com processos de gestão de riscos e de controles internos que aperfeiçoarão nossos procedimentos em relação a aspectos importantes para a governança da empresa.

Destacam-se a elaboração de uma política de gerenciamento de riscos e a Carta de Serviços ao Cidadão, que informa a sociedade sobre o rol de serviços prestados, aprimorando a qualidade do atendimento.

Com relação à Operação Tritão, deflagrada pela Polícia Federal, a Diretoria que permaneceu à frente da empresa nos meses de novembro e dezembro, consciente de sua responsabilidade no curto período em que atuou, envidou esforços na implementação das boas

práticas administrativas e na adequação de importantes contratações a serem realizadas pela empresa, seja mediante saneamento de processos, com as devidas apurações de responsabilidade, ou de atos administrativos que promovam os princípios da administração pública, sobretudo a eficiência.

Outro tema que avançamos envolve duas de nossas maiores prioridades: a sustentabilidade ambiental e a segurança das pessoas.

Nosso compromisso com o crescimento sustentável foi expresso em iniciativas ambientais que tiveram como foco o cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Operação, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no processo de regularização ambiental do Porto de Santos. Visando maior segurança nas atividades portuárias, os integrantes do Plano de Ajuda Mútua (PAM), juntamente com o Corpo de Bombeiros, conheceram os acessos aos terminais, suas rotas de fuga e estrutura para combate a incêndios, visando aprimorar e agilizar o atendimento a emergências.

Dedicamos, também, atenção à capacitação de nossos profissionais e ao desenvolvimento de novas lideranças,

elementos-chave na construção da empresa que queremos, totalizando 56 mil horas de treinamentos.

Com o desempenho do movimento de cargas em 2018 e a implementação das ações acima descritas poderíamos ter atingido um resultado financeiro superavitário em torno de R\$ 50,0 milhões. Entretanto, apresentamos um déficit de R\$ 468,7 milhões, devido, basicamente, à contabilização de provável perda da ordem de R\$ 793,5 milhões, relativos ao Grupo Libra, que gerou uma compensação de R\$ 268,0 milhões com Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como consequência do pedido de recuperação judicial daquela empresa, anunciado em julho.

Temos grandes desafios a enfrentar e para atingir nossos objetivos vamos concentrar nossa atenção em iniciativas que aperfeiçoem nossos colaboradores e manter o foco nas estratégias de aprimoramento de nossos processos e em ganhos de eficiência, visando crescimento futuro e a consolidação de uma cultura de alto desempenho. Para vencer esses desafios, temos a certeza de continuar contando com o costumeiro apoio dos nossos Órgãos Colegiados, nossos colaboradores, Governo Federal, clientes e a sociedade.

A Diretoria





DESEMPENHO OPERACIONAL

7

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

No cenário internacional, as elevadas taxas de crescimento do produto observadas nos países desenvolvidos em 2017 trouxeram, ao longo de 2018, uma constante preocupação quanto ao ritmo de escalada da inflação, o que exigiria políticas monetárias mais restritivas, em especial nos Estados Unidos. Essas preocupações ganharam corpo à medida que a política fiscal expansionista prometida pelo presidente dos EUA, Donald Trump, foi sendo implementada, trazendo quedas adicionais na já reduzida taxa de desemprego no país (3,7% em setembro) e reacendendo também as preocupações quanto ao agravamento da trajetória das contas fiscais.

De fato, até o início de dezembro, o Federal Reserve teve que promover três aumentos na taxa básica de juros - nos meses de março, junho e setembro - partindo de uma faixa entre 1,25 e 1,50%, no início do ano, até a faixa entre 2,00 e 2,25%, no final do exercício. O estopim da guerra comercial entre Estados Unidos e China, por sua vez, rebaixou as perspectivas de crescimento da atividade econômica chinesa e, consequentemente, dos países emergentes fortemente ligados

ao mercado chinês. As preocupações com a solvência dos bancos italianos e seus possíveis efeitos em rede sobre a economia europeia, bem como os ataques especulativos às moedas da Turquia e da Argentina, também trouxeram apreensão sobre o desempenho da economia global no médio prazo e seus efeitos sobre o comércio internacional.

Apesar deste contexto tenso, as expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a expansão da produção mundial e do comércio internacional, traçadas no final de 2017, se concretizaram, com a taxa de expansão do volume de comércio mundial de bens e serviços devendo desacelerar para 4,2% sendo que, em 2017, o crescimento havia sido de 5,2%.

No cenário nacional, a agenda política foi conflituosa desde o início do ano, o que limitou a capacidade do governo em dar continuidade às reformas estruturais, em especial à do sistema previdenciário. O movimento grevista organizado pelos caminhoneiros autônomos, durante a última semana de maio, contra a política de reajustes nos preços do óleo diesel afetou severamente a logística do país, com efeitos colaterais ainda notáveis na primeira quinzena de junho, trazendo

prejuízos significativos a diversos setores da economia nacional e, consequentemente, às contas públicas.

A disputa presidencial, desde o início liderada por duas candidaturas com ideários econômicos muito divergentes, permaneceu indefinida até a apuração dos votos ao final do segundo turno, fazendo com que muitos investimentos previstos para o ano fossem postergados, à espera de evidências mais nítidas sobre a vertente de política econômica que predominará no país nos próximos anos.

Nota-se, portanto, que o ano de 2018 foi marcado por muitas tensões nos campos político e econômico, tanto no âmbito interno quanto no externo, que se refletiram em uma conjuntura da economia brasileira aquém da projetada no final de 2017, como podemos observar no quadro a seguir.

PRINCIPAIS INDICADORES 2018 - PROJEÇÕES E REALIZADO

| | PROJEÇÕES* | REALIZADO |
|--|------------|-----------|
| PIB (% do crescimento) | 2,60 | 1,10 |
| Produção Industrial (% do crescimento) | 2,90 | 1,10 |
| IPCA (%) | 4,02 | 3,75 |
| Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.) | 7,00 | 6,50 |
| Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$) | 3,30 | 3,87 |
| Balança Comercial (US\$ Bilhões) | 52,00 | 58,30 |

*Focus - Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil, edição de 01/12/2017

Com a contenção dos investimentos, a deterioração da expectativa dos consumidores e com as safras de açúcar e milho comprometidas por fatores climáticos adversos, a expansão do consumo, da produção industrial e do PIB foram limitados, reduzindo as importações e, por sua vez, elevando o superávit da balança comercial brasileira que encerrou 2018 com o saldo de US\$ 58,3 bilhões, segundo melhor desempenho registrado desde 1989, refletindo exportações de US\$ 239,5 bilhões (+9,6%) e importações de US\$ 181,2 bilhões (+19,7%).

O crescimento limitado do nível de atividade e a

queda nos preços das commodities, por sua vez, permitiram que o Banco Central controlasse tranquilamente a trajetória da inflação, sem a necessidade de elevação da taxa básica de juros, que se manteve na faixa historicamente baixa de 6,5% ao longo do ano, a despeito da taxa de câmbio ter disparado, partindo do patamar de R\$ 3,20/US\$, em janeiro, e chegando a R\$ 4,10/US\$, em setembro, em resposta à postergação das reformas estruturais, à escalada do conflito comercial entre os Estados Unidos e a China e à tensão eleitoral. Apurado o resultado final das urnas, a taxa de câmbio voltou a recuar, encerrando 2018 no patamar médio de R\$ 3,75/US\$.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

A despeito do cenário macroeconômico tenso, o Porto de Santos fechou o ano de 2018 com novo recorde de movimentação de cargas, ultrapassando, pela primeira vez em sua história, a marca das 130,0 milhões t, ao encerrar o ano atingindo 133,2 milhões t, um aumento de 2,5% sobre o resultado do ano de 2017 (129,9 milhões t). Esse desempenho demonstra a

capacidade da Autoridade Portuária em garantir estrutura aquaviária, terrestre e de serviços compatível com as necessidades dos seus clientes e vem ao encontro dos objetivos estratégicos de alcançar o equilíbrio econômico financeiro sustentável da Companhia, de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional e de manter o Porto de Santos como a melhor opção de navegação de longo curso e cabotagem.

| CORRENTE | 2016 | Δ% | 2017 | Δ% | 2018 | Δ% |
|--------------|----------------|------------|----------------|-------------|----------------|------------|
| Embarques | 81.424 | 7,0 | 93.557 | 14,9 | 94.339 | 0,8 |
| Desembarques | 32.392 | 0,1 | 36.308 | 12,1 | 38.821 | 6,9 |
| TOTAL | 113.816 | 7,1 | 129.865 | 14,1 | 133.160 | 2,5 |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

Os embarques somaram 94,3 milhões t neste ano (+0,8%) e as descargas 38,8 milhões t (+6,9%).

A carga geral apresentou aumento de 7,0% e os graneis sólidos de 0,2%, enquanto os líquidos tiveram redução de 1,6%.

(em t mil)

| NATUREZA DA CARGA | 2016 | Δ% | 2017 | Δ% | 2018 | Δ% |
|-------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|------------|
| Carga Geral | 43.856 | 3,8 | 48.569 | 10,7 | 51.978 | 7,0 |
| Sólidos a Granel | 54.188 | 7,8 | 64.003 | 18,1 | 64.163 | 0,2 |
| Líquidos a Granel | 15.771 | 1,1 | 17.293 | 9,6 | 17.020 | (1,6) |
| TOTAL | 113.816 | 12,7 | 129.865 | 38,4 | 133.160 | 5,7 |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

A soja destaca-se como a carga de maior volume movimentado, estabelecendo novo recorde anual para o produto, com 20,6 milhões t, um crescimento de 24,6% sobre a maior marca anterior, registrada em 2017. A seca que afetou a produção argentina dessa commodity elevou a demanda pelo grão brasileiro, que teve uma safra excepcional. O conflito comercial entre a China e os Estados Unidos levou o país asiático a buscar alternativas para

substituir o grão fornecido pelos Estados Unidos, elevando, ainda mais, essa demanda que foi tão expressiva ao ponto de os estoques brasileiros do produto atingirem o menor patamar desde 1999, segundo informações da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O farelo de soja também apresentou um desempenho destacado e encerrou o ano com 6,0 milhões t, um aumento de 17,0% em relação ao exercício anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

(em toneladas)

| PRODUTO | REALIZADO 2017 | Δ% | REALIZADO 2018 | Δ% |
|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|------------|
| Açúcar | 18.724.363 | 1,6 | 14.148.502 | (24,3) |
| Adubo | 4.138.878 | 16,6 | 4.581.015 | 3,0 |
| Fosfato de cálcio | 617.823 | (15,2) | 783.557 | 24,1 |
| Enxofre | 1.812.575 | 4,6 | 2.129.403 | 14,0 |
| Milho | 14.233.899 | 80,5 | 12.608.124 | (12,6) |
| Sulfato dissódico | 589.958 | 6,5 | 618.584 | 10,9 |
| Sal | 990.914 | 3,2 | 965.716 | (1,5) |
| Soja | 21.467.930 | 13,7 | 26.494.293 | 21,5 |
| Soja em grãos | 16.473.060 | 13,6 | 20.583.035 | 23,3 |
| Farelo de soja | 4.994.870 | 14,1 | 5.911.258 | 15,5 |
| Trigo | 1.087.814 | 2,4 | 1.313.945 | 18,6 |
| Outros | 338.495 | (16,3) | 519.381 | (0,7) |
| TOTAL | 64.002.649 | 18,1 | 64.162.520 | 0,2 |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

A carga containerizada totalizou 4,1 milhões teu (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), estabelecendo novo recorde para essa modalidade e um crescimento de 7,0% sobre o maior movimento anterior (3,9 milhões teu), verificado em 2017. Em agosto deste ano o Porto registrou sua maior marca mensal para essa carga, com 387,7 mil teu. O movimento acumulado coloca o Porto de Santos na liderança nacional da movimentação dessa modalidade de carga, com participação de 38,8% no total operado nos portos brasileiros.

Outro importante destaque ficou com os embarques de celulose, que contaram com o novo terminal da Fibria (T32) no Porto de Santos para escoar a produção de sua nova planta em Três Lagoas (MS). As exportações do produto atingiram 4,7 milhões t, correspondendo a uma expansão de 51,4% frente ao resultado de 2017. Esse desempenho demonstra o êxito da Autoridade Portuária em suas iniciativas de atender os seus objetivos estratégicos de se consolidar como a primeira opção para expansão da atividade portuária e de ampliar as

ações comerciais, garantindo a expansão dos negócios por meio do fomento ao uso e exploração de áreas e instalações disponíveis no Porto de Santos.

A movimentação de veículos, por sua vez, apresentou diminuição de 13,6%, resultado da redução de 24,7% nas exportações, que sofrem com a retração da economia argentina. Já as importações apresentaram sensível melhora, com expansão de 124,9%. Sua participação, no entanto, ainda foi inferior a 20% do total de veículos movimentados.

O açúcar e o milho, cargas relevantes na movimentação do Porto, registraram desempenho inferior aos recordes estabelecidos em 2017. O açúcar fechou o ano com um volume de 15,0 milhões t, cerca de 27,0% abaixo do ano anterior (20,6 milhões t). Esse cenário foi decorrente da forte expansão da produção de açúcar nos principais produtores concorrentes do Brasil, que reduziu a demanda pelo produto nacional. Além disso, fatores climáticos diminuíram a oferta nacional dessa commodity, por conta de demanda interna crescente

por álcool combustível.

O milho também teve seu desempenho comprometido por fatores climáticos, que resultaram em uma safra bem inferior à estimada inicialmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), levando essa carga a registrar um movimento no Porto de Santos de 12,6 milhões t, cerca de 11,3% abaixo do verificado em 2017 (14,2 milhões t). A estimativa mais recente da Conab, divulgada no seu 4º Levantamento da Safra 2018/2019, aponta para uma queda de 17,4% na

produção brasileira do grão, ficando 11,4 milhões t abaixo da estimativa divulgada em dezembro de 2017.

Dentre as naturezas de carga, a movimentação de graneis líquidos foi a única a apresentar queda, de 1,6%. As cargas que mais contribuíram para esse desempenho negativo foram o óleo diesel e gasóleo (-912,5 mil t), nafta (-256,2 mil t) e álcool (-225 mil t). Por outro lado, vale destacar a expansão de 14,0% na movimentação de sucos cítricos, totalizando 2,2 milhões t.

CARGA GERAL SOLTA E CONTEINERIZADA

(em toneladas)

| CARGA GERAL | REALIZADO 2017 | Δ% | REALIZADO 2018 | Δ% |
|------------------------|-------------------|-------------|-------------------|---------------|
| Solta | 4.035.219 | 17,6 | 6.126.982 | 51,8 |
| Containerizada | 44.534.271 | 10,2 | 45.850.602 | 3,0 |
| TOTAL | 48.569.490 | 10,7 | 51.977.584 | 7,0 |
| CONTÊINERES | REALIZADO 2017 | Δ% | REALIZADO 2018 | Δ% |
| TEUs | 3.853.719 | 8,1 | 4.122.243 | 7,0 |
| Quant. de CC | 2.495.397 | 5,8 | 2.594.811 | 4,0 |
| QUANTIDADE DE VEÍCULOS | REALIZADO 2017 | Δ% | REALIZADO 2018 | Δ% |
| Desembarque | 23.868 | 16,7 | 53.689 | 126,6 |
| Embarque | 297.959 | 72,8 | 224.550 | (24,5) |
| TOTAL | 321.827 | 66,9 | 278.239 | (13,3) |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

GRANÉIS LÍQUIDOS

(em toneladas)

| PRODUTO | REALIZADO 2017 | REALIZADO 2018 |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Ácido Fosfórico <i>var%</i> | 151.037 18,9 | 157.249 4,1 |
| Álcool <i>var%</i> | 1.281.124 (5,2) | 1.056.195 (17,6) |
| Amônia <i>var%</i> | 286.176 (17,8) | 314.844 10,0 |
| Cons. de Bordo (Diesel+Combust.) <i>var%</i> | 1.803.176 1,5 | 1.731.614 (4,0) |
| Estireno <i>var%</i> | 36.559 (48,6) | 48.909 33,8 |
| Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) <i>var%</i> | 846.062 (23,8) | 805.735 (4,8) |
| Gasolina <i>var%</i> | 1.709.291 46,8 | 1.810.031 5,9 |
| Nafta <i>var%</i> | 393.732 105,2 | 137.562 (65,1) |
| Óleo Combustível <i>var%</i> | 1.579.137 0,9 | 1.360.525 (13,8) |
| Óleo de Origem Vegetal <i>var%</i> | 229.488 39,2 | 212.192 (7,5) |
| Óleo Diesel + Gasóleo <i>var%</i> | 4.727.099 37,1 | 3.814.617 (19,3) |
| Soda Caústica <i>var%</i> | 920.219 1,5 | 1.022.276 11,1 |
| Sucos Cítricos <i>var%</i> | 1.927.023 (3,0) | 2.196.380 14,0 |
| Metanol <i>var%</i> | 177.940 (12,1) | 180.286 1,3 |
| Outros <i>var%</i> | 1.224.820 (9,7) | 2.171.243 77,3 |
| TOTAL <i>var%</i> | 17.292.883 9,6 | 17.019.658 (1,6) |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

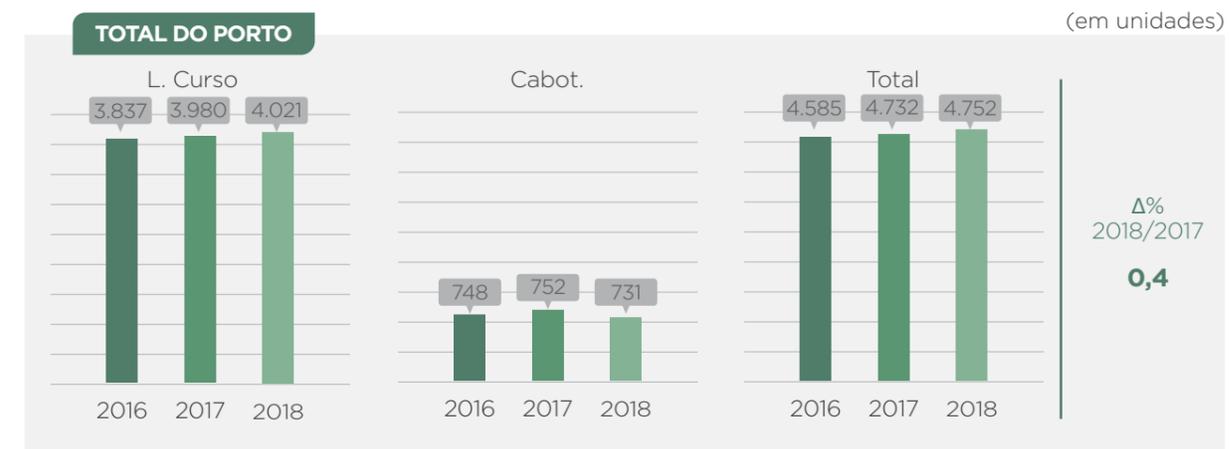
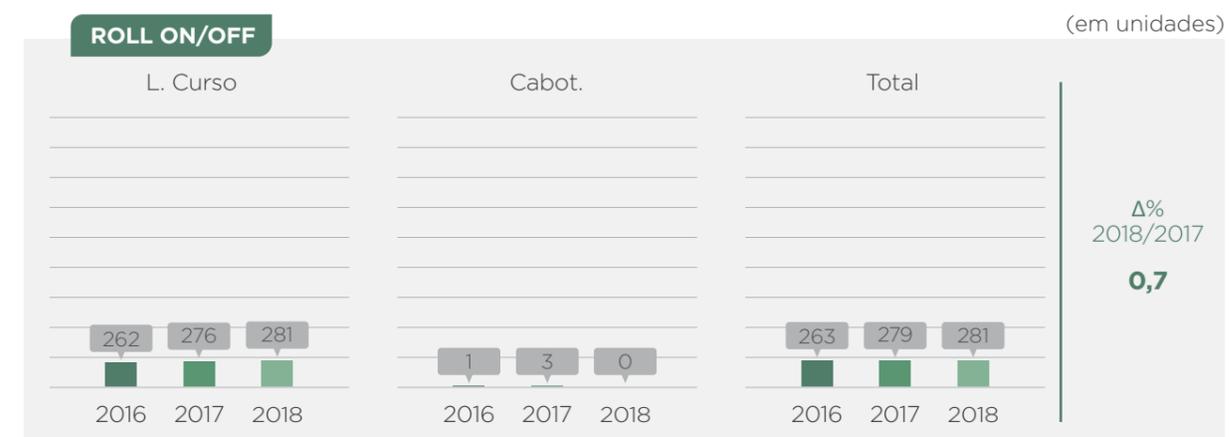
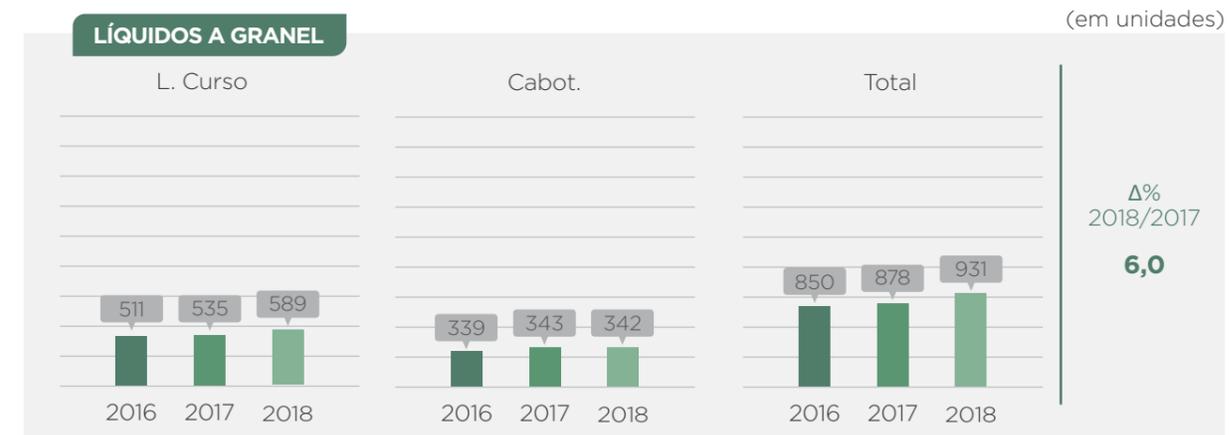
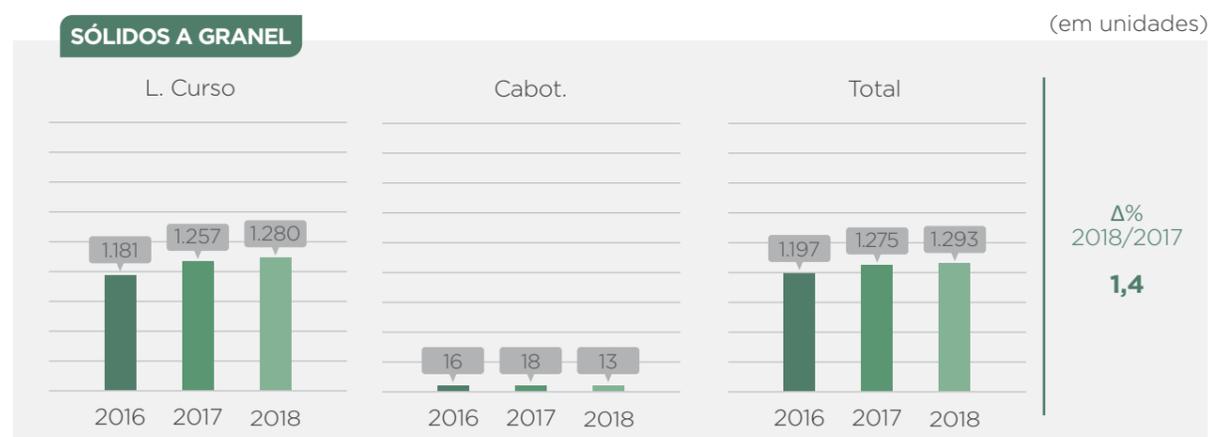
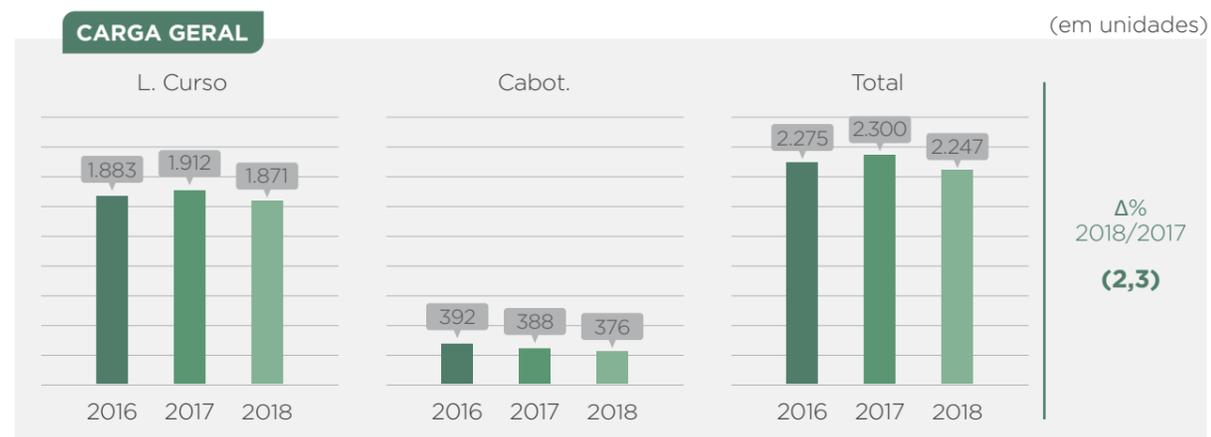
Quanto à consignação média dos navios que frequentaram Santos, apresentou um crescimento de 2,5%, saltando de 27.444 t/navio, em 2017, para 28.140 t/navio, neste ano, consequência direta do desempenho dos embarques de soja. Outro fator favorável foi a continuidade do aumento no porte dos navios porta contêiner. Com relação ao fluxo de embarcações,

chegou a 4,6 mil, representando uma redução de 0,4% em comparação a 2017 (4,8 mil), entretanto, o volume de cargas transportadas no período cresceu 1,5%. Esses resultados refletem as intervenções realizadas pela Codesp e pelos terminais portuários, visando a manutenção das profundidades do canal de navegação em 13,5 metros e a continuidade das obras

de compatibilização de berços e bacias de evolução, que incentivaram a presença de navios de maior capacidade no Porto.

O quantitativo de atracções de navios de passageiros se manteve estável em relação a 2017, com 92 atracções. No entanto, o número de passageiros voltou a crescer, saltando de 518.545 para 542.500 (4,6%).

QUANTIDADE DE NAVIOS ATRACADOS NO PORTO DE SANTOS



OBS: Não foram considerados os navios de passageiros, além de embarcações da Marinha e a serviço do porto.
 FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

A temporada de cruzeiros marítimos 2017/2018 se estendeu de 04/11/2017 a 28/04/2018, envolvendo as atracções dos transatlânticos Costa Favolosa, MSC Preziosa, MSC Magnífica, MSC Musica, Pullmantur Sovereign, Celebrity Infinity, Zaandam, Balmoral, Sirena, Swen Seas Mariner, Seven Seas Navigator, que somaram 88 viagens.

O Brasil receberá cerca de 600 cruzeiros durante a temporada 2018/2019 e, com isso, o Porto de Santos consolida-se como o complexo com maior número de atracções. De novembro de 2018 a abril de 2019 está previsto um total de 87 atracções de navios de passageiros.

| PASSAGEIROS | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Embarcados | 388.016 | 243.402 | 255.964 |
| Desembarcados | 389.883 | 241.279 | 254.776 |
| Em Trânsito | 41.813 | 33.864 | 31.760 |
| TOTAL | 819.712 | 518.545 | 542.500 |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

RESUMO DA PREVISÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

| DESCRIÇÃO | MOVIMENTAÇÃO EFETIVA 2017 | VAR % | MOVIMENTAÇÃO EFETIVA 2018 | VAR % |
|------------------------------|---------------------------|-------------|---------------------------|------------|
| Embarques | 93.557.277 | 14,9 | 94.338.950 | 0,8 |
| Desembarques | 36.307.745 | 12,1 | 38.820.812 | 6,9 |
| TOTAL | 129.865.022 | 14,1 | 133.159.762 | 2,5 |
| PRINCIPAIS PRODUTOS | | | | |
| EMBARQUES | | | | |
| Açúcar | 20.631.811 | 1,9 | 15.063.910 | (27,0) |
| - Em sacas | 0 | - | 0 | 0,0 |
| - Em contêineres | 1.907.448 | 4,6 | 915.408 | (52,0) |
| - Granel sólido | 18.724.363 | 1,6 | 14.148.502 | (24,4) |
| Álcool | 1.013.924 | (10,2) | 806.403 | (20,5) |
| Café em grãos | 1.142.135 | (15,4) | 1.226.985 | 7,4 |
| Carnes | 859.023 | 6,9 | 776.507 | (9,6) |
| - Bovina | 556.428 | 17,7 | 492.286 | (11,5) |
| - De Aves | 297.705 | (8,8) | 280.465 | (5,8) |
| - Outras | 4.890 | 2,8 | 3.756 | (23,2) |
| Celulose | 3.073.652 | (0,4) | 4.652.165 | 51,4 |
| Soja (grãos +farelo) | 21.733.202 | 13,6 | 26.691.829 | 22,8 |
| - Soja em grãos (granel) | 16.473.060 | 13,6 | 20.574.662 | 24,9 |
| - Soja em grãos (contêiner) | 64.692 | 12,2 | 36.341 | (43,8) |
| - Farelo de soja (granel) | 4.994.870 | 14,1 | 5.911.258 | 18,3 |
| - Farelo de soja (contêiner) | 200.581 | 7,1 | 169.568 | (15,5) |
| Gasolina | 1.282.580 | 23,3 | 1.295.096 | 1,0 |
| Milho | 14.280.349 | 79,8 | 12.662.487 | (11,3) |
| - Em contêineres | 46.450 | (22,3) | 54.363 | 17,0 |
| - Granel sólido | 14.233.899 | 80,5 | 12.608.124 | (11,4) |
| Óleo Combustível | 1.579.137 | 1,8 | 1.290.983 | (18,2) |
| Óleo Diesel e Gasóleo | 1.993.669 | 24,3 | 1.938.427 | (2,8) |
| Sucos Cítricos | 2.092.987 | (3,7) | 2.375.389 | 13,5 |
| - Em contêineres | 169.709 | (12,1) | 179.009 | 5,5 |
| - Granel Líquido | 1.923.278 | (2,9) | 2.196.380 | 14,2 |
| Sub-Total Embarques | 69.682.469 | 16,0 | 68.780.181 | (1,3) |
| Outros | 23.874.808 | 11,8 | 25.558.769 | 7,1 |
| Total Embarques | 93.557.277 | 14,9 | 94.338.950 | 0,8 |

| DESEMBARQUES | | | | |
|--|--------------------|-------------|--------------------|------------|
| Adubo | 4.138.878 | 16,6 | 4.581.015 | 10,7 |
| Álcool | 267.200 | 20,2 | 249.792 | (6,5) |
| Amonia | 286.176 | (17,8) | 314.844 | 10,0 |
| Enxofre | 1.812.575 | 4,6 | 2.129.403 | 17,5 |
| Fosfato de Cálcio | 617.823 | (15,2) | 783.557 | 26,8 |
| GLP | 846.062 | (23,8) | 788.689 | (6,8) |
| Metanol | 169.020 | (16,5) | 180.286 | 6,7 |
| Nafta | 392.660 | 105,7 | 131.213 | (66,6) |
| Óleo Diesel e Gasóleo | 2.733.430 | 48,2 | 1.876.190 | (31,4) |
| Sal | 990.914 | 3,2 | 965.716 | (2,5) |
| Soda Cáustica | 914.221 | 0,8 | 984.851 | 7,7 |
| Sulfato Dissódico | 589.958 | 6,5 | 618.584 | 4,9 |
| Trigo (grãos e farelo) | 1.087.814 | 2,4 | 1.313.945 | 20,8 |
| Sub-Total Desembarques | 14.846.731 | 10,7 | 14.918.085 | 0,5 |
| Outros | 21.461.014 | 13,1 | 23.902.727 | 11,4 |
| Total Desembarques | 36.307.745 | 12,1 | 38.820.812 | 6,9 |
| TOTAL GERAL | 129.865.022 | 13,5 | 133.159.762 | 2,5 |
| CONTÊINERES (Embarques e Desembarques) | | | | |
| Unidades | 2.495.397 | 5,8 | 2.594.811 | 4,0 |
| TEU | 3.853.719 | 8,1 | 4.122.243 | 7,0 |
| Tonelagem | 44.534.271 | 10,2 | 45.850.602 | 3,0 |
| FLUXO DE NAVIOS | | | | |
| Atracados | 4.854 | 2,8 | 4.853 | (0,0) |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)



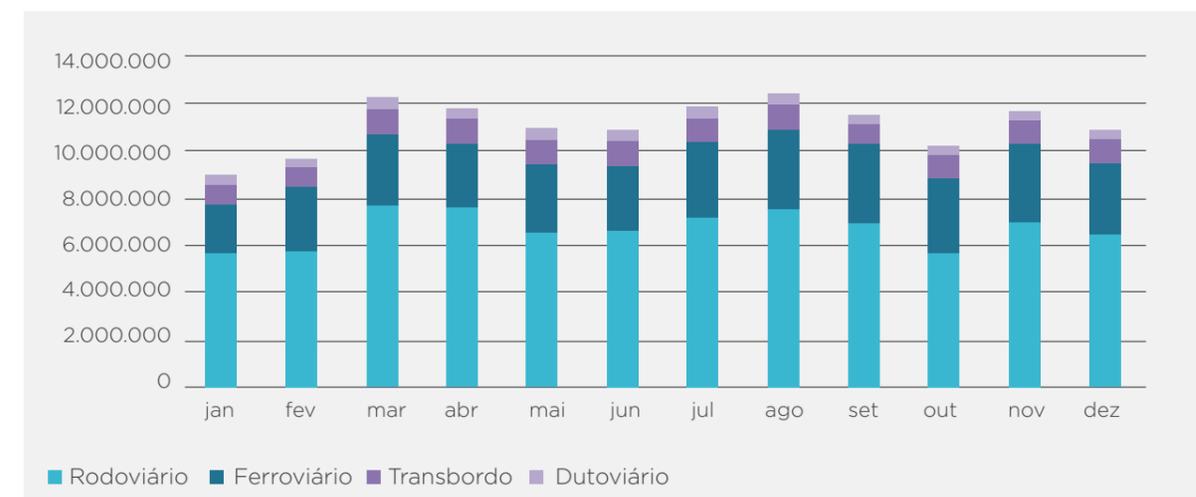
OPERAÇÕES LOGÍSTICAS

8

No que se refere às operações portuárias, foram empreendidos esforços pela Codesp a fim de garantir que, em conjunto com a

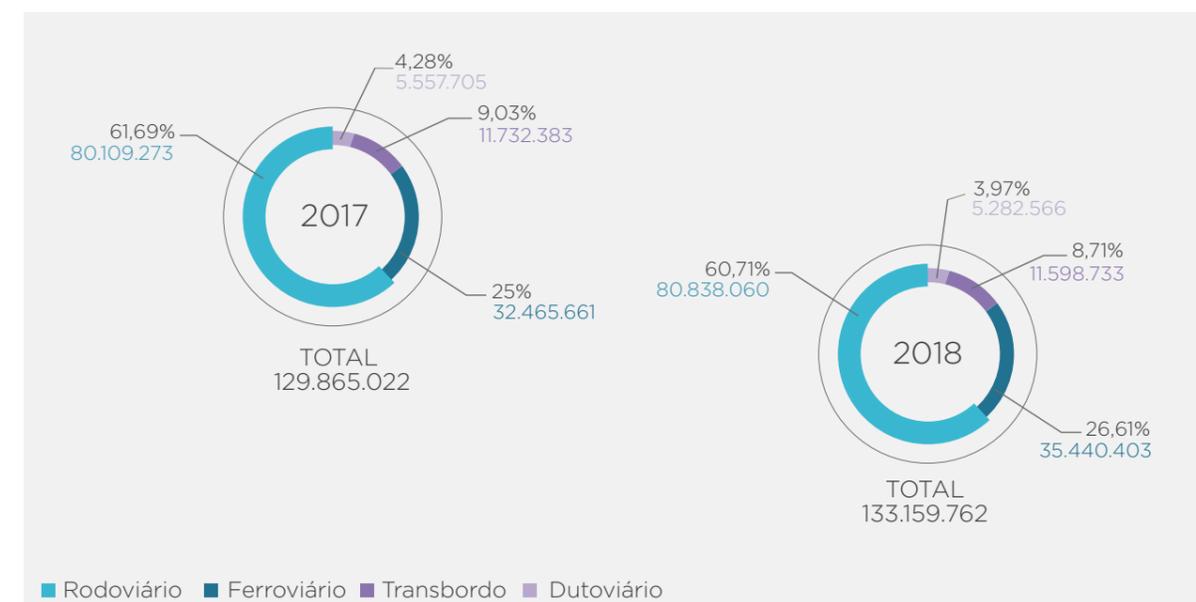
comunidade portuária, mais de 133 milhões t de cargas passassem pelo complexo portuário santista sem intercorrências significativas.

COMPOSIÇÃO MODAL 2018 (EM TONELADAS)



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

PARTICIPAÇÃO MODAL (EM TONELADAS)



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

Com relação ao modal rodoviário, os 2.714.425 de caminhões que acessaram o Porto de Santos em 2018 responderam pelo transporte de mais de 80,8 milhões de t de mercadorias, representando 60,71% do fluxo do complexo portuário. A despeito da complexidade envolvida no gerenciamento do tráfego diário de mais de 7 mil caminhões, o exercício transcorreu sem a ocorrência de congestionamentos, em grande parte, devido aos sistemas de Gerenciamento de Tráfego de Caminhões (SGTC) e Portolog.

Com exceção dos meses de janeiro e fevereiro, durante os quais observou-se algumas dificuldades pontuais em relação à migração do sistema SGTC para o Portolog, a proporção de caminhões que acessaram o porto sem passar pelo agendamento manteve-se próxima a 5%.

No que se refere as ações

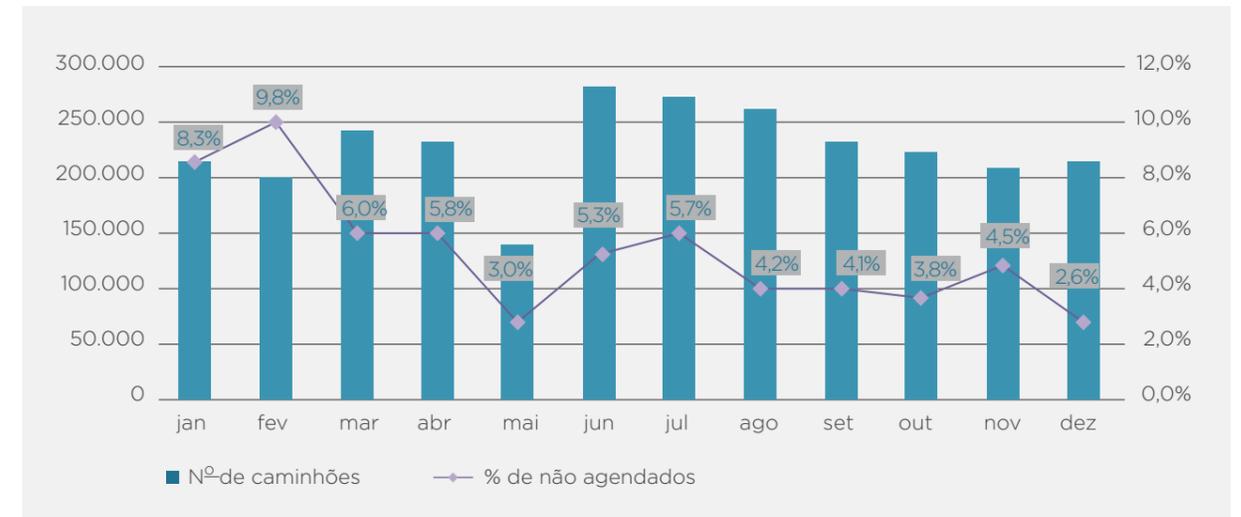
da Autoridade Portuária com relação ao segmento de graneis sólidos, destacam-se as relacionadas à Cadeia Logística Portuária Inteligente (CLPI). Neste ano, os terminais da ADM do Brasil, Copersucar, Cutrale, Terminal Exportador de Santos (TES), Terminal Exportador do Guarujá (TEG), Terminal Elevações Portuárias (TEP), Terminal de Graneis do Guarujá (TGG), T-Grão Cargo e Terminal XXXIX, que operam graneis sólidos de origem vegetal, foram efetivamente integrados ao sistema Portolog. Desde o início de novembro deste ano esses terminais não repassam mais informações ao SGTC, mas ao Portolog.

Em julho deste ano foi criado o grupo de trabalho GT-Portolog Graneis Líquidos, envolvendo os principais representantes desse segmento de carga e visando orientar as áreas operacional e de tecnologia da informação desses terminais para

integrarem-se ao Portolog.

Em 2018, iniciamos o desenvolvimento do Sistema de Apoio ao Frete de Retorno (Safre), que nasceu a partir da constatação do subaproveitamento no transporte de cargas e será uma plataforma colaborativa de busca de frete de retorno, de forma a facilitar o encontro do dono da carga com o transportador, por meio do uso de informações dos sistemas de agendamento (SGTC e Portolog). O Safre tem o potencial de aumentar o fluxo de cargas que passa pelo complexo portuário santista, visto que a redução do custo do frete, por meio do maior uso do frete de retorno (que em média é 50% mais barato que o frete convencional), aumentará a atratividade do Porto de Santos.

NÚMERO DE CAMINHÕES E PERCENTUAL DE NÃO AGENDADOS 2018



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

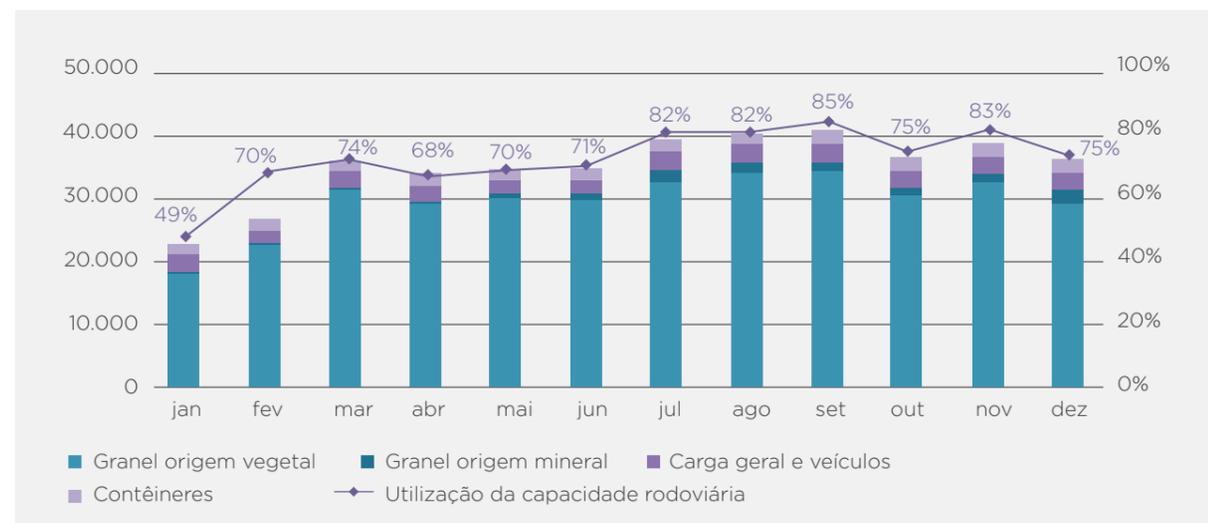
O modal ferroviário vem experimentando sucessivos aumentos de movimentação, apresentando neste Exercício um crescimento de 13,4% no número de vagões movimentados, com destaque para os graneis sólidos de origem mineral, notadamente fertilizantes, que cresceu 145%. Com relação ao volume de cargas transportadas por esse

modal, totalizou 35.440.403 toneladas, representando um aumento de 9,16% em relação às 32.465.661 toneladas movimentadas em 2017. Tais aumentos traduziram-se diretamente no indicador de utilização da capacidade ferroviária, o qual registrou o recorde de 85,09%. Comparativamente aos demais modais, o segmento ferroviário exibiu um sensível crescimento

quanto a representatividade no fluxo total de cargas, passando de 25%, em 2017, para 26,61%, em 2018.



NÚMERO DE VAGÕES E UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE (%) 2018



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

NÚMERO DE VAGÕES

| | TOTAL 2017 | TOTAL 2018 | VAR % |
|------------------------|----------------|----------------|--------------|
| GRANEL ORIGEM VEGETAL | 322.524 | 357.402 | 10,8% |
| GRANEL ORIGEM MINERAL | 5.144 | 12.646 | 145,8% |
| CARGA GERAL E VEÍCULOS | 24.099 | 31.464 | 30,6% |
| CONTÊINERES | 22.178 | 22.607 | 1,9% |
| TOTAL | 373.945 | 424.119 | 13,4% |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

Diversas medidas foram adotadas quanto à acessibilidade aquaviária. Homologado pela Capitania dos Portos de São Paulo, em julho de 2018, e fruto de um trabalho conjunto que envolveu a Praticagem de São Paulo e a Autoridade Portuária, destaca-se o

aumento de 30 centímetros no calado operacional do porto, o qual representou um substancial incremento na sua capacidade de atendimento.

Instituiu-se, ainda, um grupo de trabalho visando a implementação de proje-

to Calado Dinâmico no Porto de Santos. Em linhas gerais, o sistema, que já foi implementado em mais de 26 portos no mundo, irá fazer a modelagem, em tempo real, das condições de navegação do canal de acesso. Uma vez implementado, espera-se que o

sistema proporcione um ganho de 30 centímetros no calado operacional, sem necessidade adicional de dragagem, além do aumento de até 60% nas janelas de atracação e desatracação em função de maré. Estima-se, ainda, que o sistema traga benefícios para os serviços de dragagem, por propiciar um exame mais preciso dos pontos críticos a serem dragados.

FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES

A área de fiscalização das operações portuárias continuou avançando em seu processo de aperfeiçoamento, adotando o sistema de gerenciamento baseado em métricas com análise trimestral. Com a experiên-

cia adquirida na elaboração do primeiro Plano Anual de Fiscalização (PAF), foi confeccionado o PAF 2018, que seguiu as mesmas diretrizes do plano anterior, aprimorando alguns controles de informação e criando novos dados de análise da eficácia fiscalizadora. Nesse contexto, o Instrumento Normativo da Fiscalização foi aprovado, regendo os procedimentos e servindo como base para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento da Fiscalização, que tem como público alvo todos os colaboradores que fazem parte da Gerência de Fiscalização.

Em maio teve início a implementação do projeto para utilização de veículos aéreos não tripulados, Dynamic Remotely Opera-

ted Navigation Equipment (Drones), no processo de fiscalização, principalmente das áreas que estão fora do campo de visão por terra, como, por exemplo, o monitoramento do abastecimento de navios a contrabordo.

FÓRUM SAFRA 2018

Para aprimorar a logística do escoamento das safras foi realizado, em janeiro, o Fórum Safra 2018, permitindo organizar a chegada de caminhões, desde a origem da carga até o Porto de Santos. O encontro foi primordial para o planejamento do fluxo de caminhões, visando inibir transtornos nas rodovias federais e estaduais, municípios e áreas do Porto de Santos.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

9

As ações de governança implementadas pela Codesp foram reconhecidas com as conquistas da certificação de Nível 1 (melhor nível) pela participação no 2º Ciclo do Indicador de Governança (IG-Sest), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que teve como viés verificar a conformidade das empresas com a governança, e certificação de Nível 2 no 3º Ciclo do IG-Sest, que teve como foco medir a efetividade do funcionamento das estruturas de governança implantadas nas empresas estatais federais de controle direto da União. O levantamento é feito pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para avaliar a implementação da Lei 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais.

A primeira apresentação do índice feita pelo Governo Federal aconteceu em 2017 e, na ocasião, a Codesp tinha sido classificada no nível 3, revelando uma grande melhoria na sua gestão em 2018. As empresas foram avaliadas em relação à gestão, controle e auditoria; transparência das informações; conselhos comitês e diretorias. Com base no desempenho

nessas dimensões foram classificadas em níveis de 1 a 4.

O trabalho da área de Governança foi reforçado com a criação da Gerência de Compliance (Gecop), visando fortalecer o papel institucional da unidade de Governança Corporativa e Compliance da empresa, especializando e otimizando os trabalhos de conformidade e integridade, fortalecendo o compromisso da Administração com os objetivos dispostos na Carta Anual de Governança Corporativa. Também será implementado o Programa de Integridade da Codesp, a ser operacionalizado pelo Comitê de Integridade, para integralizar os diversos agentes de compliance.

A área de Governança priorizou suas atividades em quatro frentes, envolvendo o acompanhamento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), do Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO) e da automação dos processos.

Com relação ao PEI, o ciclo 2018 a 2020 foi aprovado pela direção da empresa e pelo Conselho de Adminis-

tração e, ao longo de 2018, foi feito o acompanhamento do Planejamento Estratégico Institucional por meio do monitoramento dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas, comparando os resultados obtidos frente as metas estabelecidas no período, com uso da ferramenta de gerenciamento de portfólio de projetos CA PPM.

Seguindo uma orientação da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNP), a metodologia para cálculo do percentual de conclusão do PMGP foi alterada. Com isso, o ano de 2018 finalizou com a taxa de 97,4% das ações concluídas. Sua evolução durante o exercício foi acompanhada por aquela Secretaria e demais companhias docas que integram a Fase I do projeto.

Ao longo de 2018, 12 novos processos foram mapeados e 40 instrumentos normativos revisados. Foram medidos e monitorados 162 indicadores, criados com o objetivo de acompanhar a execução da estratégia, os quais estão segmentados nas categorias política setorial, estratégicos, táticos e operacionais.

Diversos projetos foram desenvolvidos dentro do PMO, entre os quais o de Sistema Hidroviário de Transporte de Carga, o de Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ), o de Acesso Rodoviário - Ilha Barnabé, o de Elaboração da Carta de Serviço ao Usuário e o de Calado Dinâmico.

Com relação a automação dos processos, foi implementada a ferramenta CA PPM, sendo realizadas as primeiras tratativas para implementação da ferramenta Gerenciador de Fluxo de Trabalho (GFT). Trata-se de uma suíte de sistemas desenvolvida com o objetivo de padronizar, controlar e coordenar o trabalho e processos, auxiliando a empresa a medir o desempenho em relação a estratégia, analisar custos de processos, planejar a capacitação de acordo com a lacuna de competências e realizar o dimensionamento de pessoal quantitativo e qualitativo por área.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

A Gerência de Riscos e Controles Internos (Gecoi) desenvolveu as políticas de Gerenciamento de Riscos, para Transações com Partes Relacionadas, e de Divulgação de Informações Relevantes, além do Regi-

mento Interno do Comitê de Auditoria.

A elaboração do Programa de Integridade da Codesp foi outra iniciativa da área. Referido programa consiste em uma ferramenta de governança que visa viabilizar ações para precaver atos de corrupção, fraudes e desvios de conduta que possam impedir a Codesp de alcançar seus objetivos.

A Gecoi elaborou a Cartilha de Gerenciamento de Riscos e, a partir dela, realizou junto às unidades administrativas 10 mapeamentos de riscos em processos do PMGP.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) permaneceu como uma sociedade de economia mista até 27 de junho, com a quase totalidade de suas ações (99,97%) pertencentes à União e 0,03% distribuído entre 162 acionistas minoritários (pessoas físicas e jurídicas). Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 18 de maio, a Codesp comunicou aos acionistas o plano de adquirir a totalidade das ações em posse de pessoas físicas, em conformidade com as Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como o Decreto n.º 8.945/2016. O procedimen-

to foi efetivado em junho, com o pagamento total de R\$ 443.118,33, recurso proveniente da Reserva de Retenção de Lucros. Não houve redução do capital social, apenas o cancelamento das respectivas ações.

Diante disso, a partir de 28 de junho a Codesp passou a ser uma empresa pública, tendo como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

Nos últimos 2 meses de 2018, a Codesp promoveu alterações na estrutura organizacional das diretorias da Presidência, Administrativa e Financeira, Relações com o Mercado e Comunidade e na de Engenharia, que após a reestruturação, passou a ser ocupada por profissionais de carreira da Companhia.

De acordo com cálculos da Superintendência de Recursos Humanos, a redução de custos com pessoal decorrente das extinções de cargos comissionados, somadas às substituições de ocupantes de cargos de livre provimento por funcionários de carreira, será da ordem de R\$ 4,3 milhões por ano.

COMISSÃO DE ÉTICA

As atividades da Comissão de Ética foram voltadas ao seu desenvolvimento administrativo e funcional, com a elaboração dos fluxos de trabalhos, instrumentos normativos e indicadores de gestão, tanto na esfera ética quanto no campo de conflito de interesses. Esse trabalho foi importante para nortear o andamento dos processos de consultas e apurações, com base nas legislações vigentes e demais orientações sobre o assunto. Foram realizadas consultas e pedidos de autorização no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI), da Controladoria Geral da União (CGU), cabendo à Comissão de Ética a análise dessas questões e a emissão de orientação aos empregados com relação a eventuais conflitos de interesse entre suas atividades na empresa e outras exercidas fora de seu âmbito.

Com os constantes treinamentos realizados pelos integrantes do Comitê foi possível obter subsídios para a análise de processos de conflito de interesses e aqueles relacionados a possíveis desvios éticos, contribuindo para a forma-

ção técnica de seus membros. O treinamento teórico e prático possibilitou a elaboração de apresentações pela Comissão, dentro do curso de "Código de Conduta e Integridade", o qual atingiu cerca de 1 mil colaboradores.

AÇÕES REALIZADAS PELA COMISSÃO DE ÉTICA EM 2018



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

APROFUNDAMENTO DO CANAL DE NAVEGAÇÃO

Os estudos desenvolvidos pela Universidade de São Paulo (USP) foram encerrados e seus resultados apresentados à comunidade portuária. Do mesmo modo, com foco na manobrabilidade dos navios de comprimento de 366 m, já esperados para demandarem ao porto, e interação hidrodinâmica (efeito de navios passantes sobre os navios atracados) os resultados foram encaminhados à Autoridade Marítima que solicitou que tais estudos fossem aprofundados, atingindo todos os cais de atracação do complexo portuário santista, considerando-se, ainda, todas as requisitos de segurança explicitados nos estudos da USP. Esse é o trabalho já iniciado e que se estenderá ao longo do ano de 2019, executado em conjunto com os operadores do Porto de Santos, incluindo-se a Praticagem de São Paulo e serviços de rebocagem. Com essa finalidade foi designado, pelo CAP, grupo de trabalho coordenado pelo Capitão dos Portos de São Paulo.

Como parte do escopo do trabalho foi realizada uma avaliação da projeção da frota futura a demandar o Porto de Santos. Ficou caracterizada uma quantidade de navios que

ultrapassará 8 mil atracações por volta de 2030, sendo 50% deles embarcações porta contêineres.

Estudos adicionais, agora por decisão da Codesp, definirão a profundidade do canal de navegação e berço de acostagem, bem como a família de navios a atender, face à profundidade selecionada. Em princípio, a tendência seria de navios com até 15 mil teu de capacidade, exigindo calado de 15,5 m. A profundidade do canal, considerando-se os efeitos do calado dinâmico, será objeto de estudo mais aprofundado em 2019.

INSTITUTO OCEANOGRÁFICO

A USP, em função da cessão, pela Codesp, do armazém 8 e dos berços de atracações para os seus navios, sob a gestão do Instituto de Oceanografia, vinculado àquela instituição de ensino, dispendeu com a Base de Pesquisa, no período de 2018, a quantia aproximada de R\$ 6 milhões, aplicada, principalmente, com: expedições de pesquisas de navio e barco oceanográficos em investigações do Atlântico Sul, notadamente, voltadas para as questões climáticas e elevação do nível do mar; disponibilidades de cursos para empregados da Companhia na Cidade Universitária e no Centro de Treinamento da Codesp; balanço sedimentar

do canal e bacias do porto que aponta como satisfatório o volume dragado nesse sistema hidroviário; e, entre outras atividades, pesquisas e publicações meteoceânicas associadas ao empreendimento portuário.

PLANO MESTRE

O Plano Mestre, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNP) com auxílio técnico do Laboratório de Transporte - LabTrans, da Universidade Federal de Santa Catarina, recebeu os comentários devidos dos técnicos da Codesp, consolidando o documento. O mesmo encontra-se atualmente em fase de aprovação pela Secretaria de Portos do Ministério da Infraestrutura. Sua aprovação permitirá a definição do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos, baseado na Portaria nº 03/2014, daquela Secretaria.

Em fevereiro ocorreu a apresentação da versão preliminar do Plano Mestre do Porto de Santos. Trata-se de um estudo realizado a cada quatro anos que utiliza como referência o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e propõe ações e melhorias de investimentos. O objetivo do PNLP é propor metas e sugestões de um caminho embasado em regras, direitos e deveres, de forma clara, transparente e

compartilhada.

Além da previsão de demanda, o Plano traz avaliações considerando o setor operacional, infraestrutura de acessos, a gestão da Autoridade Portuária e as relações com o meio ambiente e entre o Porto e a Cidade. O estudo compara a capacidade de atendimento e a demanda de forma específica para cada grande segmento de carga até o ano de 2025.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO DE SANTOS (PDZPS)

Com a aprovação futura do Plano Mestre, a Codesp poderá então concluir o desenvolvimento do PDZPS. Conforme a Portaria SNP nº 03/2014, o documento foi definido em 82 produtos entregáveis, dos quais estão completos 61 produtos da fase de diagnóstico (total de 69), restando por desenvolver 13 produtos da fase de prognóstico/propostas do plano.

REVISÃO DA POLIGONAL

A Poligonal do Porto de Santos foi desenvolvida e discutida com a comunidade ao longo de 2018. O arranjo está sob avaliação da SNP, a quem compete aprovar e

encaminhar para a elaboração do competente Decreto.

HIDROVIA DO PORTO DE SANTOS

A proposta deste estudo visa aumentar a mobilidade no Porto de Santos, pela promoção do uso organizado de retroáreas, integrando-as ao complexo portuário, pelo incentivo ao uso do transporte hidroviário no estuário, contribuindo, genericamente, para a ampliação de sua capacidade. Avalia-se o potencial de navegação interior nos rios da Baixada Santista, sob o ponto de vista da sua importância logística para o desenvolvimento da região, em termos de setores produtivos que poderiam potencialmente vir a se instalar na região, de forma a se beneficiar de uma ligação hidroviária com o Porto de Santos.

Como produto da primeira fase do projeto, foi criado o Regramento Operacional da Hidrovia do Porto de Santos que estabeleceu regras com o objetivo de garantir uma maior segurança na operação para todos que desejem explorar a oportunidade comercial. De forma concisa, o regramento descreve regras e as normas para integração com os sistemas da Codesp, atracação, assim como apresenta os pré-requisitos necessários para o cadastro junto a Autoridade Portuária. As regras, assim

como as normas para cadastro de transportador hidroviário, estão disponíveis no sítio eletrônico do Porto de Santos.

ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

Em 2018, foram celebradas as seguintes renovações de contratos de arrendamento:

- **Adonai Química S/A:** celebrado em 07/12/2018 e prorrogado até junho/2043. Maiores informações sobre os termos do contrato serão disponibilizadas quando do recebimento do processo que deu origem ao aditamento, pelo Poder Concedente.
- **Citrosuco Serviços Portuários S/A:** celebrado em 28/08/2018 e prorrogado até abril/2038. O contrato prevê investimentos de R\$ 66,64 milhões visando aumentar a capacidade de estocagem do terminal, com o respectivo aumento das metas de movimentação (MMC).
- **Concais S/A:** celebrado em 10/07/2018 e prorrogado até maio/2038. O contrato prevê investimentos de R\$ 162,73 milhões, os quais contemplam a construção de um novo salão de embarque de passageiros, além de reformas das atuais instalações, visando modernizar o Terminal. Prevê, ainda, um aumento das metas de

movimentação de passageiros.

- **T-Grão Cargo Terminal de Granéis S/A:** celebrado em 19/06/2018 e prorrogado até junho/2038. O contrato prevê investimentos de R\$ 50,97 milhões, necessários à construção de 4 novos silos metálicos, aumentando a capacidade de armazenagem do Terminal, além de duplicar o ramal ferroviário de manobra e estacionamento de vagões e instalar uma nova linha de expedição com maior capacidade de embarque.

- **TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá:** celebrado em 27/12/2018 e prorrogado até julho/2038. Maiores informações sobre os termos do contrato serão disponibilizadas quando do recebimento do processo que deu origem ao aditamento, pelo Poder Concedente.

- **Terminal XXXIX de Santos S/A:** celebrado em 27/03/2018 e prorrogado até outubro/2050. O contrato prevê investimentos de R\$ 231,25 milhões em novos equipamentos no

berço 37, aumento da capacidade de recepção rodoviária e a construção de 3 silos para grãos agrícolas, ampliando a capacidade de armazenagem do Terminal.

Em 2018 foram viabilizados os contratos de transição, por 180 dias, da Termares (DIPRE-DIREM 01 e 06/2018); Transpetro (DIPRE-DIREM 02 e 10/2018); Pérola (DIPRE-DIREM 03 e 09/2018) e Transbrasa (DIPRE-DIREM 04 e 11/2018).

TERMARES

| CONTRATO | VIGÊNCIA |
|-----------------------|-------------------------|
| DIPRE - DIREM/01.2018 | 21/01/2018 a 19/07/2018 |
| DIPRE - DIREM/06.2018 | 20/07/2018 a 15/01/2019 |

TRANSPETRO

| CONTRATO | VIGÊNCIA |
|-----------------------|-------------------------|
| DIPRE - DIREM/02.2018 | 28/03/2018 a 23/09/2018 |
| DIPRE - DIREM/10.2018 | 24/09/2018 a 22/03/2019 |

PÉROLA

| CONTRATO | VIGÊNCIA |
|-----------------------|-------------------------|
| DIPRE - DIREM/03.2018 | 13/04/2018 a 09/10/2018 |
| DIPRE - DIREM/09.2018 | 02/10/2018 a 30/03/2019 |

TRANBRASA

| CONTRATO | VIGÊNCIA |
|-----------------------|-------------------------|
| DIPRE - DIREM/04.2018 | 17/04/2018 a 13/10/2018 |
| DIPRE - DIREM/11.2018 | 03/10/2018 a 31/03/2019 |

Com relação ao Programa de Relacionamento com os Arrendatários, verificou-se avanços na implantação do Sistema de Informações de

Arrendamentos Portuários (Siap), ainda que parcial, o qual reúne informações pertinentes aos contratos de arrendamento, viabilizando

um banco de dados integrado e melhorando o acesso às informações necessárias às boas práticas de gestão.

Considerando a competência da Diretoria de Engenharia de planejar, supervisionar e acompanhar os investimentos, as obras e os serviços de manutenção dos acessos terrestres e aquaviários no Porto de Santos, destacamos a seguir os empreendimentos e projetos em execução no ano de 2018.

PROJETOS

Um dos principais projetos em andamento é o novo acesso ao Complexo Portuário, na entrada da cidade de Santos. A entrada da cidade vem passando por obras que têm, entre seus objetivos, o de melhorar o acesso portuário, em um empreendimento conjunto envolvendo Município, Estado, União e Codesp. O Edital para contratação do Projeto Básico do novo acesso, que interligará a Rodovia Anchieta e a Avenida Augusto Barata foi publicado pela Codesp em dezembro de 2018. Com esta iniciativa, o Porto vai ser ligado ao sistema rodoviário através das regiões do Valongo e Saboó.

Ainda com relação aos acessos terrestres, foi desenvolvido o projeto funcional para duplicação do acesso rodoviário à Ilha Barnabé. Outro projeto executivo em andamento é o da Avenida Perimetral, no trecho Alemoa/Saboó, entre o viaduto da Alemoa e o

Brasil Terminal Portuário (BTP). No local do projeto foi identificada interferência com linha de gás da empresa Transpetro S.A. No intuito de viabilizar o empreendimento e adequar a interferência, elaborou estudo com nova metodologia e encaminhou à Codesp em 2018. Dessa forma, o projeto executivo da Avenida Perimetral, no trecho em questão, deverá receber revisão. O orçamento para contratação das obras está sendo atualizado e readequado à Lei nº 13.303.

A diretoria executiva aprovou e encaminhou à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNP) do Ministério da Infraestrutura, o projeto executivo da segunda etapa da Avenida Perimetral na Margem Esquerda - Guarujá. O empreendimento promoverá a segregação do tráfego portuário de cargas, adequação de passeios e ciclovias, bem como instalação de passarelas de pedestres, além da construção de ponte estaiada sobre a rodovia Cônego Domênico Rangoni e de viaduto sobre a Avenida Santos Dumont.

Malha Ferroviária

Diversas intervenções na malha ferroviária interna do Porto de Santos foram realizadas ao longo deste ano, a fim de ampliar a capacidade de recebimento de cargas, tais como a revitalização da via perma-

nente, que entre outras ações, promoveu a substituição dos perfis de trilhos antigos por um novo modelo com maior capacidade de suporte. Isso permitiu a chegada de vagões carregados com maior quantidade de mercadorias, além do aumento da velocidade de tráfego e da segurança operacional, por meio da redução do potencial de acidentes por descarrilamento.

A seguir, destacam-se importantes realizações em curso pela Portofer Transporte Ferroviário Ltda., operadora ferroviária arrendatária dos equipamentos e instalações ferroviárias da Codesp, que tem por objetivo a ampliação da participação do modal ferroviário no total de cargas movimentadas em Santos.

Remodelação do sistema ferroviário da região entre o Canal 4 e a Ponta da Praia

A ação prevê a implantação de um novo conjunto de quatro vias ferroviárias de comprimento mínimo de 2.200 metros, ligando a região de Outeirinhos e Macuco à Ponta da Praia, em substituição ao pátio atual, que conta com linhas curtas e que por isso demanda uma grande quantidade de manobras para a acomodação dos trens que chegam ao Porto com destino aos terminais atendidos na área de influ-

ência do pátio. O projeto está em consonância com o empreendimento de readequação da Avenida Perimetral em Santos, no trecho entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, que prevê uma série de outras intervenções viárias. Com o novo arranjo, será eliminada a necessidade de desmembramento das composições no pátio do Macuco e também os conflitos rodoferroviários atuais, traduzindo-se em maior capacidade de processamento de trens e caminhões e maior fluidez de tráfego na região.

Modernização do Pátio e dos Acessos ao Corredor de Exportação

Os serviços abrangem a substituição de toda a infraestrutura ferroviária, a implantação das novas linhas com dormentes de concreto e trilhos com novo perfil, além da aplicação de pavimento asfáltico em toda a extensão delas.

A ação promoverá o aumento da capacidade de movimentação ferroviária dos atuais 5,5 milhões TU/ano para até 20 milhões TU/ano, além da completa segregação dos modais que propiciará significativo aumento de segurança operacional para os terminais da região. Além das obras executadas pela Portofer, também os arrendatários dos terminais portuários situados no Corredor de Exportação

construirão novos sistemas de recebimento, com novas ou repotencializadas moegas, esteiras de recebimento e armazéns.

Remodelação da sinalização rodoferroviária nas Passagens em Nível da região do Valongo, na Rua Senador Cristiano Otoni e Largo São Bento/ Armazém 1 e 1A, com sincronia entre o semáforo e os dispositivos de detecção de aproximação de trens

Foi dada continuidade à implantação da infraestrutura de sinalização (cabeamento, alimentação de energia e instalação de placas de controle) e superestrutura (postes e semáforos), além do comissionamento do equipamento e treinamento dos técnicos que farão a gestão do equipamento. A obra foi concluída em 2018.

Isolamento da faixa de domínio da Portofer

Trata-se de um conjunto de intervenções para buscar a segregação da faixa de domínio da operação ferroviária das demais atividades do Porto e que tem por objetivo aumentar a segurança operacional por meio da redução do potencial de acidentes por atropelamentos e abalroamentos. Entre as intervenções estão previstas a continuidade da obra de construção de muros de vedação e de passarelas em locais de grande fluxo de pedestres

na travessia da faixa ferroviária, tais como nas regiões do prédio da Alfândega, no Centro; no Canal do Mercado; na Praça da Santa e, em Guarujá, no início do pátio ferroviário de Conceiçãozinha.

A iniciativa de construção das passarelas, na Alfândega e Canal do Mercado, aguarda a aprovação do projeto executivo pelas autoridades competentes e a contratação das obras. A construção de muro para vedação das linhas férreas no pátio da Conceiçãozinha e na região da 3ª linha do Paquetá foi iniciada em 2018.

Extensão da Haste de Manobra de vagões vazios em Outeirinhos/ 1ª Fase do Projeto da 3ª linha do Paquetá

Trata-se da implantação de um primeiro trecho da chamada “Terceira Linha do Paquetá” que se estenderá desde a região do antigo prédio do Ministério da Agricultura até a passagem em nível existente em frente ao edifício da área de Operações, com comprimento, aproximado, de 450 m. As obras, iniciadas em agosto de 2018, são necessárias para aumentar a capacidade de atendimento aos terminais situados no contorno de Outeirinhos, reduzir o volume de manobras e com isso atenuar a ocupação das diversas passagens em

nível existentes na região.

Implantação do Sistema Controle de Trens Centralizado (CTC)

Ao longo de 2018 deu-se continuidade às obras do sistema CTC, que consiste na automação de 25 aparelhos de mudança de via, no trecho entre o pátio do Valongo e o Viaduto da Santa, sinalização de todas as linhas neste perímetro, implantação de semáforos inteligentes, comandados por 7 unidades de controle (houses), o que permitirá aumentar a velocidade das operações ferroviárias e garantir a segurança operacional.

OBRAS

Readequação da Avenida Perimetral em Santos – trecho Canal 4/Ponta da Praia

Neste ano, foi dada continuidade ao empreendimento, compreendendo a adequação da Avenida Mário Covas Jr. e da Avenida Ismael Coelho de Souza. Um dos principais objetivos da obra é implementar um conjunto de dois viadutos para evitar o conflito rodoferroviário e promover mais agilidade no tráfego aos terminais localizados na região, solucionando um significativo gargalo entre o tráfego de contêineres e de granéis vegetais. A revitalização do acesso rodoviário entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, segue em obras.



DRAGAGEM

A partir de 13 de julho, o Porto de Santos elevou o calado operacional em 30 centímetros, passando a operar com 13,50 metros no O DHN. Esta conquista deveu-se a uma mudança de metodologia no cálculo da margem de segurança, após estudos da Argonáutica Engenharia e Pesquisas para a Praticagem de Santos, através do emprego do software Redraft, que interpola dados batimétricos com os dados obtidos por sensores em tempo real. Assim, após esses estudos, o chamado “pé de piloto”, que é a folga entre o casco do navio e o leito do estuário, foi reduzido de 1,50 metro para 1,20 metro. Com isso, navios com calado maior, que ficavam até 12 horas esperando a preamar puderam operar com maior agilidade no porto, aumentando a produtividade e, consequentemente, a velocidade das operações.

Assim, a Codesp realizou a manutenção das profundidades do canal de navegação e berços de atracação, sendo que, a partir de abril deste ano, passou a ser executado pela Secretaria Nacional de Portos (SNP), do MTPA, o Contrato MTPA 02/2017, cujo objeto é a elaboração dos projetos básico e executivo para execução das obras de dragagem por resultado



para readequação da geometria do canal de acesso aquaviário e berços de acostagem do Complexo Portuário Santista. A obra justifica-se pela necessidade de manter o calado operacional atingido com a dragagem de aprofundamento do canal de navegação através de Plano Nacional de Dragagem – PND I, e pela otimização das condições de manobralidade no PND II, possibilitando a entrada de navios de maiores dimensões.

ENERGIA ELÉTRICA

Em 2018, foi concluída a implantação do sistema de medição de energia elétrica fornecida pela Codesp para terceiros, compatível aos padrões habitualmente adotados pelas concessionárias, em conformidade com o aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Portolog

O sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog) para o agendamento de caminhões que chegam ao Porto de Santos com diversos tipos de carga foi planejado para implantação em etapas. Após a integração dos terminais para movimentação de granel sólido vegetal e granel líquido vegetal, está em fase

de testes a movimentação de granel líquido de origem mineral, devendo entrar em operação no primeiro semestre de 2019. Ao mesmo tempo, foram feitas tratativas para a implantação dos regramentos para acesso aos terminais de contêineres (fase 3) e carga geral e veículos (fase 4), com previsão para implantação em 2019.

Vessel Traffic Management Information System (VTMIS)

O projeto de implantação do sistema VTMIS, depende de áreas para instalação de radares. Das áreas necessárias, uma pertence a Codesp e sua obra foi concluída em 2018. Estava previsto aluguel de uma área particular e posterior desapropriação. Os outros dois locais restantes estavam sob negociação para liberação e as negociações não avançaram o que impediu a evolução do estabelecido no cronograma do projeto. O contrato foi rescindido e o Conselho de Administração (Consad)

aprovou a imediata abertura de uma nova concorrência.

Sistemas e Soluções

O eSocial, projeto do governo que normatiza a forma de envio de informações da empresa quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e tributárias, teve suas fases de implantação no sistema SAP (três), previstas para 2018, cumpridas conforme cronograma determinado pelo Comitê Gestor do eSocial.

O REINF, escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais, foi testado no primeiro trimestre e implantado em maio/2018, atendendo determinação da Receita Federal.

O Sistema Docas Digital (SDD), plataforma eletrônica que promoveu uma mudança de paradigma nos procedimentos internos da empresa, foi implantado. Pelo sistema, tanto os novos processos, sejam internos ou externos, como

aqueles em tramitação estão sendo migrados para o formato digital. Todos os processos ficam salvos em um banco de dados eletrônico que podem ser acessados pelos colaboradores da empresa. Com isso, o compartilhamento do trabalho e do conhecimento acontece em tempo real, proporcionando maior eficiência administrativa. Por se tratar de novo procedimento de trabalho a Codesp promoveu treinamento que envolveu todos os colaboradores. Foram feitas palestras de esclarecimento e técnicos atendem as dúvidas dos usuários do sistema. Foi criada, ainda, na intranet interface para gerenciamento de férias de funcionários com regras claras e de fácil execução.

Com estas ferramentas a movimentação de papéis entre os diversos setores da Companhia vai ser eliminada, dando maior segurança ao trabalho, garantindo, ao mesmo tempo, a preservação dos documentos, a organização do banco de

dados e o controle das informações, trazendo ainda mais eficiência aos serviços prestados pelo Porto de Santos.

Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Codesp manteve o foco na estruturação de uma base sólida de boas práticas de governança de TIC que atendam aos requisitos definidos por órgãos de controle do governo. Em 2018 foram formalizados pela Diretoria Executiva 9 Instrumentos Normativos (IN) que tratam de assuntos ligados ao direcionamento estratégico e tático, segurança da informação, desenvolvimento de software e aquisições de TIC. Também foram mapeados e classificados os riscos de processos de TIC descritos em IN já implantados, visando melhor controle sobre sua execução e redução de impactos negativos na ocorrência de situações adversas.

Foi instituído o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) que tem como principais responsabilidades dar o direcionamento tático e estratégico tecnológico da Codesp, além de garantir e acompanhar a aplicação de boas práticas de governança de TIC. A Codesp contratou uma empresa para reestruturar a rede administrativa de dados, com instalação de novas fibras ópticas, através dos edifícios do complexo da Avenida Rodrigues Alves e edifício da área de Operações Logísticas (Dirop). A instalação, que demanda intervenção de engenharia civil, prevê uma nova rede WI-FI mais robusta e com controle centralizado, com abrangência nestes edifícios. Novas ferramentas de gestão da rede de dados também serão implantadas. Com isso, será possível aprimorar a capacidade de comunicação de dados nos locais citados, trazendo melhor velocidade, disponibilidade e segurança.

Atendendo às demandas de

transparência e eficiência, entrou em funcionamento o novo website do Porto de Santos. Apresentando nova identidade visual, com navegação ágil, permite a divulgação das atividades da empresa e do Porto de Santos em toda a sua amplitude e abre um canal de comunicação com o público.

A Codesp iniciou estudos para a instalação de um novo Datacenter para suportar o crescimento dos serviços de TIC e aprimorar a segurança dos dados sob sua guarda.

A ferramenta de gestão de projetos CA PPM foi implantada com customizações que propiciaram o monitoramento dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas, comparando resultados obtidos em relação às metas estabelecidas para o período, dando suporte ao Plano Estratégico Institucional (PEI).



GESTÃO DE PESSOAS

12

A Codesp investiu cerca de R\$ 500 mil na capacitação de seus 1351 colaboradores em 2018. Uma quantidade superior a 56 mil horas de capacitação foi ministrada, uma média de 41,5 horas de capacitação por funcionário, permitindo aos empregados progredirem dentro de sua categoria no quadro de carreiras.

Além da contratação de cursos realizados in-company, voltados para o desenvolvimento técnico dos empregados, tais como “Inovações nas licitações e contratos trazidos pela nova Lei das Estatais”, “Redação empresarial”, “Norma Regulamentadora nº 10”, “Elaboração de Termo de Referência e Planilhas orçamentárias”, “Gestão documental”, “Gerenciamento de projetos”, “Gestão de riscos”, “Operador de VTS” e “Língua inglesa”, houve também participações em congressos e seminários, entre os quais: “40º Congresso Nacional de Advocacia Trabalhista”, “Congresso Nacional de Recursos Humanos”, “10º Encontro de Museus”, “27º Encontro sobre o Sistema de Desempenho Portuário”, “Congresso Internacional de Logística” e “Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética”.

Para os colaboradores em serviço na Superintendên-

cia da Guarda Portuária foram ministrados cursos sobre abordagens táticas em patrulhamento, atualização de agente de trânsito, ameaças assimétricas, nuclear, biológica, química, radiológica e explosivos, além de cursos de supervisor de segurança pública, para tripulação de embarcações de estado no serviço público, entre outros. A capacitação na Guarda Portuária envolveu, também, exercícios simulados de alteração no nível de segurança, direção defensiva e tempo de resposta, monitoramento e abordagem de veículos, acionamento do Plano de Ajuda Mútua (PAM), combate à incêndios e uso, modulação e comunicação. Além dos cursos presenciais, uma quantidade expressiva de colaboradores realizou cursos online disponibilizados pelas escolas do Governo Federal. Aos gestores, foi ministrado o curso “O Líder do Agora”, visando capacitá-los para auxiliar no processo de gestão de pessoas.

Em atendimento à Lei 13.303, foi proporcionada palestra para todos os empregados quanto ao “Código de Conduta e Integridade” da Companhia.

A Socialização do Conhecimento, viabilizada por colaboradores da empresa,

continua em curso. Neste ano esse processo envolveu a gestão e fiscalização de contratos, a gestão da qualidade – metodologia 8S, educação financeira e regulamento interno de licitações e contratos.

A parceria com a Universidade de São Paulo (USP) proporcionou vagas em disciplinas eletivas de oceanografia, em São Paulo, e cursos de extensão realizados na Codesp, abertos, também, à comunidade, somando mais de 8 mil horas de capacitação.

No que se refere à saúde e qualidade de vida, foram ministradas palestras abordando temas como vacinação, saúde do homem, paternidade, doenças, prevenção ao suicídio, compulsão alimentar, saúde bucal, uso racional de medicamentos, entre outras. Foram realizadas campanhas de prevenção de doenças, como vacinação contra a Influenza e testes rápidos para Hepatite C e estímulos à atividade física, como aula de ritmos no Dia do Desafio, dança circular no Outubro Rosa e aula de pilates na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

O Clube do Livro manteve seus encontros periódicos e, em comemoração aos seus seis anos de existência, criou-se o Clube do

Livro Itinerante, que permitiu disponibilizar mais de 300 livros em alguns locais da empresa, incentivando colaboradores, terceirizados e visitantes a lerem mais.

A Codesp elegeu 2018 como o Ano da Sustentabilidade, propiciando campanhas, atividades e palestras como “Ajudando o Ambiente Sustentável”, “Lixo Zero” e “Pura – Programa Uso Racional de Água”.

Em 2018, a Codesp realizou eleições para representante dos empregados no Conselho de Administração, que ocorreu no período de 06 a 11 de julho. Foi eleito Hélio Marques Azevedo, empossado em 11 de outubro de 2018.

FUNDAÇÃO CENEP

A Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos - Cenep Santos - completou 10 anos de existência em 2018, alcançando a marca de 14.819 capacitações desde 2008.

Neste ano, o Cenep prosseguiu ministrando treinamentos para trabalhadores em geral: avulsos, vinculados às empresas portuárias e da administração do porto.

No total, foram oferecidas 29.735 horas de capacitação em 2018, incluindo

cursos, seminários e palestras, sendo 3.438 profissionais capacitados em 44 diferentes tipos de eventos. Essa quantidade representa um aumento de mais de 260% com relação ao número de participações em 2017.

Essa ampliação foi possível com o lançamento de cursos no formato “aberto”, como: “Gestão de Projetos na Área Portuária”, “ShipPlanner” e “Vistoriador de Containers” e, também, com a oferta de cursos in company às empresas portuárias, como à própria Codesp.

Outra importante novidade foi a assinatura de um memorando de entendimento, em março, com a escola de capacitação belga “Apec”, uma das mais conceituadas no mundo.

Em agosto, por meio de um convênio firmado com a Prefeitura de Santos, foi possível ampliar a quantidade de vagas em cursos de aperfeiçoamento nas carreiras portuárias. Em outubro, a Fundação firmou Termo de Cooperação com a Secretaria de Educação de Santos (Seduc), que permitirá retomar o projeto “Parceiros do Saber”, de alfabetização de jovens e adultos do Porto e do seu entorno.

Por fim, cabe destacar

como uma das principais ações inovadoras da Fundação no período a implantação do aplicativo para smartphones (app Cenep Santos) que divulga as informações de cursos na área portuária e aproxima a Fundação da comunidade.

CONCURSO PÚBLICO

Ao final de 2016, a Codesp contratou a Coordenadoria de Apoio a Instituições Públicas/Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Caipimes) para realizar o Concurso Público que tinha por objetivo o preenchimento de 21 vagas, distribuídas entre 18 cargos. O Edital de Abertura foi publicado em 14 de fevereiro de 2017, data de início das inscrições que se encerraram no dia 19/3/2017, período em que 18.098 candidatos mostraram interesse em participar. O resultado final do concurso foi homologado em 21/07/2017.

Após a homologação, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública junto à 1ª Vara Federal de Santos (Processo nº 5001942-85.2017.403.6104) objetivando a declaração de nulidade do Concurso Público nº 01/2017, bem como da desconstituição dos vínculos empregatícios eventualmente formalizados, de forma a “assegurar o direito dos

candidatos negros, pardos e deficientes de participar do concurso público de forma isonômica”.

Por aproximadamente 30 dias, a Codesp manteve tratativas com o Procurador da República na tentativa de entabular um acordo com vistas a encerrar a lida, independentemente do entendimento da empresa de que não havia qualquer irregularidade no certame. Essas negociações resultaram infrutíferas.

O processo continua em instrução na 1ª Vara Federal de Santos, sem previsão de decisão.





RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

13

A Codesp desenvolveu em 2018 ações voltadas para seu objetivo estratégico de obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional. Entre elas, destacam-se a edição da Carta de Serviços ao Cidadão, visando informar a sociedade sobre os serviços prestados e como acessá-los. Essa ferramenta foi disponibilizada ao cidadão em seu sítio eletrônico.

A iniciativa, pioneira no setor portuário, teve como foco o cidadão e visa estimular sua participação nas questões portuárias, facilitando e ampliando o acesso aos seus serviços e às suas informações, contribuindo para o aprimoramento da qualidade do atendimento prestado.

A Carta de Serviços integra o processo de transformação da gestão, em evolução na Codesp, e inclui informações sobre o atendimento geral por meio do protocolo de solicitação de serviços, recepção de visitas ao Porto de Santos, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), procedimentos para gravação em instalações do Porto, estágios, fornecimento de documentos, cadastros, licitações, patrocínios, segurança pública portuária, operações portuárias, infraestrutura, serviços e utilidades, meio ambiente, bem como

planejamento e estatísticas, entre outros.

O Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de novembro, também atende a esse objetivo estratégico. A ação trata da prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes ou atos de corrupção na empresa.

Ainda com o compromisso de atender melhor e com transparências às necessidades de informação de seu público, a Codesp estreou em 2018 o novo visual de seu website.

Para viabilizar sua comunicação com o público interno e externo a Codesp utiliza os seguintes canais de comunicação: intranet, sítio eletrônico, Ouvidoria, mídias sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter e YouTube).

PATROCÍNIOS

Com os patrocínios de eventos a Codesp buscou ampliar a percepção positiva da marca Porto de Santos, bem como o incentivo às ações socioculturais voltadas para a relação Porto-Cidade, ainda dentro de seu objetivo estratégico de obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional. Após processo de seleção, que levou em conta a capacidade de reconheci-

mento da sociedade e a eficiente utilização dos recursos financeiros, doze projetos foram acolhidos e realizados em 2018.

Guerreiros sem Armas, do Instituto Elos Brasil, foi um deles, que incluiu ações no Monte Serrat, em Santos, e duas comunidades em Cubatão — Pilões e Vila dos Pescadores. A atividade contou com a participação de jovens de diversos países, como de mão-de-obra voluntária para realizar trabalhos nestas comunidades carentes.

No aspecto ambiental, o Programa Mantas do Brasil, do Instituto Laje Viva, também recebeu o patrocínio da Companhia Docas, objetivando preservar a maior espécie de arraia do mundo (Manta Birostris) e o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. O Programa também divulgou junto às escolas e outras entidades como vem sendo desenvolvido esse trabalho. Também foram patrocinados a etapa santista da 7ª Mostra Ecofante de Cinema Ambiental, festival de cinema de abrangência nacional voltado especificamente às questões ambientais; e o I Seminário Internacional Oceanos Livres de Plásticos, que envolveu palestras, mostras audiovisuais e ações de guerrilha sobre o tema.

Reforçando sua presença

no esporte local, a Codesp patrocinou a prova ciclística Descida das Escadas de Santos, em fevereiro. A prova aconteceu no Morro do Pacheco, em Santos e foi transmitida, ao vivo, pelas redes de televisão nacionais e internacionais.

Já na área da cultura foram patrocinados sete projetos. Dentre eles, o Santos Jazz Festival, que aconteceu em vários espaços na cidade, com shows de música de intérpretes brasileiros e internacionais. Outros proje-

tos culturais foram o Arte no Dique, que promove shows de artistas brasileiros consagrados voltados para o público de baixa renda do Dique da Vila Gilda; o projeto Guri, iniciativa do Governo de Estado de São Paulo que fornece aulas de educação musical para jovens no contraturno escolar e o Fescete, celebrado festival santista de teatro, que ocupa diversas salas e aparelhos culturais da cidade. A programação anual da Pinacoteca Benedito Calixto, um dos princi-

pais aparatos culturais da cidade de Santos também foi contemplada, juntamente com o Cine na Praça, que realizou sete exibições de cinema abertas ao público geral; e a Banda e Coral do Lar das Moças Cegas, composta por deficientes visuais atendidos pela instituição e, graças ao patrocínio, foi capaz de renovar os instrumentos da banda e expandir sua atuação.

No final de 2018 foram selecionadas duas propostas de patrocínio para serem

realizadas em 2019. A seleção envolveu 49 projetos e levou em conta a capacidade de reconhecimento da sociedade e a eficiente utilização dos recursos financeiros da empresa. Os patrocínios selecionados foram:

Santos Jazz Festival

É uma iniciativa que promove o acesso à música essencialmente brasileira nas vertentes do jazz, com uma programação extensa que inclui músicos da região, nacionais e internacionais.

Durante quatro dias, são montados palcos em lugares abertos da cidade onde o público tem a possibilidade de apreciar ampla grade musical e se qualificar por meio de workshops diversos.

Festival de Cenas Teatrais (Fescete)

Há mais de 20 anos, o Fescete promove a formação de novos talentos e o intercâmbio cultural entre profissionais das artes e público. Com a participação de mais de 1200 artistas da

dança, teatro, música, poesia e artes visuais, vem fomentando a cultura regional por meio de cursos, debates, workshops, apresentações e exposições amplamente acessíveis à população da região de Santos.

VISITAS

A Codesp recebeu, em 2018, visitas de instituições ligadas ao Porto e ao comércio exterior brasileiro, integradas por autoridades do setor, empresários ou acadêmicos, nacionais ou internacionais. Foram recepcionadas 97 delegações e realizadas apresentações sobre o complexo portuário para cerca de 1809 pessoas. Outras 48 visitas foram de instituições acadêmicas e 49 de empresários e autoridades.

PUBLICIDADE LEGAL

Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

A Codesp mantém com a EBC o contrato DIPRE/115A.2016, no valor de R\$ 1.125.000,00, para veiculação de publicidade legal em jornais privados, tais como editais, balanço anual/demonstrações contábeis, avisos, etc. A data de vencimento do referido instrumento contratual é 22 de dezembro, tendo sido renovado por mais um período de 12 meses.

Imprensa Nacional (IN)

Para veiculação da sua publicidade legal no Diário Oficial da União, tais como editais, balancetes, avisos, etc., a Codesp mantém o contrato DIPRE/103.2016 com a Imprensa Nacional, no valor de R\$ 150.000,00.

A data de vencimento do contrato é 01 de janeiro, tendo sido renovado por mais um período de 12 meses.

Imprensa Oficial do Estado S/A (Imesp)

O contrato DIPRE 01.2017, no valor de R\$ 225.000,00, que a Codesp mantém com a Imesp é utilizado para veiculação de publicidade legal (balanço anual/demonstrações contábeis e atas) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE). A data de vencimento do referido contrato é 01 de janeiro, o qual foi renovado por mais um período de 12 meses.

Publicidade Institucional

O impacto de novas tecnologias e ampliação dos meios de comunicação que multiplicam nossos públicos alvo impuseram novos focos e paradigmas no relacionamento com o mercado e com a sociedade, consolidando a comunicação como matéria prima estratégica para a Codesp. Neste ambiente altamente dinâmico, a comunicação tem que estar integrada ao processo de tomada de decisões, tornando pública e transparente a sua competência técnica e missão institucional. Assim, a Codesp instituiu em 2018 sua Política de Comunicação Social, sob a coordenação da Assessoria de Comunicação Social, com a participação de outros

setores.

A Política de Comunicação reforça a disposição da Codesp de integrar as ações e estratégias de comunicação voltadas para os ambientes interno e externo e reforça o princípio básico de que a comunicação é um processo que compete a todos e que exige capacitação. Ela deve vislumbrar, ao mesmo tempo, os públicos interno e externo e, de forma geral, o cidadão.

Oficina de Ideias Publicidade Ltda. - EPP

Para desenvolver suas campanhas de comunicação institucional (externas e internas) a Codesp manteve em 2018 o contrato DP/57.2014, com prazo de vencimento em 24 de outubro. Referido contrato não foi renovado. Dentro desse contrato foi produzido o layout do Relatório de Administração, divulgação de campanhas de conscientização, calendário para 2018, novo layout do website, vídeos institucionais, banners, outdoors, entre outros.

DESPESAS COM PUBLICIDADE EM 2018

| | PROGRAMA/AÇÃO ORÇAMENTÁRIA | VALORES CONTRATUAIS | VALORES PAGOS (R\$) |
|---------------------------|--|---------------------|---------------------|
| PUBLICIDADE INSTITUCIONAL | Ações de publicidade institucional visando padronização da marca da empresa, ampliar a comunicação interna e externa da Codesp | 700.000,00 | 211.809,59 |
| PUBLICIDADE LEGAL | Publicações de editais de avisos, comunicados, balancetes, pregões eletrônicos, concursos, resultados, aditivos, extratos de contratos, ATAS, convocações da empresa | | |
| | Empresa Brasil de Comunicação (EBC) | 1.125.000,00 | 1.016.805,66 |
| | Imprensa Nacional (DOU) | 150.000,00 | 82.045,66 |
| | Imprensa Oficial do Estado S/A (IMESP) | 225.000,00 | 125.883,36 |
| MERCADOLÓGICA | - | - | - |
| UTILIDADE PÚBLICA | - | - | - |
| TOTAL | | 2.200.000,00 | 1.436.544,27 |





MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO

14

Com a comemoração dos 126 anos do Porto de Santos, a Codesp definiu 2018 como o Ano da Sustentabilidade Ambiental no complexo portuário santista e lançou uma logomarca usada nas assinaturas de todos os e-mails, assim como nas campanhas sobre o tema realizadas neste ano.

O símbolo, idealizado para marcar o empenho da Companhia em conciliar a atividade econômica com a preservação do Meio Ambiente, trouxe a imagem do estuário santista, nas cores da empresa, e o verde de sua vegetação, além da inscrição “Sustentabilidade Ambiental” e “126 Anos de História”.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Um dos focos da área ambiental neste ano foi o cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Operação (LO) nº 1382/2017, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no âmbito do processo de regularização ambiental do Porto de Santos, que implicou no desenvolvimento de amplo conjunto de programas ambientais. Em 2018, por meio de seu próprio corpo técnico ou empresas especializadas contratadas, foram executados os

subprogramas de Monitoramento de Quelônios; de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem; de Educação Ambiental para Trabalhadores; programas de Educação Ambiental; de Comunicação Social; de Monitoramento de Avifauna; de Monitoramento e Controle da Fauna Sinantrópica Nociva (Vetores e Reservatórios) e de Monitoramento de Resíduos Sólidos. O início do programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, também desenvolvido neste ano, precedeu a emissão da LO e deverá passar por uma revisão para atender as recomendações do Ibama na referida Licença.

Outros programas e subprogramas, oriundos do Plano Básico Ambiental das Obras de Dragagem, incorporado ao escopo da LO nº 1382/2017, foram retomados integralmente em 2018, tais como os subprogramas de Monitoramento da Qualidade dos Organismos Bioindicadores-Bioacumulação; de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplânctônica; de Monitoramento Ambiental do Polígono de Disposição Oceânica, bem como os programas de Monitoramento dos Manguezais e do Perfil Praia.

Outros programas estão em fase de aprovação de escopo pelo órgão ambien-

tal federal, tais como o de Monitoramento da Qualidade do Ar; dos Passivos Ambientais; de Controle de Ruídos e Vibrações e de Mitigação de Interferências Viárias.

Com relação aos programas de Monitoramento da Atividade Pesqueira e de Regularização Fundiária, a Autoridade Portuária solicitou ao Ibama a reavaliação das condicionantes que exigem sua implantação, tendo em vista, principalmente, eventuais conflitos relativos à sobreposição de competências com outros órgãos da Administração Pública.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é essencial tanto para o atendimento às condicionantes da LO do Porto de Santos como à Resolução Conama nº 306/2002 e está relacionada ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Antaq, e às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), da Codesp.

A gestão do SGA contemplou, em 2018, a divulgação da Política Ambiental e da Planilha de Aspectos e Impactos para os colaboradores da Codesp, além de ações específicas direcionadas, principalmente, para atendimento às não confor-

midades identificadas na Auditoria Ambiental realizada em 2016.

PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL

O Plano de Emergência Individual (PEI) é um documento que reúne informações relevantes e descreve os procedimentos de resposta das instalações portuárias a um incidente de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, decorrente de suas atividades. A Resolução Conama nº 398, de 11 de junho de 2008, estabelece o conteúdo mínimo que deve ser abordado no documento de resposta.

Ao longo do ano, os instrumentos de atendimento às emergências no Porto de Santos, como o PEI, o Plano de Ajuda Mútua, a Brigada de Incêndio da Guarda Portuária e o Plano de Área continuaram plenamente ativos para atender às diversas ocorrências, tais como derramamento de óleo e produtos perigosos, sinistros, incêndios, entre outras.

CONTROLE E MONITORAMENTO DA FAUNA SINANTRÓPICA NOCIVA

O Programa de Controle e Monitoramento de Fauna Sinantrópica Nociva (FSN) está dividido em subprogramas cujas ações são realizadas por empresas contratadas ou por colaboradores da equipe da Gerência de Segurança do Trabalho da Codesp.

Em 2018 foi realizado o controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas em todos os imóveis e terrenos da Codesp, por meio de dedetizações trimestrais e desratizações



mensais. Além disso, a empresa contratada deu continuidade no combate ao mosquito *Aedes aegypti* e realizou o controle de outras espécies importantes, como abelhas, vespas, caramujos e aracnídeos.

Para monitorar e controlar a população de animais domésticos na área portuária foram realizadas campanhas de adoção e castração e procedimento veterinários, como ações de controle de pulgas e carrapatos e vermifugações. Animais acidentados ou em reabilitação foram encaminhados para atendimento clínico realizados pelo órgão municipal de bem-estar animal (Codevi-

da) ou na ONG Defesa da Vida Animal. Os animais que ainda residem na faixa portuária continuam sendo monitorados e recebendo atendimento veterinário quando necessário.

Durante o período de janeiro a novembro de 2018, foram realizadas 8 palestras técnicas sobre controle de animais sinantrópicos para os colaboradores da Codesp, usuários do Porto, estudantes e munícipes da Baixada Santista. As palestras foram ministradas no Concais, Prefeitura de Santos, Centro de Treinamentos da Codesp, Unimes, entre outros.

GERENCIAMENTO AMBIENTAL E LICENCIAMENTO DE OBRAS NO PORTO

Com a finalização da obra de reforço e recuperação estrutural do cais dos Armazéns 12A ao 23, a Codesp enviou ao Ibama o Relatório Final Consolidado do gerenciamento ambiental do empreendimento, demonstrando o cumprimento de todas as exigências do órgão ambiental estabelecidas na Licença de Instalação nº 896/2012.

Já o gerenciamento ambiental das obras no trecho entre o Canal 4 e a Ponta da Praia da Avenida Perimetral Portuária, em Santos, está sendo realizado desde 2016 e todas as condicionantes ambientais contidas na Licença de Instalação nº 1098/2015 encontram-se em andamento. A Codesp enviou ao Ibama o relatório do primeiro semestre do ano de 2018 sobre o gerenciamento do empreendimento.

PLANO DE AJUDA MÚTUA

O Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos reflete a união entre Codesp, arrendatárias, instituições públicas e comunidade, e tem como objetivo auxiliar no atendimento emergencial oferecido pelo governo, como Samu, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, sempre que são acionados para atenderem a uma ocorrência.

A ideia é disponibilizar pessoal treinado, materiais e equipamentos adequados para que possam agir de forma rápida e coordenada até a chegada dos socorristas. Como o tempo é primordial nessas situações, a estratégia é considerada fundamental em complexos portuários onde os riscos podem ser maiores.

Em 2018, os integrantes do PAM realizaram visitas técnicas nos terminais portuários, em conjunto com todas as guarnições do Corpo de Bombeiros da

cidade de Santos. O objetivo das visitas foi conhecer os acessos aos terminais, rotas de fuga, bem como a estrutura física para combate a incêndios. Além disso, permitiu o cumprimento das inspeções técnicas previstas para este ano.

Em abril de 2018, o PAM desenvolveu ações junto ao Ministério do Trabalho contemplando a realização de palestras visando à prevenção de atividades laborais em altura junto aos operadores portuários.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Seguindo o Plano Anual de Fiscalização (PAF), a Gerência de Segurança do Trabalho e a Gerência de Meio Ambiente realizaram 524 fiscalizações nas áreas arrendadas e públicas do Porto de Santos. Todas as inspeções geraram relatórios que tramitaram internamente na Companhia, buscando solucionar os problemas constatados de forma célere e integrada.

Além de atuar diretamente nas áreas públicas, a Codesp colabora com os terminais arrendatários prestando apoio técnico, compartilhando boas práticas e, na qualidade de administradora portuária, atua na fiscalização para garantir que as exigências estabelecidas na legislação e nos contratos de arrendamento sejam cumpridas.

RESÍDUOS SÓLIDOS

O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Porto de Santos é o instrumento norteador previsto no Regulamento de Exploração do Porto de Santos, sendo obrigatória sua observância por todos os integrantes do Porto Organizado, no que concerne ao adequado gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em todas as atividades.

Todos os entes que atuam no Porto de Santos enviaram inventários mensais de geração de resíduos, sendo os dados analisados e compilados pela equipe de Meio

Ambiente da Codesp. Os resultados obtidos são expostos no Relatório Anual de Resíduos Sólidos do Porto de Santos.

Além da padronização dos inventários de resíduos, foi adotado um Roteiro para Elaboração dos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que contém a sua estrutura mínima e a descrição de cada um dos itens, visando facilitar a elaboração dos planos e a análise integrada dos dados pela equipe técnica.

O PGRS da Codesp prevê condições e recursos adequados para o gerenciamento dos resíduos gerados nas atividades diretas da Companhia, bem como as ações de controle dos resíduos gerados por terceiros, citadas anteriormente.





SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA

15

Alinhada ao seu objetivo estratégico de manter a certificação em segurança pública portuária, a gestão da Superintendência da Guarda Portuária desenvolveu, em 2018, um rol de ações com esse propósito.

A busca pela certificação no International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code), junto à Conportos, resultou no atendimento às 6 das não conformidades apontadas pelo Comitê por ocasião de auditoria realizada em setembro de 2017. Das 32 não conformidades apontadas, duas foram consideradas inexequíveis e outras 24 estão em processo de saneamento.

A fiscalização foi reforçada com o uso de drones que chegam, com segurança, onde os integrantes não chegam. Além disso, a Guarda Portuária passou a ter acesso ao Sistema Porto Sem Papel (PSP), que possibilita ao chefe de serviço de plantão obter informações sobre os navios atracados no Porto. Além disso, a Corporação passou a enviar às autoridades que interagem no complexo portuário os registros de ocorrências e implantou processo administrativo disciplinar visando a regularização de medidas punitivas quando do uso inadequado de credenciais do Sistema de Segurança Pública Portuária

(SSPP) e de acesso irregular às áreas restrita, conforme dispõe a Resolução Dipre 31/2012.

Com relação ao trânsito nas vias portuárias, toda a sinalização horizontal e vertical foi readequada, atualizada e renovada. Além disso, foi feito o mapeamento e nomeação das vias da Ilha Barnabé, a qual foi incluída no convênio que a Codesp mantém com a Companhia de Engenharia de Trafego de Santos (CET). O convênio com a Prefeitura Municipal de Guarujá foi renovado, permitindo uma ação mais efetiva da Corporação no trânsito das vias portuárias localizadas naquele município.

O Patrulhamento Marítimo passou a operar com 3 guardas portuários e a priorizar a fiscalização em horário diurno. Os trabalhos em terra foram reforçados com a criação da Equipe Rocam, integrada por 6 guardas portuários que operam em horário diferenciado, e da Ronda da Ilha Barnabé, que atua, exclusivamente, na fiscalização entre o acesso à Ilha e a área do cais.

A Corporação passou a ter o controle efetivo da sua frota à disposição, resultando em um número maior de viaturas e celeridade nas operações de segurança. Outra providên-

cia foi a atualização de armamentos, munições e coletes balísticos, bem como a aquisição, conforme previsto na legislação, de espargidores (armamentos menos letais) para serem utilizados no controle de distúrbios. Atualmente, a Guarda Portuária conta com um integrante credenciado no Exército Brasileiro para as tratativas referentes a aquisição desses produtos controlados. Visando o porte de arma funcional para seus integrantes, a Corporação contratou clínica de psicologia e escola de instrução de tiro, credenciadas pela Polícia Federal, para aplicação dos testes.

A capacitação do efetivo foi reforçada com os cursos de supervisor de segurança portuária, de atualização de agente de trânsito/CET, de SPP – Módulo Credenciamento, de tripulantes de embarcações do Estado, de condução de embarcações do Estado e de combate a incêndios em navios.

A Guarda Portuária (Gport) estabeleceu, também, práticas de exercícios simulados para todas as suas turmas nas diversas áreas de atuação, como ações de policiamento e abordagem, combate a incêndio, planos de chamada e atendimento a usuários.



A Superintendência, a pedido da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), efetuou o levantamento de todos os veículos que se encontravam no pátio de caminhões, em área da União sob guarda da Codesp, na Vila Sapo, que será destinada para construção de conjuntos habitacionais. Seus proprietários foram notificados para retirada dos veículos e aqueles que permaneceram foram removidos para área sob guarda da Codesp no bairro da Alemoa. A desocupação total do local ocorreu em 10 de agosto de 2018.

A Corporação providenciou a segregação de área para a Deicmar, no Saboó, que passou a responder pelo acesso de caminhões com destino ao seu terminal, ficando a Gport com o

controle dos caminhões destinados ao cais público.

O trabalho relevante da Guarda Portuária facultou-lhe homenagem do Exército Brasileiro por sua atuação na Operação Caicara, durante a greve dos caminhoneiros, pela prática de ações relevantes em prol do bem comum. Cabe destacar, ainda, a participação da Gport na campanha Maio Amarelo – Estrada Livre de Drogas, que contou com a colaboração de um número superior a 40 guardas portuários, que participaram de atividades de caráter educativo, promovendo informação, orientação e conscientização aos motoristas quanto aos malefícios do uso de drogas e bebidas alcoólicas quando na condução de veículos.

ARBITRAGEM CODESP VS GRUPO LIBRA

Ao longo do ano, tramitou perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM/CCBC), disputa envolvendo a Codesp e o Grupo Libra (composto por Libra Terminais S/A, Libra Terminal Santos S/A e Libra Terminal 35 S/A), relacionada às demandas oriundas da execução de contratos de arrendamento celebrados entre as partes, conforme Termo de Compromisso Arbitral assinado em 02 de setembro de 2015. Em 07 de janeiro de 2019, foi proferida sentença arbitral parcial, totalmente favorável à Codesp, refutando todos os pleitos do Grupo Libra e reconhecendo o bilionário crédito da Companhia, cujo valor será apurado em fase de liquidação de sentença arbitral.

ATOS DE GESTÃO REFERENTES À OPERAÇÃO TRITÃO

Para historiar e dar conhecimento das mais relevantes ações tomadas pela Diretoria Executiva (Direxe) nos meses de novembro e dezembro, consciente de sua responsabilidade, especialmente quanto às investigações da Operação Tritão, deflagrada pela Polícia Federal, e visando ao atendimento do Plano Anual de

Atividades de Auditoria Interna, foi contemplado no escopo de exames do exercício de 2016 o pagamento, a título de indenização, de R\$ 1.209.689,34 à Domain Consultores Associados em Informática Ltda., o qual foi alvo de ressalva no Balanço Patrimonial daquele exercício, em Nota Técnica emitida pela Superintendência de Auditoria.

Em decorrência do trabalho apresentado, a Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo (CGU/SP) apresentou representação junto à Corte de Contas, com consequente publicação do Acórdão nº 4377/2018, que determinou a conversão da representação em processo de Tomada de Conta Especial, ainda em desenvolvimento. Em atenção a este processo foi determinado pelo Conselho de Administração (Consad), em março de 2018, a abertura de sindicância para apuração de responsabilidade pelo pagamento indevido realizado no contrato com a Domain Consultores Associados em Informática EPP. A sindicância foi instaurada em novembro e encontra-se em fase de instrução.

Ainda dentro do contexto da Operação Tritão, a Codesp elaborou relatório específico sobre o contrato com a empresa MC3 Tecnologia e Logística Ltda., o qual foi analisado pela CGU/SP quando da avaliação da

gestão da Companhia no exercício de 2016. Mencionado instrumento contratual é objeto de diligência pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cabe salientar que a Codesp iniciou o processo de rompimento integral da relação com a empresa MC3.

Foi realizado exame, também, no contrato celebrado com a N2O Tecnologia da Informação Ltda. ME, mediante adesão à Ata de Registros de Preços. Este caso foi contemplado pela CGU/SP quando da avaliação da gestão da Codesp no exercício de 2016, sendo feita representação junto ao TCU. Como resultado, aquela Corte de Contas determinou a conversão da representação em processo de Tomada de Conta Especial.

A Codesp elaborou relatório que teve como escopo o exame do contrato celebrado com a empresa Linkcon Ltda. – EPP. Referido Contrato também foi objeto de diligência do TCU, sendo instaurada sindicância para apuração de suposta irregularidade na contratação do serviço e eventual desídia de empregado na efetivação do aditamento de prazo.

OUTROS ATOS DE GESTÃO

A seguir, constam outras ações adotadas que visaram sanear processos e procedimentos de acordo com o prescrito em lei e com as

boas práticas administrativas.

Recebimento de valores por meio físico

Decisão da Diretoria proibindo o recebimento de valores na Codesp por meio físico (cheque e outros) para quitação das obrigações, considerando o atual cenário interno da Companhia, as normas vigentes no mercado e, ainda, os princípios de governança corporativa aplicados às empresas públicas;

Assinatura de Contratos

Decisão da Diretoria tornando obrigatória a assinatura dos contratos e demais instrumentos pelas contratadas de forma presencial, na sede da

Codesp, ou por meio de certificado digital, nas datas previamente estabelecidas;

Ajuda de custo

Anulação das decisões anteriores, datadas de 2016, que autorizavam o pagamento de ajuda de custo, bem como de despesa com transporte próprio e de seu mobiliário, para aqueles que, mesmo não exercendo cargos públicos efetivos, fossem nomeados para cargos comissionados. Diante de eventuais pagamentos a beneficiários de boa-fé, foi determinado o encaminhamento dos pagamentos efetuados à área de controle interno para análise e considerações;

Termo Preliminar de Ajustamento de Conduta

Propositura de ação judicial junto à Justiça Federal, Subseção de Santos, com pedido de Tutela Provisória em face do Ministério Público do Estado de São Paulo, visando, cautelarmente, à suspensão de exigibilidade de todo e qualquer efeito decorrente do Termo Preliminar de Ajustamento de Conduta firmado, em abril de 2018, entre os então diretores e funcionários da Codesp e o citado órgão ministerial, tendo por objeto uma série de ações relacionadas à incorporação dos Armazéns 1 ao 4 do Porto de Santos ao projeto de revitalização da Prefeitura de Santos para aquela região. A iniciativa da medida

judicial proposta se deve a uma série de vícios administrativos ocorridos na condução do assunto, além do desrespeito às instâncias decisórias desta Companhia, tais como Direxe e Consad, desconsiderando, portanto, a competência dos mencionados agentes para a celebração do referido ato.

Pedidos de compensação de créditos

Encaminhamento de resposta negativa à empresa Rodrimar S/A - Terminais Portuários, relativa ao pedido de compensação de eventuais créditos, por falta de qualquer amparo legal. Ao tomar conhecimento da concessão de novo parcelamento à arrendatária, foi determinada abertura de

indicação para apurar as possíveis não conformidades, concernentes a eventuais parcelamentos deferidos no contrato de arrendamento 12/91 e 12/93, firmado com aquela empresa.

Nulidade do aditamento do contrato de VTMS

Considerando parecer da Superintendência Jurídica que declarou a nulidade do aditamento celebrado com o Consórcio Indra VTMS Santos, em 02/10/2018, afirmando ser inviável a prorrogação do Contrato após o fim do seu prazo original, resultando, assim, no encerramento da avença pelo decurso do prazo de vigência, foi determinado que a área responsável apure os valores eventual-

mente pagos e se houve execução do objeto, ainda que em parte. Por ser estratégico e vital para o Porto de Santos foi designado Grupo de Trabalho para elaborar um novo projeto para contratação do VTMS.

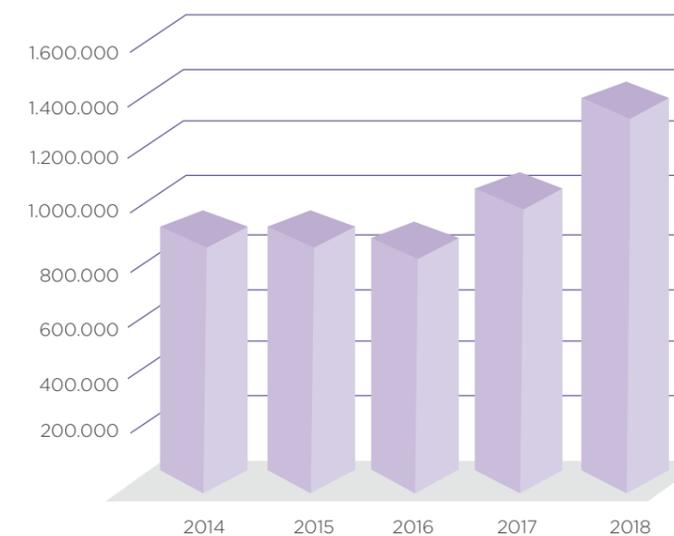
Com as ações adotadas, fica demonstrado que a Codesp envidou esforços na implementação das boas práticas administrativas, bem como na adequação de importantes contratações a serem realizadas, seja mediante saneamento de processos, com as devidas apurações de responsabilidade, ou de atos administrativos que promovam os princípios da Administração Pública, mormente a eficiência.



A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) apresenta, abaixo, os demonstrativos econômicos relativos ao período de 2014 a 2018.

RECEITA (TOTAL)

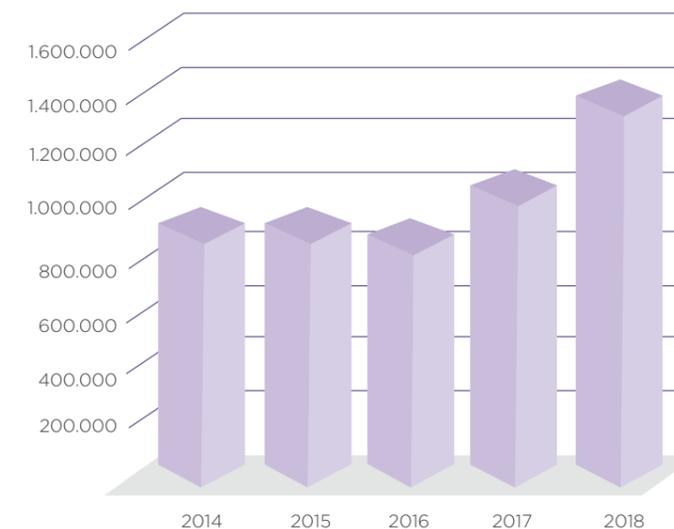
| RECEITA (TOTAL) | |
|-------------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 903.272 |
| 2015 | 943.622 |
| 2016 | 889.689 |
| 2017 | 1.056.411 |
| 2018 | 1.415.466 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | 56,7% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | 34,0% |



2014 - Reversões Portus - R\$ 10,7 milhões e Trabalhistas - R\$28,1 milhões
 2015 - Reajuste Tarifário de 31,7% a partir de 08 de maio de 2015
 2016 - Redução no Movimento Físico de 5,1% e não faturamento da Emraport (pendência judicial)
 2017 - Crescimento da safra do milho em 80,5%
 2017 - Reversão da provisão do Portus - R\$ 57,1 milhões
 2018 - Reajuste Tarifário de 16,76% a partir de 13 de junho de 2018
 2018 - Reversão da provisão da Libra - R\$361,5 milhões
 FONTE: Codesp - Situação Econômico Financeira

RECEITA LÍQUIDA (TOTAL)

| RECEITA LÍQUIDA (TOTAL) | |
|-------------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 809.884 |
| 2015 | 839.550 |
| 2016 | 793.117 |
| 2017 | 944.779 |
| 2018 | 1.285.682 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | 58,7% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | 36,1% |



2014 - Reversões Portus - R\$ 10,7 milhões e Trabalhistas - R\$28,1 milhões
 2015 - Reajuste Tarifário de 31,7% a partir de 08 de maio de 2015
 2016 - Redução no Movimento Físico de 5,1% e não faturamento da Emraport (pendência judicial)
 2017 - Crescimento da safra do milho em 80,5%
 2017 - Reversão da provisão do Portus - R\$ 57,1 milhões
 2018 - Reajuste Tarifário de 16,76% a partir de 13 de junho de 2018
 2018 - Reversão da provisão da Libra - R\$361,5 milhões
 FONTE: Codesp - Situação Econômico Financeira

TARIFA PORTUÁRIA

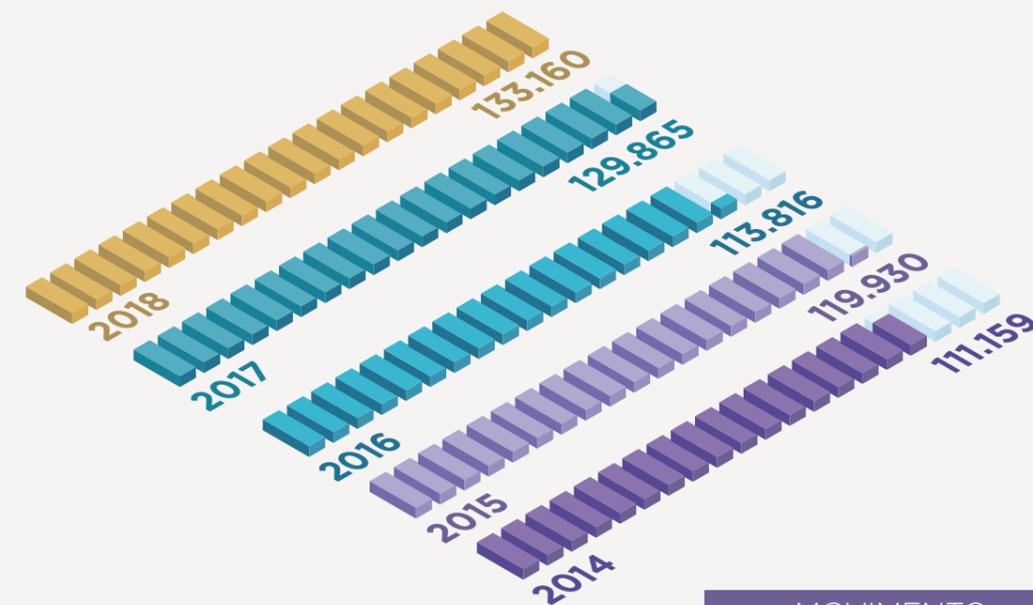
Desde o último reajuste tarifário geral, em 08 de maio de 2015, verificou-se a persistência do desequilíbrio entre receitas e despesas tarifárias, apesar dos constantes esforços da Codesp em racionalizar suas despesas e da reestruturação da sistemática de cobrança pelo fornecimento de energia elétrica, ocorrido no final de 2016. A defasagem entre as receitas e despesas levou a empresa a recorrer a recursos provenientes de outras receitas para desenvolver suas atividades, com destaque para as patrimoniais que, além de absorver os seus custos, suprem as demandas trabalhistas, tributárias e cíveis, bem como, os investimentos na infraestrutura portuária.

Diante desse cenário, era de suma importância que os valores previstos na Tarifa

do Porto de Santos fossem recompostos, a fim de que as receitas por ela geradas voltassem a cobrir seus respectivos custos, restabelecendo o equilíbrio almejado, em linha com o objetivo estratégico de alcançar o equilíbrio econômico-financeiro autossustentável da Companhia.

Com esse propósito, em 2017 a Codesp encaminhou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o “Estudo para a Revisão da Tarifa do Porto de Santos”. Após análise da agência reguladora, com base no preceituado na Lei 12.815/13, na Lei 10.233/01 e nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 118, de 17/05/2002, do Ministro de Estado da Fazenda, foi autorizada a aplicação de reajuste linear de 16,76% para os valores das Tabelas I, II e V da Tarifa Portuária do Porto de Santos, que passou a vigorar a partir de 13/06/2018.

A Tarifa Portuária é um conjunto de tabelas correspondentes a cada um dos tipos de serviços prestados (ou vantagens disponibilizadas) pela Autoridade Portuária, no atendimento ao navio, operador portuário ou dono de mercadorias (importadores e exportadores). A Tarifa é formada por três tabelas: a I (Utilização da Infraestrutura Portuária), a II (Utilização da Infraestrutura Terrestre) e a V (Serviços Gerais). A Codesp tem a competência de arrecadar, no Porto de Santos, os valores definidos na Tarifa Portuária. Para reajustá-los, a empresa encaminha à Antaq estudo fundamentando a necessidade de revisão dos valores praticados na Tarifa do Porto de Santos, sendo a agência reguladora a responsável por definir o percentual de reajuste máximo autorizado, após consulta ao Ministério da Fazenda.



A movimentação de cargas apresentou crescimento de 2,5% neste ano, em relação a 2017, partindo de 129,9 milhões t para 133,2 milhões t.

| MOVIMENTO FÍSICO | |
|------------------|---------|
| Ano | Mil Ton |
| Δ% 2018/2014 | 19,8% |
| Δ% 2018/2017 | 2,5% |

FONTE: Codesp - Mensário Estatístico

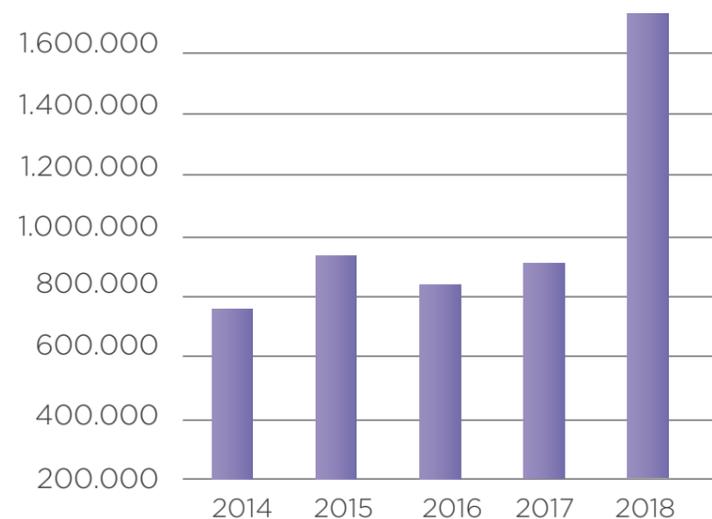
MOVIMENTO FÍSICO 2018 (mil t)



FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

DISPÊNDIOS

| DISPÊNDIOS | |
|----------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 788.222 |
| 2015 | 934.472 |
| 2016 | 815.582 |
| 2017 | 900.347 |
| 2018 | 1.754.407 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | 122,6% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | 94,9% |



2015 - Dívida com o Portus de R\$ 103,3 milhões, pagos com Recursos do Tesouro Nacional (PUC)

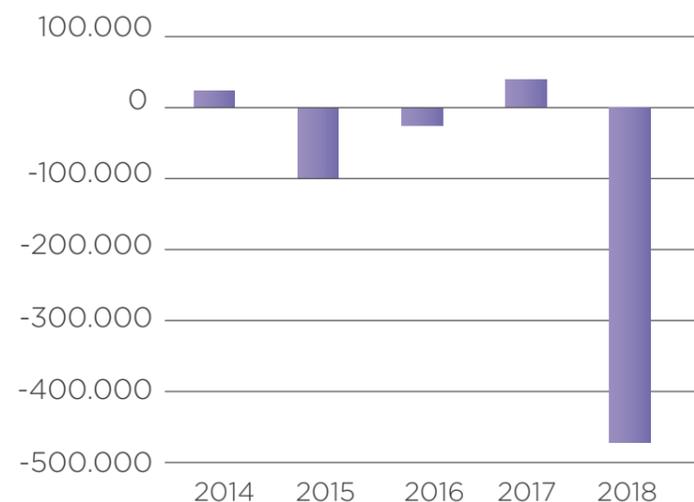
2017 - Apropriação de contingência cível R\$ 43,3 milhões (Rodrimar)

2018 - Contabilização de perda com a empresa Libra, devido recuperação judicial, de R\$ 1.155,0 milhões com compensação de IRPJ e CSLL de R\$ 268,0 milhões

FONTE: Codesp - Situação Econômico Financeira

RESULTADO DO EXERCÍCIO

| RESULTADO DO EXERCÍCIO | |
|------------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 21.662 |
| 2015 | (94.922) |
| 2016 | (22.465) |
| 2017 | 44.432 |
| 2018 | (468.725) |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | (2263,8)% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | (1154,9)% |



FONTE: Codesp - Situação Econômico Financeira

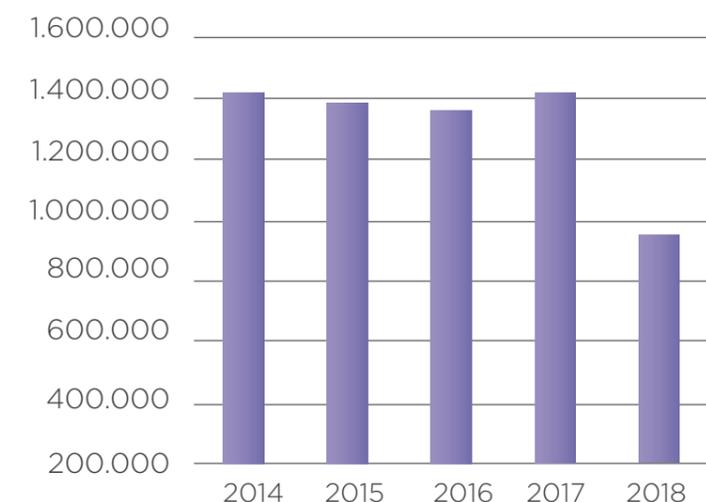
O resultado negativo de R\$ 468,7 milhões em 2018 deveu-se, basicamente, à contabilização de perda, da ordem de R\$ 793,5 milhões, relativa ao Grupo

Libra (gerando uma compensação da ordem de R\$ 268,0 milhões com IRPJ e CSLL), devido a recuperação judicial daquela empresa,

anunciada em julho. Se não houvesse esse fato, o resultado seria um superávit da ordem de R\$ 50,0 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
|----------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 1.426.272 |
| 2015 | 1.398.375 |
| 2016 | 1.375.910 |
| 2017 | 1.418.842 |
| 2018 | 949.674 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | (33,4)% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | (33,1)% |

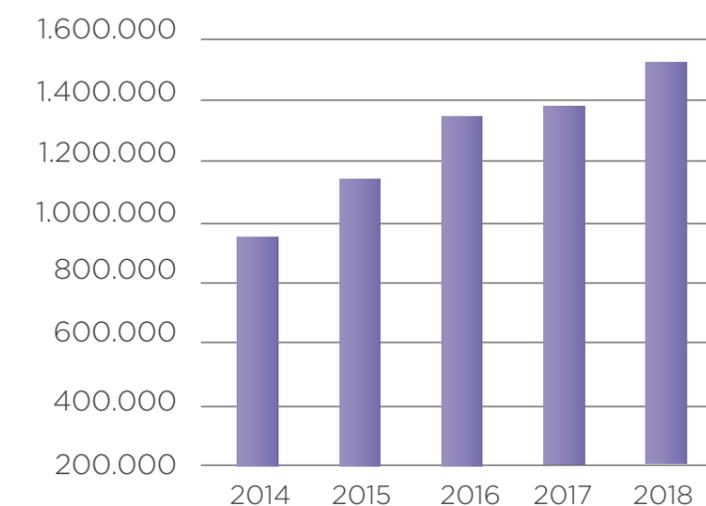


FONTE: Codesp - Demonstrações Contábeis

A variação de 2017 para 2018 decorreu do resultado deficitário do exercício.

ENDIVIDAMENTO

| ENDIVIDAMENTO | |
|----------------------|-----------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 880.064 |
| 2015 | 1.173.240 |
| 2016 | 1.383.055 |
| 2017 | 1.398.074 |
| 2018 | 1.490.754 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | 69,4% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | 6,6% |



Não considera a Receita Diferida.

FONTE: Codesp - Demonstrações Contábeis

DESEMPENHO FINANCEIRO

Mesmo diante da crise institucional vivenciada pela Codesp no exercício de 2018, a movimentação de cargas no Porto de Santos atingiu o recorde de 133,2 milhões t e, com isso, o resultado operacional poderia ter apresentado um incremento de 12,9 % em relação ao exercício de 2017, passando de R\$

44,3 milhões para R\$ 50,0 milhões. Entretanto, em decorrência do Grupo Libra solicitar junto à Justiça a recuperação judicial foi contabilizado como perda o valor de R\$ 793,5 milhões (gerando uma compensação da ordem de R\$ 268,0 milhões com IRPJ e CSLL), o que resultou em um prejuízo contábil da ordem R\$ 468,7 milhões. Cabe também ressaltar que, por força de uma

liminar, a Codesp deixou de faturar parte dos serviços referentes à cobrança de tarifas sobre as movimentações da DP World (Embraport), gerando uma frustração de arrecadação da ordem de R\$ 26,4 milhões no exercício.

No quadro a seguir são apresentadas as fórmulas de apuração de índices de liquidez e seus significados.

LIQUIDEZ IMEDIATA = DISPONIBILIDADE/ PASSIVO CIRCULANTE

Expressa a fração de reais que a empresa dispõe de imediato para saldar cada R\$ 1,00 de suas dívidas. Tendência desejável = Ascendência



LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE/ PASSIVO CIRCULANTE

Para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa dispõe do resultado da equação acima em reais para quitar. Tendência desejável = Ascendência



LIQUIDEZ SECA = (ATIVO CIRCULANTE-ESTIQUES)/ PASSIVO CIRCULANTE

Mostra a capacidade de liquidação das obrigações sem lançar mão dos estoques. Tendência desejável = Ascendência



LIQUIDEZ GERAL = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)/ PASSIVO CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE - RECEITAS DIFERIDAS)

Revela quanto a empresa possui em caixa e a realizar para quitar suas dívidas com terceiros. Tendência desejável = Ascendência

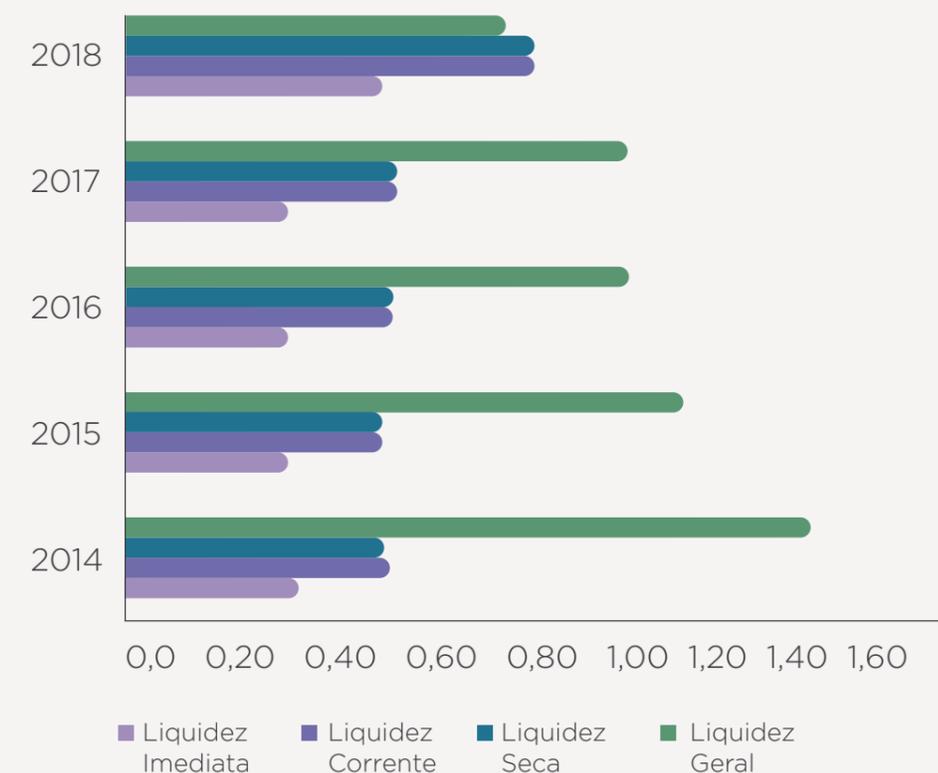


INDICADORES DE LIQUIDEZ - PERÍODO 2014 A 2018

| ÍNDICES | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|-------------------|------|------|------|------|------|
| Liquidez Imediata | 0,36 | 0,31 | 0,31 | 0,31 | 0,47 |
| Liquidez Corrente | 0,52 | 0,49 | 0,54 | 0,56 | 0,78 |
| Liquidez Seca | 0,51 | 0,48 | 0,54 | 0,56 | 0,78 |
| Liquidez Geral | 1,43 | 1,13 | 1,02 | 1,01 | 0,70 |

FONTE: Mensário Estatístico (Codesp)

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ - R\$



Comparando-se o exercício de 2018 com o de 2017 verifica-se que não ocorreram variações significativas nos índices, com exceção do de Liquidez Geral, cuja redução foi decorrente da contabilização de perda, relativa à recuperação judicial da Libra.

FONTE: Codesp - Demonstrações Contábeis (base de cálculo)

GRAU DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA TOTAL COM DISPÊNDIOS COM PESSOAL

INDICADORES DE PESSOAL

| ANOS | NE | RE(R\$ mil) | DPE(R\$ mil) | CR |
|-------|-------|-------------|--------------|-------|
| 2014 | 1.514 | 903.272 | 304.674 | 33,7% |
| 2015 | 1.493 | 943.622 | 329.292 | 34,9% |
| 2016 | 1.534 | 889.689 | 348.014 | 39,1% |
| 2017 | 1.402 | 1.056.411 | 357.024 | 33,8% |
| 2018* | 1.351 | 1.053.901 | 338.055 | 32,1% |

NE - Número de Empregados

RE - Receita (Total)

DPE - Dispêndios com Pessoal (Pessoal + Encargos)

CR - Comprometimento da Receita com Pessoal

*para melhor análise foi retirado da Receita Total o valor de R\$ 361,5 milhões ref. reversão de provisão da Libra.

FONTE: Codesp - Programa de Dispêndios Globais e Situação Econômico Financeira

CAMPANHA SALARIAL

Quanto à Campanha Salarial 2018/2019, considerando que o reajuste salarial do acordo coletivo 2017/2018 encontrava-se em discussão na Justiça, foi firmado o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019. A Codesp e os sindicatos que representam seus empregados, sob o aval dos ministérios supervisores, chegaram a um con-

senso sobre os índices a serem aplicados, mediante a extinção do processo de dissídio coletivo de greve referente ao ano de 2017. Foram pactuados reajustes de 3,35%, referente ao período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, aplicado a partir de 1º de fevereiro de 2018, e de 0,88%, referente ao período de 1º de junho de 2018 a

31 de maio de 2019, aplicado a partir de 1º de junho de 2018. Tais reajustes incidiram sobre a cláusula salarial bem como sobre todas as demais que concedem benefícios econômicos.

PORTUS

Em função de sua grave situação econômico-financeira foi decretada, em 2011, a intervenção no Portus – Instituto de Seguridade Social, a qual permanece até o momento. Neste ano foi realizada proposta pelos responsáveis pela intervenção no plano de previdência, cujos termos implicaram reajustes significativos nas contribuições dos participantes e patrocinadoras. Por essa razão, a proposta foi questionada em via judicial, sendo obtida decisão

liminar para que as alíquotas de contribuição não sofram o reajuste proposto.

A Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), paralelamente, contratou auditoria especializada para elaborar uma proposta alternativa para resolução do problema econômico-financeiro do Portus, já apresentada às partes interessadas, aguardando o envio à Advocacia Geral da União (AGU), para que seja analisada na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).



SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE DE GESTÃO

INDICADORES DE PERFORMANCE DE GESTÃO

| DESCRIÇÃO | 2017 | 2018 | CRESCIMENTO NOMINAL | ÍNDICE DE CRESCIMENTO |
|---|-----------|-----------|---------------------|-----------------------|
| RESULTADOS ECONÔMICOS - R\$ mil | | | | |
| Receita Líquida (Total) | 944.779 | 1.285.682 | 340.903 | 36,1% |
| Receita (Total) | 1.056.411 | 1.415.466 | 359.055 | 34,0% |
| Resultado do Exercício | 44.432 | (468.725) | (513.157) | (1154,9)% |
| Patrimônio Líquido (PL) | 1.418.842 | 949.674 | (469.168) | (33,1)% |
| Taxa de Retorno do PL | 3,1 | (49,4) | (52,5) | (1693,5)% |
| RESULTADOS FINANCEIROS - R\$ mil | | | | |
| Caixa e Bancos | 108.959 | 206.440 | 97.481 | 89,5% |
| Passivo Circulante + Não Circulante | 1.398.074 | 1.490.754 | 92.680 | 6,6% |
| INDICADORES DE LIQUIDEZ = R\$ disponíveis para R\$ de dívida | | | | |
| Liquidez Imediata (LI) | 0,31 | 0,47 | 0,16 | 51,6% |
| Liquidez Corrente (LC) | 0,56 | 0,78 | 0,22 | 39,3% |
| Liquidez Seca (LS) | 0,56 | 0,78 | 0,22 | 39,3% |
| Liquidez Geral (LG) | 1,01 | 0,70 | (0,31) | (30,7)% |
| RESULTADOS OPERACIONAIS | | | | |
| MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM TON/MIL | | | | |
| Total | 129.865 | 133.160 | 3.295 | 2,5% |
| Exportação | 93.557 | 94.339 | 782 | 0,8% |
| Importação | 36.308 | 38.821 | 2.513 | 6,9% |
| MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES - MIL | | | | |
| Em unidades | 2.495 | 2.595 | 100 | 4,0% |
| Em Teus | 3.854 | 4.122 | 268 | 7,0% |
| Em tonelagem | 44.534 | 45.851 | 1.317 | 3,0% |
| CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (TONS/NAVIOS-VIAGENS) | | | | |
| Nº Navios - Viagens (*) | 4.732 | 4.732 | 0 | 0,0% |
| Tons/Navios - Viagens (**) | 27.444 | 28.140 | 696 | 2,5% |
| Teus/Navios - Viagens (**) | 1.827 | 1.947 | 120 | 6,6% |
| MOVIMENTO DE NAVIOS - unidades | 4.854 | 4.853 | (1) | 0,0% |
| MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - unidades | 518.545 | 542.500 | 23.955 | 4,6% |
| MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS - unidades | | | | |
| Total | 321.827 | 278.239 | (43.588) | (13,5)% |
| Exportação | 297.959 | 224.550 | (73.409) | (24,6)% |
| Importação | 23.868 | 53.689 | 29.821 | 124,9% |
| INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS | | | | |
| Quadro de Pessoal (nº de empregados) | 1.402 | 1.351 | (51) | (3,6)% |
| Dispêndios com Pessoal (R\$ mil) | 357.024 | 338.055 | (18.969) | (5,3)% |

Notas: (1) Variação do IPCA no período (jan/17 a dez/18) = 6,40%

(*) Do número total de navios, foram excluídos o de passageiros e outros

(**) Somente navios dedicados à movimentação de contêineres

FONTE: Codesp - Demonstrações Contábeis, Situação Econômico Financeira, Programa de Dispêndios Globais, Mensário Estatístico e Consignação Média

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS-PDG 2018 - PORTO DE SANTOS + TPPL/SC

(em R\$ mil)

| DESCRIÇÃO | LIMITE A | REALIZADO B | VARIAÇÃO% DA EXECUÇÃO C=B/A*100 |
|-----------------------------|------------------|------------------|---------------------------------|
| RECURSOS | 1.106.615 | 1.437.881 | 129,9 |
| Receita Operacional Bruta | 1.009.851 | 1.413.131 | 139,9 |
| Tesouro Nacional | 96.764 | 24.750 | 25,6 |
| Investimento | 96.764 | 24.750 | 25,6 |
| DISPÊNDIOS | 1.170.577 | 1.859.012 | 158,8 |
| DISPÊNDIO DE CAPITAL | 174.372 | 19.220 | 11,0 |
| Amortizações/Dividendos | 2.900 | - | 100,0 |
| Investimentos | 171.472 | 19.220 | 11,2 |
| Recursos do Tesouro | 120.817 | 14.097 | 11,7 |
| Recursos Próprios | 50.655 | 5.123 | 10,1 |
| DISPÊNDIOS CORRENTES | 996.205 | 1.839.792 | 184,7 |
| Pessoal | 350.776 | 342.917 | 97,8 |
| Materiais e Produtos | 3.733 | 2.936 | 78,6 |
| Serviços de Terceiros | 255.146 | 210.848 | 82,6 |
| Tributos | 180.386 | (86.177) | (47,8) |
| Demais Dispêndios | 206.164 | 1.369.268 | 664,2 |
| RESULTADO | (63.962) | (421.131) | 658,4 |

FONTE: Codesp - Gerência de Contabilidade e Orçamento

O limite do PDG foi estabelecido pelo Decreto nº 9.240, de 15 de dezembro de 2017, alterado pela Portaria Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) nº 381, de 23 de novembro de 2018, e remanejamento em 26 de novembro de 2018 e engloba o Porto de Santos e o Terminal Pesqueiro Público de Laguna (TPPL/SC).

Nas variações entre o Limite e o Realizado destacam-se:

Receita Operacional Bruta

Reversão da provisão da Libra da ordem de R\$ 361,5 milhões, em decorrência da contabilização de perda.

Dispêndios de Capital

Realização de 11,2% em investimentos, devido, principalmente, à não execução no nível previsto em decorrência de ações que estão sob a responsabilidade e em estudos pela Secretaria Nacional dos Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, bem como ações que estão em fase de elaboração/adequação em

termos de referência, tanto nos projetos como nas obras, tendo em vista o novo marco regulatório da Lei 13.303/2016, cujo início de execução deverá ocorrer no transcorrer de 2019.

Dispêndios Correntes

A extrapolação dos dispêndios correntes deve-se, principalmente, à contabilização, em dezembro, no item Demais Dispêndios de perda da ordem de R\$ 1.155,0 milhões da Libra, gerando um crédito no item Tributos da ordem de R\$ 268,0 milhões na compensação de IRPJ e CSLL.

INVESTIMENTOS 2018 - PORTO DE SANTOS + TPPL/SC - R\$ MIL

| DESCRIÇÃO | LIMITE A | REPASSADO | EXECUTADO B | VARIAÇÃO% DA EXECUÇÃO C=B/A*100 |
|--|----------------|---------------|---------------|---------------------------------|
| RECURSOS DO TESOURO | 120.817 | 24.750 | 14.097 | 11,7 |
| 12LQ - Reforço de Cais para Aprof. Berços Arm 12 a 23 | 22.414 | 8.714 | 3.793 | 16,9 |
| 12LR - Adequação de Cais para Terminal de Passageiros | 7.266 | - | - | - |
| 143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos | 4.250 | - | 1.500 | 35,3 |
| 14KJ - Implant. Sist. Apoio Gestão Tráfego Navios | 15.922 | 6.935 | 58 | 0,4 |
| 14KM - Implant. Sistema Portuário Monitoramento de Cargas | 4.830 | - | - | - |
| 14RC - Implant. Gerenc. de Resíduos e Efluentes | 3.771 | - | - | - |
| 1C66 - Implantação da Avenida Perimetral - Guarujá | 1.243 | - | - | - |
| 1C67 - Implantação da Avenida Perimetral - Santos | 61.121 | 9.101 | 8.746 | 14,3 |
| RECURSOS PRÓPRIOS | 50.655 | - | 5.123 | 10,1 |
| 4102 - Manut. Adeq. Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equip. | 5.000 | - | 170 | 3,4 |
| 4103 - Manut. Adeq. Ativos Informática, Informação e Teleproc. | 10.000 | - | 3.333 | 33,3 |
| 12NK - Reforço e Ampliação dos Berços da Ilha do Barnabé | 28.355 | - | 7 | 0,0 |
| 143Y - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos | 7.000 | - | 1.613 | 23,0 |
| 15N8 - Ampliação de Acesso Rodoviário à Ilha Barnabé | 100 | - | - | - |
| 15N9 - Reurbanização da Bacia do Canal 4 | 100 | - | - | - |
| 7U39 - Implantação da Área de Apoio Logístico | 100 | - | - | - |
| TOTAL | 171.472 | 24.750 | 19.220 | 11,2 |

FONTE: Codesp - Gerência de Contabilidade e Orçamento

O limite do Orçamento de Investimentos (OI) foi estabelecido pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e alterado pela Portaria MPDG nº 187, de 28 de junho de 2018, Portaria Secretaria de Coordenação e Governança

das Estatais (Sest) nº 9.430, de 14 de setembro de 2018, Portaria MPDG nº 396, de 05 de dezembro de 2018, e Lei nº 13.762, de 15 de dezembro de 2018, e engloba o Porto de Santos e o Terminal Pesqueiro Público

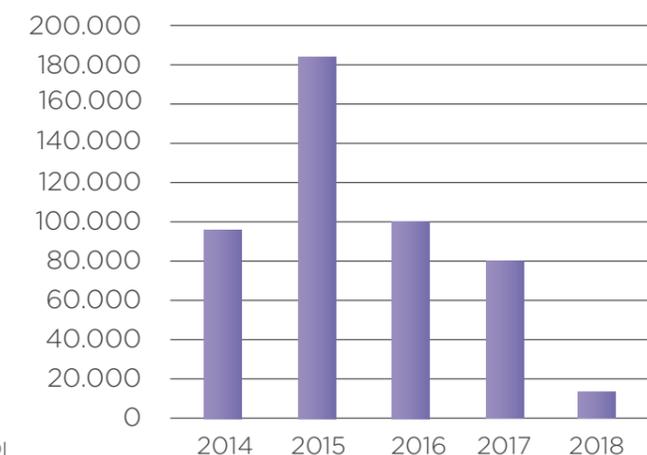
de Laguna (TPPL/SC).

Do total executado, (i) 73,3% envolveram Recursos do Tesouro Nacional (R\$ 14,1 milhões) e (ii) 26,7% Recursos Próprios (R\$ 5,1 milhões).

INVESTIMENTOS RECURSOS TESOURO - R\$ MIL

| INVESTIMENTOS - RECURSOS TESOURO | |
|----------------------------------|---------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 93.120 |
| 2015 | 187.377 |
| 2016 | 100.422 |
| 2017 | 80.309 |
| 2018 | 14.097 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | (84,9)% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | (82,4)% |

FONTE: Codesp - Orçamento de Investimento - OI



Neste exercício, destacam-se (i) as obras na Avenida Perimetral em Santos (R\$ 8,7 milhões), no trecho

Macuco - Ponta da Praia, (ii) as obras do Reforço de Cais p/ Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns

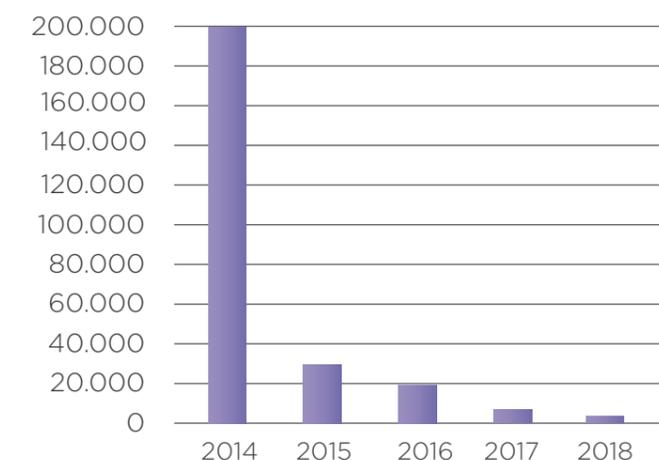
12A ao 23 (R\$ 3,8 milhões) e (iii) a Adequação de Instalações - TPPL/SC (R\$ 1,5 milhões).

INVESTIMENTOS RECURSOS PRÓPRIOS - R\$ MIL

| INVESTIMENTOS - RECURSOS PRÓPRIOS | |
|-----------------------------------|---------|
| Ano | R\$ mil |
| 2014 | 199.280 |
| 2015 | 28.562 |
| 2016 | 19.149 |
| 2017 | 8.586 |
| 2018 | 5.123 |
| $\Delta\%$ 2018/2014 | (97,4)% |
| $\Delta\%$ 2018/2017 | (40,3)% |

2014 - Incorporação ao Patrimônio de Obras na Margem Direita (BTP e ECOPORTO) - R\$ 142,5 milhões

FONTE: Codesp - Orçamento de Investimento - OI



Neste ano, destaca-se (i) aquisição de ativos de informática (R\$ 3,3

milhões) e (ii) a Adequação de Instalações (R\$ 1,6 milhões).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

18

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | 2018 | 2017 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|
| Circulante | | 345.422 | 199.210 | Circulante | | 441.142 | 353.387 |
| Caixa e equivalentes de caixa..... | 5 | 206.441 | 108.959 | Salários, provisão e encargos sociais..... | 15 | 57.934 | 52.994 |
| Valores vinculados à aplicação em infraestrutura..... | 6 | 12.756 | 13.893 | Fornecedores e prestadores de serviços..... | | 19.557 | 38.974 |
| Contas a receber de clientes, liquidas..... | 7 | 61.994 | 56.147 | Impostos e contribuições..... | 16 | 25.429 | 19.736 |
| Estoques..... | | 531 | 574 | Juros sobre capital próprio a pagar..... | | - | 1.500 |
| Créditos tributários..... | 8 | 49.530 | 3.893 | Plano de pensão..... | 18 | 2.543 | 13.339 |
| Despesas antecipadas..... | | - | 51 | Obras efetuadas por arrendatários..... | 19 | 17.192 | 15.477 |
| Outros créditos..... | 23 | 14.170 | 15.693 | Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... | 17 | 285.329 | 170.400 |
| | | | | Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários..... | | 16.561 | 26.494 |
| | | | | Outras obrigações..... | 24 | 16.597 | 14.573 |
| | | | | | | | |
| | | | | Não Circulante | | 1.387.299 | 1.405.495 |
| | | | | Realizável a Longo Prazo | | 300 | 13.061 |
| Contas a receber de clientes, liquidas..... | 7 | 46.125 | 832.873 | Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários..... | 17 | 103.998 | 161.634 |
| Partes relacionadas..... | 9 | 8.705 | 4.582 | Receita diferida..... | 21 | 337.686 | 360.808 |
| Depósitos judiciais..... | 11 | 131.695 | 89.079 | Obras efetuadas por arrendatários..... | 19 | 114.162 | 117.985 |
| Bens destinados à alienação..... | 10 | 342 | 246 | Créditos da União para aumento de capital..... | 20 | 791.715 | 719.614 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos..... | 31.1 | 489.141 | 270.616 | Outras obrigações..... | 24 | 39.438 | 32.393 |
| Outros créditos..... | 23 | 22.824 | 11.609 | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | Patrimônio Líquido | | 949.674 | 1.418.842 |
| Imobilizado..... | 12 | 1.723.282 | 1.754.724 | Capital social..... | 22 | 1.414.100 | 1.414.100 |
| Intangível..... | 13 | 10.579 | 14.785 | Prejuízos acumulados..... | | (464.426) | - |
| | | | | Reservas de lucros..... | | - | 4.742 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.778.115 | 3.177.724 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.778.115 | 3.177.724 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|--------------------|------------------|
| Receita líquida | 25 | 893.425 | 848.608 |
| Custo dos produtos e dos serviços prestados..... | 26 | (440.059) | (517.957) |
| Lucro bruto..... | | 453.366 | 330.651 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (1.104.009) | (255.755) |
| Despesas administrativas e gerais | 27 | (236.258) | (378.059) |
| Outras receitas operacionais | 29 | 366.568 | 136.678 |
| Outras despesas operacionais | 30 | (1.234.319) | (14.374) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | | (650.643) | 74.895 |
| Resultado financeiro | | (36.607) | (35.220) |
| Receitas financeiras | 28 | 27.185 | 27.626 |
| Despesas financeiras | 28 | (63.792) | (62.846) |
| Lucro (prejuízo) operacional..... | | (687.250) | 39.676 |
| Imposto de renda e Contribuição Social..... | 31 | <u>218.525</u> | <u>5.132</u> |
| Corrente | | - | - |
| Diferido..... | | 218.525 | 5.132 |
| Lucro antes da participação dos empregados..... | | (468.725) | 44.807 |
| Participação dos empregados no lucro..... | 32 | - | (375) |
| Lucro (Prejuízo) do exercício..... | | (468.725) | 44.432 |
| LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES | | (1,71) | 0,16 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em milhares de reais)

| | RESERVAS DE LUCROS | | LUCROS | | TOTAIS |
|---|--------------------|---------------|--------------------|------------------------|------------------|
| | CAPITAL SOCIAL | RESERVA LEGAL | RETENÇÃO DE LUCROS | (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | |
| SALDOS EM 31/12/2016 | 1.414.100 | - | - | (38.190) | 1.375.910 |
| Resultado do exercício..... | - | - | - | 44.432 | 44.432 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | - | - | - | - | - |
| Reserva legal..... | - | 312 | - | (312) | - |
| Reserva de retenção de lucros..... | - | - | 4.430 | (4.430) | - |
| Juros sobre capital próprio..... | - | - | - | (1.500) | (1.500) |
| SALDOS EM 31/12/2017 | 1.414.100 | 312 | 4.430 | - | 1.418.842 |
| Resgate de ações minoritárias privados..... | - | - | (443) | - | (443) |
| Resultado do exercício..... | - | - | - | (468.725) | (468.725) |
| Compensação do Prejuízo..... | - | (312) | (3.987) | 4.299 | - |
| SALDOS EM 31/12/2018 | 1.414.100 | - | - | (464.426) | 949.674 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa originados de atividades operacionais | | |
| Valores recebidos de clientes | 991.911 | 897.749 |
| Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços | (230.987) | (309.967) |
| Valores pagos a empregados, inclusive benefícios | (272.125) | (286.895) |
| Valores pagos de encargos sociais | (78.117) | (93.531) |
| Valores pagos de contingências | (113.017) | (118.218) |
| Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL | (112.439) | (75.071) |
| Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social | (40.775) | - |
| Valores pagos de juros | (5.360) | (4.992) |
| Outros recebimentos (pagamentos) líquidos | (26.152) | (14.805) |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais | 112.939 | (5.730) |
| Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado | (43.352) | (95.925) |
| Aquisição de intangível..... | (303) | (5.998) |
| Alienação de imobilizado | 2.296 | 2.370 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos | (41.359) | (99.553) |
| Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos | | |
| Recursos de acionistas | 27.402 | 78.281 |
| Juros sobre capital próprio pagos | (1.500) | - |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos | 25.902 | 78.281 |
| Aumento (redução) nas disponibilidades | 97.482 | (27.002) |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 108.959 | 135.961 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 206.441 | 108.959 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes | 97.482 | (27.002) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|---|--------------------|------------------|
| Receitas (Despesas) | 1.370.830 | 1.020.027 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 649.507 | 644.966 |
| Arrendamentos operacionais e aluguéis | 377.022 | 382.447 |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | 354.487 | (4.870) |
| Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados | (10.186) | (2.516) |
| Insumos adquiridos de terceiros | (1.431.021) | (456.170) |
| Materiais, água, energia, serviços de terceiros | (222.113) | (293.373) |
| Outros custos | (1.208.908) | (162.797) |
| Valor adicionado bruto produzido pela entidade | (60.191) | 563.857 |
| Depreciação e amortização..... | (44.399) | (43.884) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | (104.590) | 519.973 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 27.186 | 27.626 |
| Receitas financeiras | 27.186 | 27.626 |
| Valor adicionado a distribuir | (77.404) | 547.599 |
| Distribuição do valor adicionado | (77.404) | 547.599 |
| Pessoal | 362.772 | 276.366 |
| Remuneração direta..... | 224.721 | 238.600 |
| Benefícios..... | 30.869 | 32.994 |
| Benefícios pós-emprego..... | 28.199 | 27.917 |
| Participação no lucro..... | - | 375 |
| FGTS..... | 17.530 | 18.145 |
| Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas..... | 59.161 | (44.477) |
| Honorários da diretoria | 2.292 | 2.812 |
| Tributos | (46.865) | 152.019 |
| Federais..... | 135.671 | 133.681 |
| IRPJ e CSLL diferidos..... | (218.525) | (5.131) |
| Estaduais..... | 7.991 | 6.903 |
| Municipais..... | 27.998 | 16.566 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 75.414 | 74.782 |
| Despesas financeiras | 63.792 | 62.846 |
| Aluguéis..... | 11.622 | 11.936 |
| Remuneração de capitais próprios | (468.725) | 44.432 |
| Juros sobre capital próprio propostos..... | - | 1.500 |
| Lucros retidos / prejuízo do exercício..... | (468.725) | 42.932 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

O valor adicionado a distribuir foi impactado pela contabilização da perda definitiva dos clientes decorrente de concessão de recuperação judicial para empresa arrendatária conforme Nota Explicativa nº 7.

BALANÇO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em milhares de reais)

| | 2018 | | | 2017 | | |
|--|--------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| 1 – Base de cálculo | | | | | | |
| Receita líquida (RL) | | | 893.425 | | | 848.608 |
| Resultado operacional (RO) | | | (687.250) | | | 39.675 |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | | 224.721 | | | 227.486 |
| 2 – Indicadores sociais internos | | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPE | % sobre RL |
| Alimentação | 15.193 | 6,76% | 1,70% | 16.309 | 7,17% | 1,92% |
| Encargos sociais compulsórios | 77.439 | 14,46% | 8,67% | 84.121 | 36,98% | 9,91% |
| Previdência privada | 17.234 | 7,67% | 1,93% | 17.574 | 7,73% | 2,07% |
| Saúde | 15.460 | 6,88% | 1,73% | 14.027 | 6,17% | 1,65% |
| Segurança e medicina no trabalho | 109 | 0,05% | 0,01% | 177 | 0,08% | 0,02% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 355 | 0,16% | 0,04% | 475 | 0,21% | 0,06% |
| Creches ou auxílio - creche | 114 | 0,05% | 0,01% | 108 | 0,05% | 0,01% |
| Participação nos lucros/resultados | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Transporte | 849 | 0,38% | 0,10% | 1.021 | 0,45% | 0,12% |
| Alsa/estágio | 1.830 | 0,81% | 0,20% | 1.812 | 0,80% | 0,21% |
| Outros | 2.932 | 1,30% | 0,33% | 1.750 | 0,77% | 0,21% |
| Total – Indicadores sociais internos | 131.515 | 58,52% | 14,72% | 137.374 | 60,39% | 16,19% |
| 3 – Indicadores sociais externos | | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Cultura | 414 | -0,06% | 0,05% | 150 | 0,38% | 0,02% |
| Esporte | 38 | -0,01% | 0,00% | 38 | 0,10% | 0,00% |
| Outros | 253 | -0,04% | 0,03% | - | 0,00% | 0,00% |
| Total das contribuições para a sociedade | 707 | -0,10% | 0,08% | 188 | 0,47% | 0,02% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 131.353 | -19,10% | 14,70% | 103.976 | 262,08% | 12,25% |
| Total – Indicadores sociais externos | 132.060 | -19,22% | 14,78% | 104.164 | 262,54% | 12,27% |
| 4 – Indicadores ambientais | | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 880 | -0,13% | 0,10% | 842 | 2,12% | 0,10% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | - | - | - | - | - | - |
| Total de investimentos em meio ambiente | 880 | -0,13% | 0,10% | 842 | 2,12% | 0,10% |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa: | (x) não possui metas | () cumpre 51% a 75% | (x) não possui metas | () cumpre 51% a 75% | (x) não possui metas | () cumpre 51% a 75% |
| | () cumpre de 0 a 50% | () cumpre 76% a 100% | () cumpre de 0 a 50% | () cumpre 76% a 100% | () cumpre de 0 a 50% | () cumpre 76% a 100% |
| 5 – Indicadores do corpo funcional | | | | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1351 | | | 1402 | | |
| Nº de admissões durante o período | 18 | | | 19 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 828 | | | 974 | | |
| Nº de estagiários(as) | 131 | | | 103 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 744 | | | 775 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 173 | | | 176 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 17,00% | | | 5,45% | | |
| Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa | 340 | | | 323 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 17,45% | | | 7,27% | | |
| Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais | 2 | | | 10 | | |
| 6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | | 2018 | | Metas 2019 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração | | 28,77 | | - | | |
| Numero total de acidentes de trabalho | | 11 | | - | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna | (x) não se envolve | () segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | (x) não se envolve | () seguirá as normas da OIT | () incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação nos lucros ou resultados contempla | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa | (x) não são considerados | () são sugeridos | () são exigidos | () não serão considerados | () serão sugeridos | (x) serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa | () não se envolve | (x) apoia | () organiza e incentiva | () não se envolverá | (x) apoiará | () organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as) | Na empresa | No Procon | Na justiça | Na empresa | No Procon | Na justiça |
| | 35 | - | - | - | - | - |
| % de reclamações e críticas solucionadas | Na empresa | No Procon | Na justiça | Na empresa | No Procon | Na justiça |
| | 100,00% | - | - | - | - | - |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública, de capital autorizado, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), como o CPC 46 entre outros, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48 (verificar Nota Explicativa nº 7).

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 17.

Imposto de Renda e contribuição social – corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 31.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre as contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, estão previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.

CPC33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos

dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras (verificar Nota Explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

| | 2018 | 2017 |
|------------------------|---------|---------|
| Caixa e bancos | 10.945 | 7.297 |
| Aplicações financeiras | 195.496 | 101.662 |
| Total | 206.441 | 108.959 |

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

| | 2018 | 2017 | Rentabilidade |
|---------------------------|---------|---------|----------------|
| Fundo de renda fixa - BB | 37.470 | 22.306 | 108,89% do CDI |
| Fundo de Renda fixa - CEF | 158.026 | 79.356 | 107,62% do CDI |
| Total | 195.496 | 101.662 | |

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2018.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Por vezes, a CODESP é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 31/12/2018 à empresa é credora do valor de R\$ 35 (R\$ 41 em 31/12/2017).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

| | 2018 | 2017 |
|--|----------|-----------|
| Valores a receber de serviços prestados | 138.269 | 1.280.735 |
| (-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa | (30.150) | (391.715) |
| Total | 108.119 | 889.020 |
| Circulante | 61.994 | 56.147 |
| Não Circulante | 46.125 | 832.873 |

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A em 31/12/2017, correspondia a 90,19% do valor do contas a receber e 92,30% do total de Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Os valores a receber decorreram do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e

transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ (vide Nota Explicativa nº 34). Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R\$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico, a empresa indicou apenas um crédito quirografário de R\$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R\$ 1.155.089 sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R\$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R\$ 793.524. Em 2018, em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, o valor total da dívida e seguindo as condições legais contidas na Lei 9430/1996, Medida Provisória 656/2014 e RIR (Regulamento do Imposto de Renda), a CODESP, em conformidade com as normas contábeis especificamente do CPC 48 - Instrumentos Financeiros considerou o valor no Contas a Receber relativa aquela arrendatária como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e contabilizando como perda definitiva em razão de ser incobrável.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|--------|-------|
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL | 49.233 | 3.626 |
| Impostos retidos sobre faturamento | 73 | 267 |
| FGTS pago a maior | 224 | - |
| Total | 49.530 | 3.893 |

O aumento no valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL em 2018 se deve a consideração do saldo em aberto da Libra como perda definitiva de crédito e, portanto, dedutível.

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi constituída Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

| | 2018 | 2017 |
|---|----------|----------|
| Ministério da Infraestrutura (líquido) | 49.234 | 38.071 |
| Ministério da Fazenda | 23 | 21 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 37 | 7 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 110 | 104 |
| (-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa | (40.699) | (33.621) |
| Total | 8.705 | 4.582 |

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

| Detalhe | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|----------------|---------------|
| Depósitos Recursais Cíveis | 27.400 | 4.193 |
| Depósitos Recursais Trabalhistas | 97.240 | 82.327 |
| Depósitos Recursais Tributários | 2.961 | 2.559 |
| Ações Regressivas Trabalhistas | 4.094 | - |
| Total | 131.695 | 89.079 |

O aumento no valor dos depósitos recursais cíveis se deve a dois depósitos efetuados neste exercício: Depósito Recursal 7,4 milhões no Proc.3494/2017 3ª VFS - Intermédica; Depósito Judicial de 15 milhões referente ao Portus - Contribuição Patronal. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

12.1 - COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVOS

| Tipo de Ativo | Saldo em 31/12/2017 | Aquisições | Baixas Líquidas | Depreciação | Transferências Líquidas | Saldo em 31/12/2018 |
|--|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| Mobiliário em Geral | 1.842 | 202 | - | (312) | (41) | 1.691 |
| Veículos | 987 | 11 | - | (123) | - | 875 |
| Máquinas Motores e Aparelhos | 8.213 | 131 | - | (1.295) | (18) | 7.031 |
| Equipamentos Diversos | 2.064 | 12 | (1) | (214) | (7) | 1.854 |
| Outros Bens Móveis | 117 | - | - | (10) | - | 107 |
| Equipamentos de Informática | 7.018 | 549 | - | (1.358) | (74) | 6.135 |
| Edifícios | 31.770 | - | - | (1.165) | - | 30.555 |
| Instalações | 512.551 | 4.941 | - | (10.615) | 242.084 | 748.963 |
| Obras em Andamento | 303.731 | 15.367 | (7.292) | - | (259.268) | 50.038 |
| Bens Móveis para Fins Industriais | 6.091 | - | - | (526) | (437) | 5.128 |
| Bens Imóveis para Fins Industriais | 33.525 | - | - | (3.238) | - | 30.287 |
| Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre) | 178.557 | - | (7.593) | (10.529) | 12.476 | 172.911 |
| Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre) | 21.667 | - | - | (1.003) | - | 20.664 |
| Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária) | 42.594 | - | - | - | - | 42.594 |
| Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento) | 51.840 | - | - | - | - | 51.840 |
| Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias) | 552.705 | - | - | (9.799) | 4.702 | 547.608 |
| Total | 1.754.724 | 19.213 | (9.886) | (40.187) | (583) | 1.723.282 |

| Tipo de Ativo | Saldo em 31/12/2016 | Aquisições | Baixas Líquidas | Depreciação | Transferências Líquidas | Saldo em 31/12/2017 |
|--|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| Mobiliário em Geral | 2.849 | 30 | - | (1.276) | 239 | 1.842 |
| Veículos | 1.140 | 24 | - | (117) | (60) | 987 |
| Máquinas Motores e Aparelhos | 9.469 | 120 | - | (1.522) | (103) | 8.214 |
| Equipamentos Diversos | 1.073 | 677 | - | (199) | 564 | 2.065 |
| Outros Bens Móveis | 298 | (1) | - | (40) | (132) | 115 |
| Equipamentos de Informática | 7.412 | 1.171 | - | (1.797) | 233 | 7.018 |
| Edifícios | 32.957 | - | - | (1.178) | (70) | 31.770 |
| Instalações | 520.992 | 269 | - | (8.599) | (109) | 512.551 |
| Obras em Andamento | 271.172 | 87.630 | - | - | (570) | 303.731 |
| Bens Móveis para Fins Industriais | 6.847 | - | (58) | (615) | (83) | 6.091 |
| Bens Imóveis para Fins Industriais | 36.816 | - | - | (3.257) | (35) | 33.525 |
| Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre) | 189.309 | - | (508) | (10.443) | - | 178.557 |
| Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre) | 22.672 | - | - | (1.005) | - | 21.667 |
| Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária) | 42.594 | - | - | - | - | 42.594 |
| Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento) | 51.840 | - | - | - | - | 51.840 |
| Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias) | 562.343 | - | - | (9.638) | - | 552.705 |
| Total | 1.709.733 | 85.169 | (369) | (19.086) | (126) | 1.754.724 |

12.2 - POR TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA

| Vida útil Estimada | Custo | Depreciação Acumulada | Saldo em 31/12/2018 |
|--------------------|------------------|-----------------------|---------------------|
| Até 5 anos (*) | 204.788 | (35.801) | 168.987 |
| 6 - 10 anos | 43.496 | (27.838) | 15.658 |
| 11 - 15 anos | 100.032 | (69.199) | 30.833 |
| 16 - 20 anos | 325.864 | (121.147) | 204.717 |
| 21 - 25 anos | 22.327 | (15.850) | 6.477 |
| 26 - 30 anos | 68.265 | (50.036) | 18.229 |
| 31 anos em diante | 1.482.250 | (203.869) | 1.278.381 |
| Total | 2.247.022 | (523.740) | 1.723.282 |

(*) Incluso o montante R\$ 162.047 não depreciável.

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 10.579 (R\$ R\$ 14.785 em 2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-18 a 01-05-19.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

| | 2018 | 2017 |
|------------------------|---------|---------|
| Riscos operacionais | 425.844 | 422.357 |
| Automóveis | 4.249 | 4.249 |
| Responsabilidade civil | 30.500 | 30.500 |

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Salários a pagar | 11.446 | 11.316 |
| Provisão de férias | 38.658 | 33.243 |
| Encargos sociais | 7.711 | 7.721 |
| Participação no Resultado 2017 | 119 | 714 |
| Total | 57.934 | 52.994 |

A participação no resultado de 2017 refere-se à Remuneração Variável dos Administradores 2017.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS | 420 | 499 |
| Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03 | 994 | 1.946 |
| Retenção para seguridade social - INSS | 579 | 932 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 8.906 | 8.476 |
| Programa de integração social - PIS | 1.326 | 1.182 |
| Contribuição financiamento seguridade social-COFINS | 6.230 | 5.542 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 1.088 | 1.159 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 5.886 | - |
| Total - Circulante | 25.429 | 19.736 |

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

| Movimentação das Provisões | Provisões Trabalhistas | Provisões Cíveis | TOTAL |
|----------------------------|------------------------|------------------|-----------|
| Saldo em 31/12/2016 | 194.924 | 193.637 | 388.561 |
| (+) Adições | 20.475 | 65.142 | 85.617 |
| (-) Reversão e baixas | (65.202) | (76.942) | (142.144) |
| Saldo em 31/12/2017 | 150.197 | 181.837 | 332.034 |
| (+) Adições | 65.682 | 28.669 | 94.351 |
| (-) Reversão e baixas | (6.894) | (30.164) | (37.058) |
| Saldo em 31/12/2018 | 208.985 | 180.342 | 389.327 |
| Circulante | 185.654 | 99.675 | 285.329 |
| Não Circulante | 23.331 | 80.667 | 103.998 |

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo departamento jurídico.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU que as

Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP. Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados é desnecessária a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 31/12/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 130.237 (R\$ 281.730 em 2017) e para processos cíveis R\$ 39.198 (R\$ 39.940 em 2017).

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 (R\$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. A redução do valor acima apontado, conforme explicação por escrito do Portus provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBPI, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de liminares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R\$ 16.674 (R\$ 18.350 em 2017).

Por iniciativa dos representantes das Patrocinadoras, dos Participantes e Assistidos do Instituto de Seguridade, foi realizada avaliação atuarial de segunda opinião pela consultoria Rodarte Nogueira & Ferreira referente aos valores das Provisões Matemáticas calculadas pelo PORTUS em 31.12.2017. A divergência entre os valores foi de apenas 0,74% a menor do que o contabilizado e concluiu pela razoabilidade dos resultados apresentados na avaliação original. Considerando a necessidade das Patrocinadoras como dos Participantes e Assistidos de encontrar uma solução para o impasse e que viabilize a continuidade do plano com seu equacionamento, foi desenvolvida modelagem para alcançar a solvência e liquidez daquele Instituto. A proposta de forma geral apresentada pela Rodarte Nogueira & Ferreira engloba a participação das Patrocinadoras em razão de dívidas e da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA, bem como, do Governo Federal pela extinção da PORTOBRÁS sem o aporte de recursos devidos ao PBPI para a cobertura dos benefícios dos participantes. A contribuição dos participantes e assistidos foi definida mediante a redução de 16% dos benefícios concedidos e a conceder. Esta proposta foi aceita pelas patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e foi encaminhada para o Ministério da Infraestrutura para que se obtenha um acordo geral com a União, juntamente com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e Advocacia Geral da União - AGU. Com estas bases principais servindo de amparo, estão em tratativas para a celebração de acordo entre as partes e que permeiam o pedido de intervenção do Ministério para que possa requisitar a instauração de procedimento de conciliação no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, a fim de obter ambiente favorável à negociação entre todas as partes.

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro Área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

| Arrendatário | Desembolso até | Índice | 2018 | 2017 |
|----------------------------|----------------|--------|---------|---------|
| Brasil Term. Portuário S.A | 30/01/2027 | IGP-M | 121.793 | 122.534 |
| Ecoporto Santos S/A | 30/06/2023 | TJLP | 9.561 | 10.928 |
| Total | | | 131.354 | 133.462 |
| Circulante | | | 17.192 | 15.477 |
| Não Circulante | | | 114.162 | 117.985 |

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

| | 2018 | 2017 |
|--|---------|---------|
| Saldo em 1º de janeiro | 719.614 | 586.847 |
| Aumento de capital no exercício | - | - |
| Créditos da UNIÃO no exercício | 24.750 | 72.087 |
| Encargos financeiros - Decreto 2673/98 | 47.351 | 60.680 |
| Saldo em 31 de dezembro | 791.715 | 719.614 |

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do

exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 25.556 (R\$ 25.404 em 2017), conforme composição abaixo:

| | PRES.69/1997 | DP-DC.02/09 | DP-DC.01/10 | DIPRE.45/16 | TOTAL |
|-----------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|----------|
| Saldo 31/12/2016 | 30.183 | 157.523 | 192.113 | 3.807 | 383.626 |
| Receita diferida no período | - | - | 2.586 | - | 2.586 |
| Apropriações no período | (5.101) | (8.751) | (10.674) | (878) | (25.404) |
| Saldo em 31/12/2017 | 25.082 | 148.772 | 184.025 | 2.929 | 360.808 |
| Receita diferida no período | - | - | 2.434 | - | 2.434 |
| Apropriações no período | (5.101) | (8.751) | (10.826) | (878) | (25.556) |
| Saldo em 31/12/2018 | 19.981 | 140.021 | 175.633 | 2.051 | 337.686 |

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 era representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015. Em junho de 2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações dos acionistas minoritários privados. Portanto, a partir desta data a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP passou a ser uma empresa pública. O pagamento do resgate das ações foi feito com recursos provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, não ensejando redução do capital social, mas o cancelamento das respectivas ações. A CODESP tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,9999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,0000016%).

23. OUTROS CRÉDITOS

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Renegociação de faturas a receber | 25.417 | 23.009 |
| Férias a apropriar | 2.895 | 1.548 |
| Sinistros cobertos por apólice | 282 | 288 |
| Cobrança de Plano de Saúde | 441 | 303 |
| Recuperação de Plano de Pensão - Assistidos | - | 1.847 |
| Diversos | 28 | 181 |
| Multa - Prefeitura de Santos - Proc. 54014/2006 | 126 | 126 |
| Créditos de empresas em recuperação judicial | 7.805 | - |
| Total | 36.994 | 27.302 |
| Circulante | 14.170 | 15.693 |
| Não Circulante | 22.824 | 11.609 |

O valor referente a renegociação de faturas a receber é composto por faturas emitidas e não pagas, sobre as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados e, cujas faturas foram dadas baixa do Contas a Receber e transferidas para esta conta.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Adicional de tarifa portuária | 6.476 | 6.476 |
| Adiantamento de Tarifa Portuária | 3.402 | 2.230 |
| Cauções | 4.868 | 4.307 |
| Empréstimos para funcionários | 399 | 474 |
| Pensões Judiciais | 585 | 534 |
| Contribuições Sociais e Sindicais | 275 | 289 |
| Diversos | 592 | 263 |
| Convênio 002/1990 – União | 39.438 | 32.393 |
| Total | 56.035 | 46.966 |
| Circulante | 16.597 | 14.573 |
| Não Circulante | 39.438 | 32.393 |

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| Receitas tarifárias | | |
| - Utilização da infraestrutura portuária | 477.769 | 429.361 |
| - Utilização da infraestrutura terrestre | 113.311 | 98.428 |
| - Fornecimento de energia | 43.726 | 37.822 |
| - Outras receitas | 11.381 | 12.181 |
| Receitas de arrendamento | - | - |
| - arrendamentos e alugueis | 377.022 | 382.447 |
| Impostos incidentes sobre vendas | - | - |
| - Imposto sobre serviços - ISS | (27.270) | (16.018) |
| - Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS | (7.871) | (6.807) |
| - Programa de integração social - PIS | (16.882) | (15.841) |
| - Contribuição financiamento seguridade social-COFINS | (77.761) | (72.965) |
| Total | 893.425 | 848.608 |

26. CUSTOS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal, encargos do trabalho e benefícios | 175.745 | 185.763 |
| Encargos sociais | 53.928 | 56.184 |
| Serviços de terceiros | 154.522 | 219.294 |
| Depreciação | 44.399 | 43.884 |
| Aluguéis | 1.701 | 1.959 |
| Utilidades e serviços, materiais | 9.764 | 10.873 |
| Total | 440.059 | 517.957 |

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

| | 2018 | 2017 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal, encargos do trabalho e benefícios | 108.043 | 113.749 |
| Encargos sociais | 22.811 | 24.132 |
| Serviços de Terceiros | 27.036 | 31.744 |
| Aluguéis | 9.921 | 9.977 |
| Utilidades e serviços e materiais | 10.111 | 10.783 |
| Demandas judiciais | 49.565 | 177.424 |
| Outras despesas | 8.771 | 10.250 |
| Total | 236.258 | 378.059 |

28. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Juros e variação monetária | 14.891 | 11.396 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 11.206 | 15.005 |
| Outras | 1.088 | 1.225 |
| Subtotal | 27.185 | 27.626 |
| Despesas Financeiras | | |
| Variação monetária e cambial | (49.328) | - |
| Juros pagos ou incorridos | (14.464) | (62.846) |
| Subtotal | (63.792) | (62.846) |
| Resultado Financeiro, líquido | (36.607) | (35.220) |

O valor referente a juros pagos e incorridos são relativos à correção de dívidas junto ao Plano de Pensão dos empregados (RTSA), adiantamento para futuro aumento de capital e outros passivos da empresa.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| Reversão de provisões | 363.061 | 125.786 |
| Venda de ativo imobilizado | 2.114 | 813 |
| Cessão do direito operacional da folha de pagamento | 878 | 878 |
| Diversas | 515 | 9.201 |
| Total | 366.568 | 136.678 |

O aumento na Reversão de provisões se deve a perda definitiva dos créditos da Libra (Nota 7)

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|---------------|
| Perda Definitiva de Clientes | 1.155.090 | - |
| Provisão por insuficiência atuarial - Plano de pensão | - | 3.263 |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários | 58.788 | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.078 | 5.430 |
| Outras | 13.364 | 5.681 |
| Total | 1.234.320 | 14.374 |

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais.

O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. O Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

A provisão do Imposto de Renda sobre os lucros diferidos não é despesa incorrida, ou seja, não se trata de obrigação tributária. Se a pessoa jurídica sofrer prejuízo fiscal nos períodos-base subsequentes, os lucros diferidos poderão ser compensados com o prejuízo fiscal e a provisão será revertida para lucros acumulados. No Brasil, o tratamento dos ativos e passivos fiscais diferidos, além do Imposto de Renda, também deve ser aplicado em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que também é calculada a partir do lucro contábil das empresas.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos foram calculados à alíquota de 34%. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

| DETALHAMENTO | 31/12/2017 | | | |
|--------------------|------------|------------|-----------|----------------|
| | VALOR | IRPJ – 25% | CSLL – 9% | ATIVO DIFERIDO |
| PROV.TRABALHISTA | 150.197 | 37.549 | 13.518 | 51.067 |
| PROV.CÍVEL | 181.837 | 45.459 | 16.365 | 61.824 |
| CRED.LIQ.DUVIDOSA | 391.715 | 97.929 | 35.254 | 133.183 |
| BASE NEGATIVA CSLL | 71.157 | - | 6.405 | 6.405 |
| PREJ.FISCAL IRPJ | 72.549 | 18.137 | - | 18.137 |
| TOTAL | 867.455 | 199.074 | 71.542 | 270.616 |
| DETALHAMENTO | 31/12/2018 | | | |
| | VALOR | IRPJ – 25% | CSLL – 9% | ATIVO DIFERIDO |
| PROV.TRABALHISTA | 208.985 | 52.246 | 18.809 | 71.055 |
| PROV.CÍVEL | 180.341 | 45.085 | 16.231 | 61.316 |
| CRED.LIQ.DUVIDOSA | 30.150 | 7.537 | 2.714 | 10.251 |
| BASE NEGATIVA CSLL | 1.017.163 | - | 91.545 | 91.545 |
| PREJ.FISCAL IRPJ | 1.019.897 | 254.974 | - | 254.974 |
| TOTAL | 2.456.536 | 359.842 | 129.299 | 489.141 |

31.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

| | | |
|--|-----------|----------|
| Reconciliação da despesa de IR e CSLL e taxa efetiva | 2.018 | 2.017 |
| Lucro Antes do Imposto de Renda | (687.249) | 39.301 |
| 34% alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL | 233.665 | (13.362) |
| (Adições) e exclusões permanentes | | |
| Incentivos fiscais | - | 107 |
| Outras exclusões permanentes | - | 24 |
| Plano de pensão e benefícios pós-emprego | (2.515) | (3.728) |
| Encargos de depreciação - IPC/BTNF | (121) | (125) |
| Outras adições permanentes | (12.521) | (605) |
| Imposto de Renda contabilizado | 218.525 | 5.132 |
| Tributos sobre o lucro contabilizados: | | |
| Imposto de renda corrente | - | - |
| Contribuição social corrente | - | - |
| Imposto de renda diferido no ano | 218.525 | 5.132 |
| Imposto de renda diferido de exercícios anteriores | - | - |
| Total | 218.525 | 5.132 |
| Taxa efetiva de tributos sobre o lucro | 31,80% | 13,06% |

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

| ADMINISTRADORES | em reais |
|---------------------|-----------|
| - maior remuneração | 37.487,01 |
| EMPREGADOS | |
| - maior remuneração | 39.291,22 |
| - menor remuneração | 1.365,45 |
| - salário médio | 12.766,29 |

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07/01/2019 o Centro de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá (CAM-CCBC) no procedimento arbitral nº78/2016/SEC7 decidiu por unanimidade a condenação solidária das Requerentes (Grupo Libra) a arcar com a totalidade dos valores devidos pelo Contrato de Arrendamento 32/98, corrigidos monetariamente pela TR e acrescidos juros de mora de 1% ao mês, desde a data do vencimento de cada fatura até a do efetivo pagamento integral, abatidos os pagamentos parciais realizados (em tesouraria ou mediante depósitos judiciais levantados pela CODESP), na forma legal, acrescidos de 2% de multa pela inadimplência. Na sentença todos os pedidos do Grupo Libra foram julgados improcedentes e os da CODESP julgados procedentes com exceção do pedido de lucros cessantes.

O valor da condenação pelos cálculos efetuados pela CODESP é de aproximadamente R\$ 3.300.000 tendo como base dezembro de 2018, nos termos fixados na sentença arbitral parcial. A alocação final do valor da sentença e dos custos da arbitragem será decidida por ocasião da Sentença Arbitral Final.

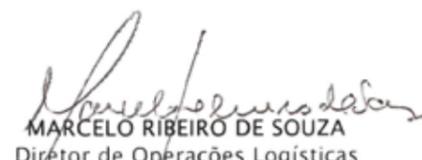
Quanto ao valor da sentença, a companhia está aguardando a Sentença Arbitral Final, prevista para setembro de 2019, que definirá o montante exato da decisão e se este valor será incorporado à recuperação judicial, conforme está requerendo o Grupo Libra ou prevalecerá o despacho do Juiz de que este valor não deve fazer parte do crédito da referida recuperação judicial. Independentemente do resultado final, a CODESP decidiu considerar todo o crédito da Libra como perda definitiva. (Vide nota Explicativa 07).

Cópia integral da sentença parcial encontra-se disponível no link:

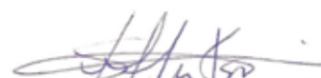
https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/643200


CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor/Presidente


CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro
(em substituição)


MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações Logísticas


DANILO DE MORAIS VERAS
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade


JENNYFER TSAI
Diretora de Engenharia


EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro


PÊRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

1) Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras companhias do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por companhia contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 (R\$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da companhia com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R\$ 16.674.187 mil (R\$ 18.349.651 mil em 2017).

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, **o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

2) A companhia não efetuou o teste de “impairment” para avaliar a

recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC’s TG 01 e 27. Não há, por outro lado, evidência de que a companhia tenha feito uma análise de perda por recuperabilidade nos últimos dois anos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima e na Nota Explicativa nº 18, existe uma demanda judicial entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP e a PORTUS – Instituto de Seguridade Social.
2. A companhia não efetuou o teste de “impairment” para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC’s TG 01 e 27. Embora a companhia não tenha feito uma análise sistematizada para avaliar eventuais perdas por recuperabilidade de seus ativos nos últimos anos, a administração tem baixado, anualmente, os ativos não recuperáveis e não há evidência de que existam ativos registrados em valores maiores que os de mercado.
3. A companhia baixou o total de seus créditos com a LIBRA contra resultados. A Secretaria de Portos havia celebrado, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada do contrato com a LIBRA até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral

firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R\$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico daquela empresa indicou apenas um crédito quirografário de R\$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R\$ 1.155.089, sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R\$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R\$ 793.524. Em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, a administração da CODESP resolveu levar todo o saldo do crédito com a LIBRA que ainda não estava provisionado e estava em aberto no Contas a Receber da companhia, para o resultado, como perda.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que

lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

- (1) Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, levantada em 31/12/2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação suplementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (2) Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e, portanto, considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (3) As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017 foram auditadas por nossa firma de auditoria, em 16 de fevereiro de 2018, cujo relatório continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 22 de fevereiro de 2019.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O-0



PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

19



PARECER CONFIS Nº 001.2019

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, à vista da Nota Técnica da Auditoria Interna nº 001.2019, bem como o Parecer da AGUIAR FERES – Auditores Independentes S/S, de 22.02.2019, cujos pontos ressaltados e/ou enfatizados no âmbito de cada um dos referidos documentos estão contidos na Nota Explicativa nº 18 e na ausência de teste de "impairment" conforme determina NBC's TG 01 e 27.

Ressalva ainda a ausência de ressarcimento do pagamento efetuado sem base em nenhum documento legal, à empresa DOMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS EM INFORMATICA - EPP, no valor de R\$ 1.209.689,34 (um milhão e duzentos e nove mil e seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), e registra que o assunto foi ressaltado nos exercícios anteriores.

Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas,

Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição:

Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R\$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais),

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta contida no item acima mencionado à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 11 de março de 2019.

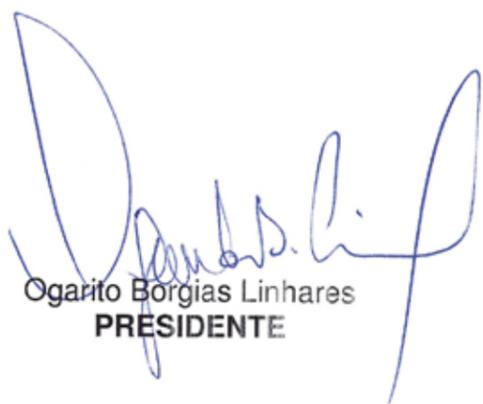
Fabiana V. Lima
Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE

Fernanda
Fernanda Barbosa Garcia
CONSELHEIRA

Maria da Conceição Campos Cei
Maria da Conceição Campos Cei
CONSELHEIRA

PARECER CONSAD Nº 001.2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -- CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como o Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R\$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais), recomendando o encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas, com a seguinte ressalva: que a opção de considerar a dívida do Grupo Libra como perda, ao invés de Provisão para Devedores Duvidosos foi da Diretoria Executiva, conforme registrada na Ata 1916ª, datada de 01/03/2019. Segundo as informações recebidas da Auditoria Independente e do setor Contábil da Codesp, qualquer uma das opções resultaria em resultado contábil final da mesma ordem.



Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE

Santos, 11 de março de 2019.



João Bosco Camargo de Sousa
CONSELHEIRO



Maria da Glória Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA



Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO



Marcio Calves
CONSELHEIRO

PARECER CONSAD Nº 002.2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -- CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, com as devidas alterações conforme registrado na Ata 555ª, desta data, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.



Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE

Santos, 11 de março de 2019.



João Bosco Camargo de Sousa
CONSELHEIRO



Maria da Glória Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA



Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO



Marcio Calves
CONSELHEIRO

GRUPO DE TRABALHO

COMPONENTES

Bruna Souza e Silva do Nascimento
Bruno Felipe Tolino Grecco
Bruno Pelochs Barbino
Célia Regina de Souza
Clarice Tieko Okada
Daniel dos Santos Silva Costa
Fábio Lucas do Couto
Isnardo Ramalho Villarroel
José Manoel Gatto dos Santos
Leticia Masutani Forni
Walter Gomes Carvalho Filho

COLABORAÇÃO

Gilmar Garcia Simão

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Bárbara Maria de Castro Lima

FOTOS

Sérgio Saraiva Coelho
Sérgio Furtado



Relatório Anual 2018
COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO

